

"Paulistânia" do Clube Paratizinga
n.º 79 de ~~junho~~ - 1975

CMP 2.1.10.43



MÁRIO MARTINS DE ALMEIDA

O HERÓI DA «M. M. D. C.»

ALVARO DO AMARAL

(Do Atheneu Paulista de História)

A História de São Paulo pode ser dividida em três CICLOS: o da Conquista da TERRA, o da Conquista do CAFÉ e o da conquista da Lei.

A «CONQUISTA DA TERRA», ou seja, do seu próprio solo, que corresponde ao de três quartas-partes do Brasil atual, foi obra da «Raça de Gigantes», plasmada com o próprio corpo e sangue dos Bandeirantes, na arrancada apoteótica daqueles: «Violadores de sertões, — Plantadores de Cidades, — Que no coração da Pátria, Viverão eternamente.» (1)

A «CONQUISTA DO CAFÉ» nas frases lapidárias de Afonso Taunay: «Coffeae Brasiliae Fulerum», e «Maxima debetur Coffeae reverentia», — foram resumidas no conceito final: «O Brasil é o Café.» (2)

E, a CONQUISTA DA LEI no dizer do poeta de S. Paulo — Guilherme de Almeida: «...é este ciclo o tão breve no tempo quão longo no sentido — aquele da Guerra Cívica de 9 de julho de 1932: Cruzada que, no grito implícito de: «São Paulo O Quer!», iria partir na demanda de uma Constituição para o Brasil, então sem lei.» (3)

E, este Ciclo iniciou-se: «Quando, a 23 de maio o povo, nas ruas, proclamou a autonomia de São Paulo, em face da ditadura.» (4)

Lembremos que, nessa ocasião, iniciou-se uma nova era na História do Brasil, que só então abandonou os consecutivos períodos de governo sob o «Estado de Sítio», e que, após a derubada do ignominioso «estado novo» somente destruído pela benemérita Revolução de 1964 que salvou a nossa Pátria da anarquia, ou pior ainda, do comunismo-janguismo, por força de um «Sistema» que, estabelecendo rígidas normas de defesa contra esses cataclismas que ameaçam todo o mundo, nos possibilitou a entrada no atual período de Progresso dentro da Ordem, com uma Democracia que nos é peculiar e que está garantindo o exercício da Liberdade, como ela nos tem sido possível manter, sempre tendo em vista a defesa contra os inimigos externos e os traidores subversivos.

Voltando aos 3 grandes Ciclos da História de São Paulo, que abrangem os quatro Séculos da sua existência. lembremos um Paulista que, nos seus apenas 30 anos de vida, — conseguiu tomar parte ativa no desenvolvimento de todos eles!

Realmente: MÁRIO MARTINS DE ALMEIDA foi o Paulista carismático que deixou seu nome indelevelmente ligado a esses 3 Ciclos da História de São Paulo, — ainda que isso possa parecer epopéia impossível de ser vivida por uma única pessoa.

E, poderão dizer: como teria sido possível que um moço, cuja vida foi ceifada logo aos 30 anos, — tivesse podido ser um dos artífices dos 3 Grandes Ciclos Formadores de São Paulo?!

Entretanto, na realidade, foi isso mesmo o que aconteceu, e vamos demonstrar a possibilidade da co-existência dessas aparentes incompatibilidades.

Mário Martins de Almeida descendia diretamente de um desbravador de sertões e fundador de cidades, e de grandes plantadores de café, que foram: seu avô: João Baptista Martins de Almeida, e seu pai: Juliano Martins de Almeida.

João Baptista Martins de Almeida, nas palavras sobre ele escritas por Afonso Taunay: «Pertencia às mais velhas cepas brasileiras, quer pelo lado paterno, fluminense e mineiro, quer pelo materno, paulista.» E era: «Homem do café, veio a ser dos maiores lavradores da rubiácea em São Paulo, nas terras novas e fertilíssimas de São Manoel.» (5)

Realmente, em São Manoel deixou seu nome perenemente ligado a uma das suas principais ruas, a «Baptista Martins». E quando se sabe que São Manoel do Paraíso foi elevada à Vila, em 1874, e ele adquiriu as suas primeiras propriedades logo no ano de 1880, compreende-se porque sempre foi considerado como um dos seus fundadores, ou seja, daqueles que mais concorreram para a sua extraordinária expansão, que a elevou logo no ano da grande safra de 1927/1928, como o 4º Município cafeeiro de São Paulo, com 24.200.00 pés de café. (6)

É interessante ressaltar-se o admirável conhecimento que ele tinha a respeito das qualidades que deveriam possuir as terras apropriadas para cafesais, o que fez com que as adquirisse exatamente nas melhores zonas que como tal vieram muito mais tarde a se tornar conhecidas.

Sendo proprietário nos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, das Fazendas: «Passa-Vinte», na Comarca de Aryuruoca e «Carapuça» e «Mato-Dentro» na Comarca de Livramento, — sobrevindo a derrocada da lavoura cafeeira naquelas zonas, resolveu mudar-se para São Paulo, onde desde logo adquiriu grandes áreas em São Manoel,

fundando as Fazendas: «Santa Margarida», «Baixo da Serra», «Casca», «Boa Vista», «Braganceiros», «São José», «São João do Paraíso», «Palmeiras» e «Ribeirão do Paraíso», as quais, todas elas vieram chegar às mãos de seus filhos e netos, dentre os quais, Mário Martins de Almeida e seus irmãos.

Continuando a demonstrar o extraordinário conhecimento sobre as qualidades próprias das terras cafeeiras, adquiriu outras grandes áreas denominadas: «Alambary», «Tabarana», «Gonçalves» e «Congonhas», na Comarca de Santa Cruz do Rio Pardo, zona então ainda habitada por indígenas, que chegaram a destruir partes das suas divisas, e ali seus filhos formaram algumas fazendas, após a fundação da Vila, depois cidade de Duartina, na Alta Paulista.

E, o espírito desbravador e incrivelmente conhecedor das qualidades das terras, de João Baptista Martins de Almeida, ainda o levou a adquirir outras áreas, em Jacarezinho, Comarca de São José da Boa Vista, no Estado do Paraná: a Fazenda «Ribeirão do Ouro».

Esse notável desbravador de terras e fundador de Fazendas, nasceu em Santa Izabel do Rio Preto, Estado do Rio de Janeiro, sendo filho de Victoriano Martins de Almeida e de Dª Margarida Cândida de Jesus Martins de Almeida. E, ao falecer em 23 de agosto de 1900, deixou viúva Dª Maria de Campos Mello, natural de Porto Feliz, neste Estado, descendente de tradicionais troncos paulistas, que veio a falecer em 1945.

Ao morrer, deixou os filhos: Dr. Galeno Martins de Almeida, que se formou pela Faculdade de Direito de São Paulo, e foi Promotor e Delegado de Polícia em São Paulo, onde se tornou muito estimado, sendo dele o nome da rua «Galeno de Almeida». Afonso Taunay escreveu longamente sobre sua pessoa, relatando: «Deve o Brasil a esse pesquisador de obras raras e belas, grande e desinteressado serviço: o de ter recolhido e salvo do esquecimento, da destruição, da dispersão, subsídios importantes para a reconstituição da sua História. «Extremado brasileiro norteou a existência toda do apaixonado tradicionalista. Só lhe causavam interesse, pessoas e coisas do Brasil.» «O malogro do esforço constitucionalista de 1932, abalou-o imenso. Fanático da democracia e do liberalismo sob os quais vivera os anos da infância, da adolescência e da juven-

PAULISTANIA

Nossa mensagem

A distância do tempo mais aproxima os associados e a direção do Clube Piratininga, pois uns e outros têm o mesmo sentido de compreensão dos altos destinos do nosso Clube. Mais de 40 anos são passados que entramos, por força da epopéia de 32, no caminho que nos foi indicado pelos companheiros heróis daqueles dias, e nem um só instante, uns e outros, faltamos ao dever porque temos sido inspirados na defesa do sentido de dignidade que foi o da liberdade pela qual lutamos. Tivemos muitas vitórias mas perseguimos o desiderato inicial, ou seja, o de tornar o nosso Clube Piratininga uma força paulista eternamente viva na memória de nossa gente. No finito das coisas queremos o infinito, ou seja a união sempre mais robustecida dos herdeiros daqueles que com o seu suor e sangue escreveram a epopéia maravilhosa que levantou São Paulo naquele 9 de julho, como que reeditando os famosos cinco dias de Milão. Temos alcançado, pelo concurso precioso e sempre espontâneo dos nossos associados, êxitos que transformaram a nossa sede em um centro cívico no qual as datas nacionais são comemoradas e lembradas com o carinho patricio de fraternidade. Sabemos que ainda falta bastante para a expansão máxima do Clube, mas confiamos que ao nosso esforço corresponderá a ajuda de todos os companheiros. Na verdade se muito já temos feito, e com sacrifício, ainda muito é preciso fazer para que os sócios se integrem em cooperação mais efetiva e afetiva com a Diretoria a fim de que esta sede, que hoje se ergue na Alameda Barros, alcance as alturas dos destinos que São Paulo merece. Aqui, o consenso geral dos diretores procura apenas, alheando-se de interesses pessoais dar, longe de todas as vaidades, o complemento do lar de cada sócio que para eles continuam sendo os continuadores do sonho de 32 que plantamos em 34. Oferecemos a cada um uma visão já agora mais completa das iniciativas realizadas neste ano da graça de 1975. Recebemos de mãos honestas de nossos antecessores uma incumbência que vamos procurando cumprir como um dever de consciência a fim de que todos possam sentir com a nossa, a sua responsabilidade. Do Nada de onde veio retorna para o Tempo o ano que se finda. Não pensamos na saudade que nos deixa, mas afinamos o nosso pensamento para que o Ano Novo se abra para o Piratininga, como uma nova estrela nos céus dos sonhos de glória de São Paulo. A todos os companheiros, marcada a presença eterna dos ausentes, sempre presentes em nossa lembrança, auguramos um 1976 de Paz, Confiança e de Certeza nos destinos do Piratininga.

São Paulo, dezembro de 1975.

*José Flávio Monteiro da Cruz
Presidente da Diretoria*

tude realizava pelas palavras e as atitudes acirrada oposição a tudo o que considerava restrição à liberdade ou deslize na honradez ou proibidade cívica.» (6)

Outro seu filho foi Victor Martins de Almeida também extremado patriota, militante nas hostes do P.R.P. dos antigos Chefes políticos de São Paulo, e incansável trabalhador nas Fazendas de São Manoel e de Duartina, distinguindo-se sempre pela lisura do seu procedimento intransigentemente correto. Tinha dois genros Oficiais do Exército, que sempre lutaram contra os desmandos getulistas: o Engenheiro General Lucio Corrêa e Castro que esteve no campo da luta, e o médico General Oscar Loureiro, Diretor do Hospital Militar de São Paulo.

Finalmente, o filho Juliano Martins de Almeida que, de início foi o administrador de todos os bens da família, tendo dado grande impulso nas culturas das mencionadas Fazendas. E, até seus últimos anos geriu também as propriedades agrícolas do Dr. Galeno, que residia no Rio de Janeiro. Militou na política de São Manoel, onde foi Presidente da Câmara durante muitos anos, tendo recebido a patente de Coronel da Guarda Nacional. Anos antes de promulgada a Lei Aurea libertou por documento público os restantes escravos que trabalhavam em suas Fazendas.

Empreendedor, e com muita sociabilidade, tornou-se um dos maiores criadores e proprietários de cavalo puro sangue inglês, de corridas, mantendo os Haras «Palmeiras» e «Paraiso», e por isso mesmo, até hoje existe o Grande Prêmio «Juliano Martins» no Joquei Clube Paulistano, o mesmo acontecendo até há poucos anos no Joquei Clube Brasileiro. Distinguiu-se ainda na criação do gado puro sangue «Guernsey», importado. Foi ainda Diretor do Banco de São Paulo.

Estes dados a respeito da família de Mário Martins de Almeida escrevemos para mostrar o ambiente onde ele viveu, cercado pelo seu pai, pessoa de forte personalidade, que o encaminhou na expansão e na administração de suas numerosas propriedades agrícolas. E, durante os seus últimos anos de vida, Mário exerceu o cargo de Gerente Geral, e era um dos proprietários, juntamente com seu pai e seus irmãos, da Fazenda «Palmeiras», situada em Santa Cruz das Posses, Município de Sertãozinho, com 450.000 pés de café e 400 alqueires de terras. (8)

Mário Martins de Almeida sempre foi de caráter retraído, e por isso mesmo se dedicava inteiramente aos seus árduos trabalhos, naquela época da tremenda crise que se abatera sobre o café.

Fez seus estudos primeiramente na Escola Americana, passando após para o Mackenzie College, dedicando-se de preferência à Contabilidade e administração comercial.

Teve ainda ótimo professor de tudo quanto se referia à cultura cafeeira, na pessoa de seu tio materno, Joaquim Fabiano Alves, que durante muitos anos foi Avaliador Oficial do Instituto de Café do Estado de São Paulo, tendo publicado valioso livro sobre: «O Café no Estado de São Paulo — Noções sobre

a sua cultura, origem e produção», editado em 1929.

E, para retratar os sentimentos políticos e patrióticos de Mário, vamos repetir as palavras escritas por Afonso Taunay em relação ao seu mencionado tio, o Dr. Galeno:

«Sem a preocupação das questões sociais, homem de fidalgo trato aliado à simplicidade de maneiras, aborrecendo com todas as veras qualquer exibicionismo, amigo dos círculos íntimos e selecionador de suas relações.»

«Vindo de uma série de gerações de fazendeiros, filho ele próprio de grande lavrador, conservava atavicamente certo autoritarismo aliado à áspera intransigência em questões de princípios e intolerante probidade em matéria de acomodações que de longe lhe susceptibilizassem os ditames da dignidade.»

«Com o maior pesar viu o declínio das nossas liberdades públicas e na quadra de sua supressão viveu cada vez mais retraído.»

«Dominado por absoluta sinceridade reservava-se pleno direito de crítica e tal rigidez o tornou absolutamente incompatível com os conchavos da política.» (6)

Esse moço paulista, acostumado nas lides de cafeicultor em Sertãozinho, com a responsabilidade de dirigir uma Fazenda com 452.000 pés da rubiácea; que acompanhar seu pai no desbravamento de terras em Duartina, logo no começo do século, e com o plantio de cafés naquela região, ainda vizinha de terras habitadas pelos índios; que verificava a ameaça de total desbarato do produto do trabalho de seu pai e de seu avô, no amanho de perto de 3.000.000 de pés de café, — certamente se revoltava com a política adotada pelo governo do ditador Vargas e seus asseclas que desejavam destruir a riqueza de São Paulo, para assim vencer esse Estado que era o sustentáculo de todo o poderio econômico do Brasil.

E nem se diga que exageramos, pois que, tendo chegado a esta Capital naquele mesmo dia 23 de maio, lera o Comunicado da Associação Comercial aos seus associados, solicitando que o comércio fechasse suas portas e suspendesse suas transações durante 24 horas, «a partir das 14 horas de hoje, se até esse momento não tiverem sido satisfeitas as legítimas aspirações do povo paulista.»

Assim, não eram somente os fazendeiros que se desesperavam contra as perseguições que vinham sofrendo por parte dos incompetentes, desonestos e maldosos políticos dos Vargas e seus asseclas.

E, na véspera, quando se soube da chegada do aproveitador contumaz, o citado Oswaldo Aranha, os mais influentes Chefes políticos de São Paulo, lançaram manifestos, dos quais um dizia: «Paulistas! Mais uma vez o ministro Oswaldo Aranha, como enviado especial do Ditador vem a São Paulo com o intuito de arrebatado ao povo paulista o sagrado direito de escolher seus governantes. Mas o povo paulista cuja paciência não é ilimitada, não mais suportará tamanha afronta e humilhação.» E concluíam conclamando o povo para comparecer a mais um dos inolvidáveis comícios que enchiam literal-

mente a Praça do Patriarca, o qual deveria de fato se realizar às 15 horas daquele dia 23, nele falando grandes oradores, dentre os quais o magnífico e arrebatador Ibrahim Nobre que, naquela ocasião, incontestavelmente controlava os destinos do povo paulista em suas mãos.

E, como se sabe, essa efervescência do povo paulista havia chegado ao paroxismo de indignação contra os seus perseguidores, porque teimava em retirar daqui o Embaixador Pedro de Toledo, para substituí-lo por qualquer um de seus apaniguados, — para o que já haviam enviado o mencionado ministro de fancia que, para cúmulo do escárnio se fazia passar por paulista, e vinha para executar a maquinação forjada em reunião do pseudo ministério realizada em 13 de maio: «1) o general Miguel Costa continua a merecer a confiança do governo, e, retornando a São Paulo, reassumirá o comando da Força Pública daquele Estado; 2) o General Mões Monteiro também é merecedor de plena confiança do governo provisório e continuará à testa do comando da II Região Militar; 3) o interventor Federal, Sr. Pedro de Toledo, continua prestigiado pelo governo provisório e SOMENTE ESCOLHERÁ OS SEUS SECRETÁRIOS DE PLENO ACORDO COM O GOVERNO...» (7)

Ora, isso era converter o digníssimo Embaixador em um simples títere dos inimigos de São Paulo.

Mas, à vista dessa reação incontralável do povo de São Paulo, o inqualificável Oswaldo Aranha resolveu dar-se por doente e safar-se para o Rio de Janeiro a fim de se preparar para maiores assaltos contra São Paulo.

Entretanto, o povo depois de realizar o impressionante comício na Praça do Patriarca, dirigiu-se em massa compacta ao Palácio dos Campos Elíseos. Ali foi recebido com os portões abertos, e depois, de falarem diversos oradores, o embaixador Pedro de Toledo anunciou que resolvera formar o novo governo do Estado somente com civis e paulistas, com o que provocou um verdadeiro delírio patriótico entre todos os paulistas ali presentes; — encerrando-se assim tarde das mais gloriosas da História de São Paulo!

Foram pois essas as notícias que Mário Martins de Almeida recebeu de nós, momentos após havermos nos retirado com o povo, dos jardins do Palácio dos Campos Elíseos.

Mário Martins de Almeida exultou com as novidades e disse que iria à cidade se regozijar com as manifestações de satisfação do povo, — devendo-se notar que tudo indicava que nenhum acontecimento de maior gravidade aconteceria naquela noite, uma vez que o Governador Pedro de Toledo ficara inteiramente com o povo, — não sendo de se esperar qualquer reação por parte dos grupelhos de desqualificados que nada valiam sem o apoio militar do governo.

Mas, não foi isso o que aconteceu: os masorqueiros e os transfugas que se acobertavam sob a pífia legenda da «legião revolucionária», estavam acoitados em sua sede, no prédio da Praça da República, esquina com a Rua Barão de Itapetinga, e ali passaram a se

reforçar com os indivíduos que chegavam com armas furtadas dos quartéis da Força Pública, e puseram-se a provocar com insultos as pessoas que passavam por aquele logradouro tão movimentado. (8)

O povo, revoltado com aquela ousadia de pessoas da mais baixa classe, decidiu invadir aquele antro. Preparados exatamente para essa tocaia, os facinoras se deliciaram em metralhar o povo paulista que desejava arrancá-los em luta aberta e desarmados como se achavam.

E, entre aquela mocidade paulista se achava Mário Martins de Almeida e os seus celebrizados companheiros, levados pelo seu brio ofendido em sua própria terra por facinoras acumpliciados com os eternos judas que vendem seus irmãos a troco das moedas da traição.

Foi assim que morreu Mário Martins de Almeida, juntamente com os outros heróis Paulistas: Euclides Miragaia, Drausio Marcontes de Souza, Antonio Américo de Camargo Andrade, e dias após, Orlando de Oliveira Alvarenga.

Mas, não morreram em vão!

Do sangue desses jovens nasceu o mais belo Ciclo da História de São Paulo: o da Conquista da Lei, — que veio com a reconstitucionalização do Brasil!

Finalmente, como notas informativas, temos a relembrar que, no dia 24 de Maio, foi Mário Martins de Almeida levado em um dos cortejos fúnebres mais imponentes já realizados em São Paulo, desde a residência de seu pai, à Rua dos Guaianazes nº 145, até o cemitério da Consolação, sendo que, durante todo o percurso, de perto de cinco quilômetros, foi o caixão mortuário conduzido a mão pelos estudantes, mocidade em geral, e representantes das mais dignas entidades culturais, científicas, religiosas, esportivas, comerciais e industriais de São Paulo.

Também na Missa de 7º Dia, celebrada na Igreja Abacial de São Bento, compareceram inúmeros paulistas que encheram totalmente o Templo. Aliás, ao final dessa cerimônia religiosa, fomos informados de já estar sendo organizada uma entidade patriótica para preparar a luta contra a Ditadura, que já se previa ser inevitável.

Realmente, era evidente o propósito do Ditador prosseguir com as suas cos-

tumadas traições que, aparentando condescender com seus inimigos para «despistá-los», preparava tocaias para o assassinato de todos que a ele se opunham, por intermédio dos «gregorios» que nunca faltaram, — enganando somente aqueles que tinham interesses materiais em se deixarem ludibriar.

Nos dias que se seguiram ao 23, o ambiente nesta Capital tornou-se pesadíssimo, pois que a Força Pública continuava nas mãos dos «gringos» e «degoladores» como eram conhecidos por todo o povo. Na própria Polícia Civil, Delegados como um de nome Cisalpino se acumpliciaram com os bandoleiros da «Legião Revolucionária», e fingindo-se de mais surdo do que já era, se recusou sequer a mandar abrir Inquérito para ouvir as inúmeras testemunhas que se declaravam prontas para depor. E, se tal processo existiu, não passou de mais uma sórdida falsificação, manchando assim aquela Repartição, onde anteriormente já haviam dado sumiço a Inquéritos policiais instaurados antes da invasão de outubro de 1930, e que incriminavam renomados «políticos» que haviam praticado crimes comuns antes de se terem tornado «revolucionários».

Agora, passados 43 anos, muitos poderão pensar que estamos exagerando na qualificação dos fatos e dos acontecimentos daquela época. Mas, existem para mais de 50 ótimos livros e coleções dos jornais da época, que tudo isso descrevem minuciosamente.

Sabemos que a memória dos homens é fraca; o sentimentalismo mal compreendido serve de esponja para apagar muitos crimes; — mas, a prova dos fatos permanece indelevelmente, para que a JUSTIÇA não desapareça; para o necessário julgamento dos homens.

Afinal, como dados informativos a respeito dos despojos mortais de Mário Martins de Almeida, devemos esclarecer que não puderam ser sepultados no jazigo da família de João Batista Martins de Almeida no Cemitério da Consolação, porque na ocasião não havia possibilidade de se aproveitar algumas das suas carneiras. Por isso, foi colocado em uma das «gavetas» existentes ao longo do muro situado nas divisas com o Cemitério da Ordem Terceira do Carmo.

Tempos depois, tendo sido demolida essa série de «gavetas» e um «Ossário» ali existentes, foram seus ossos exuma-

dos, e levados por nós e pelo primo de Mário, o sertanista Fábio Fabiano Alves para serem sepultados em um terreno no Cemitério São Paulo.

E, em 9 de julho de 1955, depois dos seus restos mortais terem sido colocados na nobilíssima Urna de carvalho, que ficou com uma placa com o seu nome para sempre, foi levado para o Monumento Mausoléu do Soldado Constitucionalista, onde repousam no sarcófago que se acha exatamente em baixo da grande cúpula, e sobre o qual repousa a estátua de mármore representativa do Soldado Paulista de 1932.

Ainda, e como notas biográficas, temos a mencionar que Mário Martins de Almeida deixou os seguintes irmãos: Galleano Martins de Almeida, casado com Dª Maria Sampaio Barros Martins de Almeida, fazendeiros em Avaré; Dª Alice Martins de Almeida Pannain, casada com o Dr. Luiz Alberto Pannain, político miiltante do antigo P.R.P. e fazendeiros em Duartina; Dª Guiomar Martins de Sampaio Barros, casada com Manuel de Sampaio Barros Júnior, fazendeiros em Avaré e São Manoel; Dª Isabel Millward Martins de Almeida, viúva de João Baptista Martins de Almeida; Dª Vera Martins de Almeida do Amaral, casada com o Dr. Alvaro do Amaral, advogado em São Paulo, fazendeiro em São Manoel e historiador já tendo falecido Juliano Martins de Almeida Filho.

NOTAS BIBLIOGRAFICAS

- 1) OLAVO BILAC — “Poesias” — “O Caçador de Esmeraldas” — “Poesias”, 1902.
- 2) AFONSO TAUNAY — “História do Café no Brasil”, Vol. I, pág. 7.
- 3) GUILHERME DE ALMEIDA — “Paulistânia”, nº 51, pág. 5.
- 4) RUBENS DO AMARAL — “Paulistânia”, nº 51, pág. 7.
- 5) AFONSO TAUNAY — “Jornal do Comércio” R. J., de 11-3-1948, “Dr. Galeno Martins de Almeida”.
- 6) AURELIANO LEITE — “Páginas de Uma Longa Vida” e outros livros.
- 7) RENATO JARDIM — “A Aventura de Outubro e a Invasão de São Paulo”.
- 8) SECRETARIA DA AGRICULTURA — “O CAFÉ — Estatística — 1926” — Págs. 162/166.



SÃO PAULO E SEUS CAMINHOS

HONÓRIO DE SYLOS

São Paulo foi, até a segunda metade do século passado, uma província pobre. Explicam esse atraso o isolamento a que se viu condenada pela sua situação geográfica e a preocupação que, desde os primeiros tempos da colônia, dominou o habitante do Planalto — a de surpreender o sertão com suas riquezas e seu mistério. Nessas andanças, revelaram os paulistas sua curiosidade, destemor, perseverança e ambição.

Enervante o marasmo em que vivia, no ocaso do século XVI, o território vicentino. A lavoura açucareira entrou em declínio e por duas causas: as terras massapés do Norte e do Nordeste levavam vantagem às aluviais do litoral paulista e a distância menor do Setentrão a Lisboa, o que economizava tempo na navegação e reduzia o frete.

A vila de São Paulo, plantada no pantamar piratiningano, vivia como que espremida: de um lado, a Serra do Mar que tornava difícil o acesso a Santos; de outro, a Mantiqueira barrando a passagem para leste. Daí a sociedade que se constituiu no Planalto — homogênea, orgulhosa de sua quase autonomia.

Em contraste com o que aqui ocorria (uma existência assinalada pela simplicidade) o Nordeste açucareiro, aristocrático, patriarcal, agrícola-industrial, ostentava sua opulência. Os jovens das famílias dos engenhos podiam ir a Coimbra estudar. O engenho era como um castelo: seu dono possuía senhoria, título ao qual se atribuíam isenções e prerrogativas.

O isolamento geográfico deu, aos paulistas, independência de atitudes. Germinou em São Paulo, na expressão feliz de Paulo Prado, uma semente de independência, de vida mais ou menos livre, de falar alto e forte.

Um dos traços predominantes da civilização bandeirante, naqueles tempos, consistia no respeito ao ajuste verbal. A tradição foi mantida no declínio da mineração e até muito depois. Conta-se que, em viagem, quando transportando cargas de valor, tropeiros paulistas não davam qualquer documento. Bastava a palavra empenhada.

No começo, São Paulo era uma grande Capitania. Até 1720, seus limites compreendiam, além do nosso, os territórios de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; a 2 de dezembro do ano mencionado, foi criada a Capitania de Minas. Os paulistas descobriram ouro, abriram caminhos, plantaram cidades e perderam o governo... De 3.265.562 km² passamos a 2.682.976 km².

Vieram depois outros desmembramentos: a 11-8-1738, Santa Catarina; 1742, Rio Grande do Sul; 1748, Mato Grosso e Goiás. De 2.682.976 km² ficamos reduzidos a 446.386 km².

A provisão de 1748 de D. João V, não apenas diminuiu a Capitania de São Paulo, mas, por assim dizer a suprimiu, subordinando nosso território à do Rio de Janeiro, cujo governador, conde de Bobadela, delegou poderes ao comandante da fortaleza de Santos... Isso durou 17 anos. Em 6-1-1765, D. José restaurou o governo paulista, mandando para cá o Morgado de Mateus, que não teve muita pressa em assumir o cargo, pois só chegou a São Paulo a 7-4-1766.

Foi em 1853 a última amputação sofrida por São Paulo, com a criação da Província do Paraná. Restou-nos apenas 247.320 km².

O senador Paula Souza pediu que, sobre o assunto, informasse o governo imperial, ouvida a Assembléia Provincial paulista. Deram-lhe as costas. Os representantes de São Paulo na Câmara dos Deputados, Joaquim Antonio Nébias e Martim Francisco falaram contra. Inutilmente. Manifestou-se a favor (e com que entusiasmo) o deputado mineiro Cruz Machado, visconde do Cerro Frio...

Com o declínio do bandeirismo no século XVIII, encostou o paulista o bacamarte, dependurou o gibão e voltou à terra, procurando restaurar as forças perdidas, exauridas em duzentos anos de longas e ásperas caminhadas. Em 15-7-1789, reuniu-se o Senado da Câmara para consultar o povo se seria útil estabelecer-se, na cidade, um armazém de sal e azeite de peixe... A vinda da família real, em 1808, envolveu o Brasil de nova aura. Depois, a Independência abriu à nação singulares perspectivas e São Paulo se beneficiou dessa atmosfera de progresso e otimismo. A criação da Academia de Direito, em 1827, e a instalação, em 1835, da Assembléia Provincial constituíram também fatores importantes no clima econômico-social e político da Província.

Ao despontar o século XIX, a população da cidade de São Paulo era apenas de 16.000 almas, beirando os 20.000, quando o príncipe Pedro decidiu, às margens do Ipiranga, romper com Portugal.

Em 1872, a Capital do Império contava com 274.972 habitantes, ao passo que Piratininga pouco ultrapassava de 31.000. Ocupava São Paulo, entre as capitais provinciais, o modesto 9º lugar. Tão exiguo era o orçamento da Provin-

cia que o Corpo de Permanentes, nessa época, não dispunha de uniforme.

Nesse tempo, não havia SUDESUL para amparar as províncias pobres do sul...

Havia penúria, mas os paulistas reagiam: abriam fazendas e plantavam café. Para transportá-lo, era necessário construir estradas de ferro. E tudo foi feito com coragem, com decisão, com descortino. Foram organizadas, por gente e capitais da terra, a Paulista, a Mogiana, a São Paulo-Rio de Janeiro, a Sorocabana. Mas isso não bastava. Era preciso ampliar as lavouras e faltava braço. Recorreu, então, São Paulo à imigração subvencionada. Os colonos chegavam com passagem paga pelo Tesouro provincial e pelos fazendeiros que se organizaram na Sociedade Promotora de Imigração. Dois vultos se destacaram nessa memorável empreitada: Antonio de Queiroz Teles, visconde de Parnaíba, e Martinho Prado Júnior.

Com o trem e o café que — não devemos esquecer — precederam a grande imigração, foi possível a ampliação da área agrícola, maior circulação de riquezas e, conseqüentemente, o crescimento da receita pública.

A República prosseguiu no plano imigratório iniciado, em 1886, pelo governo e Assembléia provinciais.

O café despertou a Província triste e pachorrenta. Foi possível, então, sob o novo regime, a organização moderna do ensino primário, a estruturação de uma magistratura por concurso, a criação de delegacias de carreira, a fundação da Politécnica, da «Luís de Queiroz», da Faculdade de Medicina; a reorganização da força policial, com instrutores franceses, como foi possível, mais tarde, realizar ambicioso plano rodoviário que deu a São Paulo nova fisionomia. No esforço desenvolvido pelos paulistas, é de justiça assinalar a contribuição da Light. Sem energia, abundante e barata, não teria ocorrido o surto industrial.

De 1881 a 1889, despendeu a Província de São Paulo com o Serviço de Imigração 8.287:014\$851. Total, até 1928, quando suspenso o pagamento de passagem — 178.306:888\$596.

O recenseamento de 1940, encontrou, no Estado, 761.991 estrangeiros, predominando os italianos, com 212.996; portugueses, 155.220; japoneses, 128.951, e espanhóis, 121.145. Segundo o censo demográfico de 1970, o número de estrangeiros no Estado baixou a 629.079. Maiores contingentes: lusos, 202.330; nipônicos, 109.530; italianos, 93.081, e espanhóis, 84.429.

CADASTRO DOS SERVIÇOS AUXILIARES DE GUERRA EM SÃO MANUEL DURANTE O MOVIMENTO CONSTITUCIONALISTA DE 32

(DADOS EXTRAÍDOS DE UM RELATÓRIO APRESENTADO PELO VETERANO OSCAR CORREA JÚNIOR)

COMISSÃO CENTRAL PRÓ-SOLDADO CONSTITUCIONALISTA

Presidente de Honra
Padre José Maria da Silva Paes
Vigário da Paróquia

Presidente
Dr. Paulo Gomes Pinheiro Machado
Juiz de Direito da Comarca

Vice-Presidente
Ignácio Tavares Leite
Lavrador

1º Secretário
Bartholomeu Luiz Danziato
Comerciante

2º Secretário
Herminio Ricchetti
Comerciante

Tesoureiro
Virgílio Pires de Albuquerque
Bancário

Esta Comissão, organizou os seguintes Departamentos, destinados a prestarem os serviços necessários ao desenvolvimento do apoio à Revolução.

Comissão Pró-Soldado no Front
Presidente — Dr. Orlando de Sá Cardoso de Oliveira

Eliseu Teixeira — Domingos de Castro Peres — Frutuoso de Mello Coelho e Carlos Delgallo.

Comissão de Auxílio às Famílias dos Voluntários

Presidente — Emilio Rafanelli
Sebastião deSouza Campos e Ottelo Copelli

Comissão de Vigilância Sanitária
Presidente — Dr. Homero de Alcântara Silveira (Médico)

Luiz Oscar Herdy (Farmacêutico)
José Maria da Silva (Dentista)

Comissão de Embarques, Entregas, etc.
Presidente — Primo Vitale

Comissão para Angaria e Confeccionar Agasalhos

Presidente — Profª Anita Gomes
Sta. Ruth de Meira Leite e Araci Pupo

Comissão de Alimentação Pública e Verificação de Combustíveis

Presidente — Onofre La Selva
Antonio Rahal e Júlio Faccetti

Comissão de Estatística das Indústrias

Presidente — João Alves Lincoln
Erasmus Augusto Alves e João Rosolino

Sub-Comissão de Igarassú

Presidente — Clóvis Pompeu
Heitor Soares de Moraes — Antonio Aires — Amentino Soares — Alberto Lemos de Azevedo.

A Comissão Central estabeleceu a organização de Centros que se destinavam ao recebimento de donativos quer em dinheiro ou em espécie, que seriam finalmente remetidos para São Paulo destinados a M.M.D.C. Tais Centros ficaram assim distribuídos:

Gêneros — No armazém do Sr. Benício de Barros Pimentel no Largo do Jardim.

Galinhas e Ovos — No Cortume Paraíso com o Sr. Virgílio Pires de Albuquerque.

Porcos e Cabritos — No Matadouro Municipal com o zelador.

Bois, Cavalos e Burros — Na chácara do Sr. Arielo Vaz de Almeida.

A Comissão Pró Soldado no Front cumpria orientar os bravos voluntários que se apresentavam para partir para a frente de combate. Teve destaque especial nesta Comissão o Sr. Carlos Delgado, como Intendente e que muito estimulou o Movimento.

A Comissão de Auxílio às Famílias dos Voluntários, cumpria visitar periodicamente todas as famílias prestando-lhes toda a assistência possível.

A Comissão de Vigilância Sanitária, cumpria verificar o estado sanitário do Município, evitando a propagação de epidemias e possíveis doenças contagiosas, além de atender as famílias dos voluntários. Nessa Comissão prestou relevantes serviços o Dr. Humberto Gianella, médico operador.

A Comissão de Embarques, Entregas, etc., cumpria todos os serviços de embarque, entregas de mercadorias às famílias dos voluntários, remessa para São Paulo, cujos serviços de transporte eram feitos graciosamente pelos carroceiros da cidade.

A Comissão para angariar agasalhos, teve a participação das senhoras e senhoritas da cidade, que deram ao Movimento grande estímulo, entusiasmando os voluntários, todas com uma dedicação sem precedentes.

A Comissão de Alimentação Pública e Combustíveis cumpria manter atualizado o estoque dos gêneros alimentícios e combustíveis realizando para isso um amplo levantamento em todo o Município, apresentando relatórios circunstanciados a Comissão Central.

A Comissão de Estatística procedeu a um completo levantamento das Indústrias do Município fazendo um Cadastro e um relatório com os devidos cálculos do custo de produção etc.

A Sub-Comissão de Igarassú, graças ao seu trabalho eficiente conseguiu um bom resultado nos donativos recebidos, que foram de muita utilidade para a causa.

Além desses trabalhos das várias comissões, justo é destacar-se a boa receptividade por parte da população dos Bonus de Guerra que servia e circulava como papel moeda que era.

A «Campanha do Ouro para a Vitória», empreendimento que foi muito comentado, apreciado e prestigiado, obteve completo êxito pelas doações de várias espécies, desde as trocas de alianças, como também moedas, anéis, jóias e artefatos de metal. O jornal «O Libe-

ral» publicava semanalmente os nomes dos doadores e os donativos eram entregues às agências bancárias — Banco Comércio e Indústria e Banco Comercial. Com o término da Revolução, sendo o saldo da «Campanha do Ouro» entregue a Santa Casa de São Paulo, o Hospital da Casa Pia desta cidade recebeu em retorno 600 da contribuição total da cidade.

Ao par de todas essas atividades, tiveram êxito na cidade outras campanhas que visavam cooperar com as diferentes Comissões em funcionamento. Assim podemos relacionar as seguintes:

Campanha do «Capacete de Aço», Campanha de arrecadação de metais alumínio, cobre, etc.; Campanha para remessa de munição às tropas em vários setores; Campanha para a remessa de gêneros alimentícios além de animais.

Em visita realizada na cidade por uma caravana vinda de São Paulo e chefiada pelo Dr. Pedro Oliveira Ribeiro para inspecionar as organizações pró movimento constitucionalista, em declarações públicas reiteradamente feitas, enalteceu muito a Comissão Diretora pelo excelente serviço organizado, nos inúmeros setores, acrescentando que São Manuel figurava em terceiro lugar entre as demais cidades interioranas no auxílio enviado a São Paulo, quer gêneros alimentícios, quer em animais aves e ovos.

Auxiliando a Comissão Central, foram elogiados os trabalhos dos seguintes profissionais: Médicos, Dr. Gentil Pacheco, Dr. Marino Bastos, Dr. Humberto Gianella e Dr. Homero de Alcântara Silveira. Farmacêuticos, Itagiba de Moraes Pupo, Erasmo de Oliveira, Plínio Morato de Carvalho e Augusto R. de Barros; Dentistas, José Maria da Silva Amaral e Antonio de Oliveira Campos e como cooperadores os srs. Hermínio Richetti e Genésio Clinio da Costa.

De ordem superior, todos os serviços organizados pela Comissão Central, eram visados pelos Prefeitos Municipais, que no início do movimento, Sr. Lázaro de Campos e depois Sr. Eduardo de Paula Carvalho. Ambos tomaram parte saliente em todas as reuniões da Comissão Central, cooperando para os seus trabalhos.

Da cidade partiram dois contingentes de voluntários, devidamente registrados em livro próprio e cada contingente partiu com uma relação dos voluntários devidamente autenticada pelos srs. Dr. Paulo Gomes Pinheiro Machado, Juiz de Direito, Dr. Orlando Sá Cardoso de Oliveira, Promotor da Comarca, Eduardo de Paula Carvalho, Prefeito Municipal e Bartolomeu Luiz Danziato, Secretário da Comissão Central.

Na população do Estado, arrolada em 1970, cerca de 20% é constituída de filhos de outras províncias.

São Paulo, pode-se dizer, resume o Brasil.

Num total de 17.058.941 habitantes, 3.198.531 são oriundos de outros Estados. Estão nos quatro primeiros lugares: Minas, com 1.181.484; Bahia, com 591.358; Pernambuco, com 327.210, e Paraná, com 228.501.

São Paulo, não apenas promoveu, por sua conta, a imigração, como organizou o trabalho. Em primeiro lugar, ergueu a Hospedaria de Imigrantes, um verdadeiro monumento à visão de nossos estadistas, a começar por Paranaíba. Criou o Departamento Estadual do Trabalho, com sua Agência Oficial de Colocação. Instituiu a carteira de trabalho, tipo oficial, a primeira no gênero, criada no Brasil. E não só nesse ponto São Paulo foi pioneiro. Precursor ele foi também na assistência judiciária ao trabalhador, quando criou, por lei de 1911, o Patronato Agrícola, por iniciativa do então deputado Rafael Sampaio Vidal.

São Paulo, em cem anos, plantou café, formou a maior lavoura do mundo, fundou estradas de ferro, pagou passagem aos imigrantes; com o lucro obtido na terra, criou indústrias; agasalhou e deu trabalho a mais de três milhões de patrícios nossos de outros Estados. Graças ao seu trabalho e esforço chegou ao que é, no entanto, São Paulo, injusta e absurdamente, vem sendo acusado de ter progredido e de progredir à custa da miséria das demais unidades da nossa combatida Federação. O café proporcionou e dá divisas ao Brasil. São Paulo concorre com quase 60% da receita nacional e São Paulo é agredido pelo seu «imperialismo»!

Há uma birra, uma prevenção contra nós. É preciso, sem dúvida, projetar, no resto do país, a verdadeira imagem de São Paulo, pondo-se termo a esses fatigantes preconceitos regionalistas.

Ainda há pouco, na Câmara Federal, o deputado João Menezes, do Pará, apartando o representante de São Paulo, Freitas Nobre, declarou: «São Paulo, o Estado mais rico da Federação, para o qual quase todos os outros trabalham»!?! Infelizmente, na ocasião, nenhum deputado por nosso Estado rebateu a estultice.

São Paulo, esse desconhecido...

Muitos brasileiros de outros Estados timbram em manifestar, a qualquer pretexto, sua prevenção contra São Paulo. É que ignoram a história de São Paulo. Daí a confusão lamentável de supor que fomos favorecidos pelo governo central, no Império e na República, em detrimento do Norte e Nordeste.

É preciso colocar os pingos nos ii.

O sr. Gilberto Freyre, por exemplo, comete o erro de afirmar que a imigração em São Paulo foi conduzida sob o estímulo e cuidados oficiais, com prejuízos para o desenvolvimento de regiões brasileiras, «feridas nas raízes de sua economia e de sua cultura pela abolição repentina do trabalho escravo, o que (afirma) representa vantagem desmedida de um Estado sobre os demais». A seu ver, uma política nacional de imigração teria, de início, atenuado esse desequilíbrio.

Acredita o ilustre sociólogo e distinto pintor que esses «cuidados oficiais» par-

tiam da Corte, quando, ao contrário, a iniciativa de importar braços e pagar passagem ao imigrante coube à Província e, depois, ao Estado de São Paulo. Pensa o escritor do Recife que «tal desenvolvimento» foi preparado, ainda na Monarquia, por paulistas inteligentes, preponderantes no governo nacional — um deles, o Conselheiro Antonio Prado. Ora, Prado foi Ministro da Agricultura, no Gabinete Cotegepe, em 1885, menos de um ano! Deixou a pasta por não se afinar com a orientação do governo no tocante à Abolição. Ingressou, depois, em 88, no Gabinete chefiado por João Alfredo Corrêa de Oliveira, que, no ano seguinte, cedia o posto a Ouro Preto.

Em tão curto tempo, pouco teria feito o grande paulista por sua província. Releva notar que os dois eminentes políticos a que se subordinou eram do Norte, o primeiro da Bahia, o segundo de Pernambuco, justamente a pátria do sr. Gilberto... Ambos, é evidente, não concordariam com qualquer leviano e criminoso favoritismo do ministro paulista em prejuízo do Setentrão.

Convém não esquecer que foi modestíssima a colaboração paulista nos Gabinetes do 2º Reinado. De 1847 a 1889, em 31 governos, por duas vezes apenas, políticos de São Paulo alcançaram a presidência do Gabinete: em 1848, Paula Souza (menos de quatro meses) e, em 1870, São Vicente (cinco meses). No citado período, chefiaram o governo 10 baianos, 7 fluminenses, 5 mineiros e 5 pernambucanos.

São Paulo, província pobre, pouca influência tinha, então, na cúpula da política nacional.

Somente depois da segunda metade do século passado é que começou a progredir sem «estímulos» e «cuidados oficiais» da União.

Muitos são os que não compreendem ou não querem compreender São Paulo.

Escritores e políticos de outros Estados insistem em fulminar o que, em sua paixão e parcialidade, alguns, e inveja e despeito, outros, entendem por «imperialismo paulista». Têm esses políticos e literatos queixas de nosso êxito. Reclamação de primo pobre contra primo rico. Mas, São Paulo não é o primo rico que dá as costas ao parente menos rico. Ao contrário, acolhe de braços abertos os primos que vêm de longe e que aqui, trabalhando, prosperam como qualquer paulista, com este concorrendo em todos os setores.

Constitui uma injúria a São Paulo supor que não nos interessamos pelo bem-estar das populações de outros Estados, sobretudo as do Norte e Nordeste, a cujo progresso seríamos indiferentes. É fazer pouco da inteligência, da acuidade, do descortino, para não falar no patriotismo, dos paulistas. Além dos laços afetivos que nos prendem aos nossos patrícios, é do interesse de São Paulo, grande centro manufatureiro, comercial, agrícola e bancário, que melhore, cada vez mais, o poder aquisitivo da população brasileira em geral. Como pensar que desejamos enfraquecer, debilitar, espezinhar, oprimir províncias menos favorecidas?

É necessário, como o fazemos, contrariar, contestar, refutar a aleivosia.

(Trechos do livro em preparo «São Paulo e seus Caminhos»)

**SABENDO
USAR
NÃO
VAI
FALTAR**

**Companhia
Nacional de
Racionalização de
Uso de Energia**

PARA VOCÊ MEU AMOR, MINHA SAUDADE!

Quem de vós, paulistas, não viu partir um batalhão de voluntários para as trincheiras de 32?

Entre os coros e rios de lágrimas com que os que ficavam se despediam dos que partiam, o voluntário em marcha sorria aos amigos, prometendo-lhes voltar vitorioso e mais enobrecido pelo Dever cumprido.

Completo, partiam os batalhões, irmanados paulistas e filhos de outros Estados, nesse maravilhoso movimento sinceramente constitucionalista.

E nas trincheiras, assistiam os bravos de 32, a passagem de pesados morteiros, de granadas cantando e o matraquear das metralhadoras nas suas lúgubres costuras e vez em quando uma bala batendo no talude da trincheira fazendo espirrar a terra. E à noite, o frio terrível da Mantiqueira, trazia recordações que apertavam dolorosamente o coração do jovem guerreiro.

Uma gentil noivinha que ficara em São Paulo, chamada Anita, lembra-se também de seu amado que a dezenas de quilômetros bate-se heroicamente pela causa constitucionalista. E escreve uma carta, uma linda carta de amor ao seu Horácio.

29-8-932

Para você, meu amor, minha saudade!

O meu maior, o meu melhor desejo neste instante em que a você escrevo, seria o de ser um Paul Gerald, um Gy ou um Menotti Del Picchia.

Ah! se eu fosse um Paul Gerald, escreveria a você um verso, um que fosse todo elle, um «tête-a-tête», um verso que encerraria uma conversa íntima entre eu e você!

Si eu pudesse escrever esse verso, quanta cousa elle a você diria, expressaria o amor, a saudade e o or-

gulho que sinto de ser você um soldado paulista!

Ha muitos annos, quando você era pequenino, você não sonhou ser um bravo soldado? Quando você era «petit enfant» não desfilava nas calçadas e cantava:

«Marcha soldado,
Cabeça de papel,
Si não marchar direito
Vae preso pro quartel!»

Hoje, finalmente, você é um soldado, e paulista, você hoje está a satisfazer um desejo de criança e mais ainda, está a defender sua adorada terra, terra linda e boa, terra de sonho e da garôa, terra que tem por lemma «NON DUCOR, DUCO», não ser mandado, mando!

Não esqueço de meu bravo soldadinho paulista, nem um instante sequer e agora direi como o poeta:

«Você está longe. E a gente
Quando está longe, esquece:
Mas, para mim, que dentro d'alma
[abrigo
A saudade, você está commigo;
Da sua ausência fiz o meu romance,
E se você está longe de meu beijo
Está sempre ao alcance
De meu desejo:
Você está lá, tão longe ausente
Mas a gente
Quando quer bem devéras não es-
[quece!

Você já esqueceu de sua «nega»? Porque você não escreve uma palavra? uma palavra sua, uma palavra apenas, que me dissesse: «Eu penso em você», que me dissesse que embora longe meu nome não esquece. Uma palavra né! Ha palavras pequenas que dizem todo um poema, palavras essas que confortam a alma da gente.

Si ainda me quer bem, porque não me diz nada, porque não me escreve uma

ÁLVARO DA VEIGA COIMBRA
(Do Inst. Hist. e Geogr. de São Paulo)

linha sequer? As duas primeiras cartinhas enviadas de «front», fizeram-me transbordar de alegria, contenta-me novamente, sim?

Escrevi cinco cartinhas a você e um cartão de felicidades pela data de M, você recebeu? Imito você — Maldita distância, falo e ninguém me responde; mas não faz mal, falta pouco tempo, dentro em breve você voltará porque S. Paulo vencerá!

Sim! S. Paulo vencerá! A mobilização que S. Paulo conseguiu fazer em poucos dias está a assombrar o mundo, haja vista a campanha do ouro; quando se viu isso? É verdade que na grande guerra muitas pessoas concorreram com algumas jóias, mas aqui, nesta grande terra paulista é diferente: aqui todos despojam-se de suas jóias para o bem de S. Paulo, esposas oferecem uma cousa tão sublime: — a alliança; e assim cada ente que quer bem a S. Paulo concorre com alguma cousa, despoja-se de joias legadas de seus antepassados para auxiliar esta terra bemdita.

Eu também já concorri; aquelle anel que você me pediu aquella tarde inesquecível que ao lado de você passei, já entreguei para a grande causa; dei tudo que possuía, anel de formatura, uma medalha de ouro que me foi oferecida na ocasião de um festival beneficente para o qual trabalhei, tudo afinal que possuía, pois por S. Paulo, por esta terra boa que habitamos, sabemos dar tudo que ella necessita. Viva S. Paulo! Terra paulista, creadora das bandeiras que, ousadas, partiram à conquista das plagas sertanejas!

Hoje, seus filhos partem à procura de uma victoria justa que tornará este Brasil um Brasil novo e rico!

Esse Brasil novo surgirá das trincheiras! Sim, é o soldado paulista, o soldado da Constituição, o soldado da lei e da ordem que vae conquistar esta

Dr. Sebastião Leme de Vasconcellos, juiz de Barreiro — o de capacete; Domingos Pereirada Silva, tabelião em Areias — o do centro; e Agostinho Ramos — prefeito de Cachoeira.



RECORDAÇÕES DA REVOLUÇÃO DE "32" EM CACHOEIRA PAULISTA

AGOSTINHO RAMOS

(Do Inst. Hist. de S. Paulo)

Exercemos, quatro vezes, o cargo de Prefeito Municipal de Cachoeira Paulista, sendo que o primeiro período, estendeu-se de abril de 1931, a 13 de setembro de 1932, quando fomos depostos.

PREÂMBULO — 25 de janeiro de 1932 — Dia de São Paulo, apóstolo e clarão. Praça da Sé — estuário revolto. Muitas mil cabeças guardam no seu bojo os vagalhões de um ideal em marcha. — Da escadaria da Catedral trovejam vozes: Armando Prado, Sodré, Pinheiro Lima, Morais Andrade, Covelo, Lourenção...

Raiara o 23 de maio. Ibrahim Nobre, Aureliano Leite, Silvio de Campos, Souza Nazareth... acendem o estopim. Tombaram M.M.D.C. mas, sobre seus cadáveres levanta-se o governo Pedro de Toledo.

Maio, 24 — Pelas 11 horas, com destino a São Paulo, passa por esta cidade, a toda pressa, uma composição da Central, conduzindo o coronel Manoel Ra-

belo e vários oficiais. Teria dito em Cruzeiro, ao capitão Neco Novais: «é muito cedo para essa gente mandar».

Maio, 25 — Oswaldo Aranha, acompanhado por João Francisco e Adalberto Correia penetram rapidamente, na cidade, mas logo retornam ao caminho, na direção do Rio de Janeiro.

Junho, 16 — 20 horas. Rodrigues Alves Sobrinho, então Secretário da Educação, em Guaratinguetá, da sacada do Forum, pronuncia um discurso preñado de indignação e vestido das côres sombrias da essência demagógica e demolidora.

Julho, 10 — As primeiras horas da manhã, batem-me na porta.

— Que é que há?

— Seu Prefeito — venho de São Paulo. Lá estourou a revolução (Jaime maquinista).

E teve início uma azáfama impressionante. Na rua o movimento intensivo de curiosos, cochichos, palpites aos borbotões.

As 10 horas, Cachoeira, já abrigava os destacamentos policiais de Guaratinguetá, Cruzeiro, Lorena, Itagaçaba, Jataí, Pinheiros e Embaú.

Ao meio dia chega o tenente Belmiro da Força Pública e nos relata pormenores dos acontecimentos. Chegam os capitães Borges e Odilom Aquino. Tomam a direção de Areias. Desembarca o 6º R.I. de Caçapava, sob o comando do capitão Agnaldo Caiado de Castro, e auxiliares oficiais Chaves e Miguéis.

14 horas — Ao redor da cadeia.

— Todos prontos? Sigamos.

O ruído característico da marcha militar, os surdos tambores, a clarinada, a trepidação dos caminhões, o entusiasmo do povo, sem saber porque, já condecoravam o alvorecer da epopéia. Estava iniciada a peleja. De Cachoeira partiram os primeiros lidadores.

— Julho, 11 — De São Paulo chegam ônibus, repletos de militares e civis, conservando seus destinos: «Lapa», «Vila Mariana», «Penha»...

SANTA CASA — Hospital de triagem. 40 leitos. Aires Neto e Carlos Gama, os primeiros médicos que chegam, tomam providências. Major José Lombardi, provedor e capitão José Gomes, instalam a Santa Casa num casarão da Margem Esquerda. É hasteada uma bandeira vermelha, a fim de que os aviões vissem-na do alto.

— Chega o 4º R.I. — de Quitaúna, comandado pelo major Otávio de Toledo Bandeira de Mello.

— As 15 horas, um aeroplano da Ditadura cruza os céus cachoeirenses. Era o primeiro aviso macabro.

— Julho, 12 — Atravessam as linhas adversas e se apresentam ao coronel Euclides, o capitão Telmo Borba e tenente Mena Barreto.

— Julho, 13 — Vem ter a Cachoeira, pela Central, o 2º R.C.D., de Pirassununga, sob o comando do coronel Costa Marques.

— Chega o 4º R.A.M. de Itu, sob as ordens do coronel Severiano Marques e Major Ciro Vidal. Faz parte dessa força, o capitão Silvio Fleming, morto em combate.

— À tarde é espalhado o primeiro boletim firmado pelo general Isidoro e coronel Euclides. Os aeroplanos da Ditadura mandam as primeiras bombas sobre as forças acantonadas na fazenda Fontes. Nesse dia o povo toma conhecimento da situação por um boletim firmado por Pedro Toledo, Francisco Morato, Pádua Sales e generais Isidoro e Klingler.

— Os aeroplanos bombardeiam rudemente os arredores da cidade.

Julho, 14 — É lançada sobre a cidade a primeira proclamação do general Góes Monteiro.

20 horas — Pára na estação local uma composição conduzindo o 2º B.C. da F.P. sob o comando do coronel Herculano Carvalho, que, diga-se em verdade, foi um bravo no Túnel e, posteriormente, com plena visão do desequilíbrio de forças, evitou inútil banho de sangue, entre brasileiros que se digladiavam — com sacrifício do seu próprio nome. Participava dessa força o capitão José H. Trigueirinho.

Julho, 16 — Chegam a esta cidade e se dirigem ao front o coronel Júlio Marcondes Salgado e Waldemar Ferreira.

Julho, 17 — Abre-se a inscrição para voluntários locais. 34 alistaram-se.

Julho, 21 — Chega a Legião Negra e toma a direção de Campos Novos de Cunha, já visado pelas forças de João Alberto.

— São recebidos na estação local, sob inenarrável entusiasmo, os oficiais do 12º R.I. de Belo Horizonte — os mesmos da odisséia de «30», sob o comando do capitão Celso de Mello Rezende. Telegrafam a Góes Monteiro... «no pelotão a bala»...

Julho, 24 — A cidade se emociona com a notícia da morte desastrosa do comandante Júlio Marcondes Salgado e suicídio de Santos Dumont.

— São ouvidos pelo rádio, oradores de São Paulo, que falam vulcanicamente.

AS ORGANIZAÇÕES DE GUERRA, EM CACHOEIRA PAULISTA

Cachoeira seria o ponto de convergência e de irradiação deste extremo leste de São Paulo.

Vejamos. Quartel General da 2ª D.I.O. — 2ª Divisão de Infantaria, em Operações. Coronel Euclides Figueiredo — Comandante do setor leste; coronel Palimércio de Rezende — Chefe do Estado Maior; auxiliares, chefes de seções, ajudantes de ordens, pessoal subalterno: capitão Celso Veloso, Aristóteles Ribeiro, Waldemar Galvão, Sebastião Mena Barreto, Waldemar Mena Barreto; tenentes Fournier e Lobo; brigada Florianópolis; sargentos Mazzei e Carvalhinho; Cabos Oswaldo, Milton, Euclides e Celestino.

ENCARREGADO DE LIGAÇÃO E CORREIO — Tenente Pedro Mena Barreto; Chefe do Rádio — tenente Artur Lemos de Brito.

Civis adidos ao Q.G.: Júlio de Mesquita Filho, Roberto Moreira, Carlos Prado Mendonça, Coriolano Góes, Eurico de Souza Leão, Alvaro Liberato de Macedo, Tito Pacheco Júnior, José Paranhos do Rio Branco, aspirante Erasmo Flores da Cunha.

Também faziam parte do Q.G.: tenente coronel Lucio de Castro, Chefe do Material Bélico; tenente coronel Aarão Jefferson Ferraz — Chefe do Serviço de Engenharia; major Oscar Menezes — Chefe do Serviço de Intendência de Remonta Móvel; capitão Herbert de Vasconcelos — Chefe do Serviço de Saúde; Dr. Domicio Pacheco e Silva — Chefe do Serviço de Transportes (S.T.C.).

SERVIÇO DE ENGENHARIA — Chefe — tenente coronel Aarão Jefferson Ferraz.

COMANDO DA PRAÇA DE CACHOEIRA — Capitão Mariano Chaves.

SERVIÇO DE INTENDENCIA — Major José Novais.

SERVIÇO DE TRANSPORTE CONSTITUCIONALISTA — Domicio Pacheco e Silva.

Q.C.M. — QUARTEL CENTRAL DOS MOTORISTAS — Vitor M. Leite

SERVIÇO DE DEFESA AEREA MÓVEL — Chefe — Capitão Mário Bulcão Guidice.

E.F.C.B. — Egberto Prado Lopes.

RESIDENCIA DO D.E.R. — Isaac Garcez e Adeodato Botelho.

DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA A POPULAÇÃO CIVIL — (D.A.P.C.) — Edmur de Souza Queiroz.

CRUZ VERMELHA — Chefe — Dr. Moura Castilho.

CORREIO MILITAR DA M.M.D.C. — Moacir Tavoral. (pela primeira vez é usada essa sigla).

SERVIÇO DE SAÚDE — Drs. Milton Pina, Aires Neto, cap. Herbert de Vasconcelos e farmacêutico Balmaceda.

AUDITORIA DE GUERRA — Primeiro Conselho — Coriolano de Góes, Roberto Moreira, Eurico de Souza Leão, Alarico Franco Caiubi; Paulo Quartim Barbosa. Foram ouvidos, mais ou menos 150 prisioneiros.

AUDITORIA DE GUERRA — Segundo Conselho — Coronel Alvaro de Brito, Dr. João Monteiro, Capitão Julião Antunes, Capitão Nelson de Melo (da Marinha), tenentes Hermogenes e Benedito — escrivães.

CASA DO SOLDADO — a 1ª — Diretora — D. Olga de Souza Queiroz.

CASA DO SOLDADO — a 2ª — Diretora — D. Palmira Rodrigues Mendes.

E.F. PAULISTA — Diretor Jaime Cintra.

SERVIÇO DE SOCORRO A VEICULO — Cerqueira Leite — Chefe.

DELEGACIA TÉCNICA — Leandro Dupré — Chefe.

ASSISTENCIA AOS POBRES — Inicialmente cap. José de Oliveira Gomes e D. Maria Porto Gomes e posteriormente D.A.P.C.

ABASTECIMENTO DE AGUA CLO-RADA — Plínio Queiroz, Leandro Dupré, Oswaldo Machado.

SERVIÇO DE VIGILANCIA — Francisco Longo — Chefe.

SALVO-CONDUTOS — Comando da Praça.

ARMAZEM DA DELEGACIA TECNICA — João de Paula Souza.

TELEFONE — Alvaro Vidigal.

DEPOSITO DA CENTRAL — I.L.10 — Cristiano Lobão.

LIGHT AND POWER — Mr. R. M. Pyles, Guilherme Stibler e dr. Risi.

CASA DE COSTURA — D. Carolina Mota de Siqueira e prof. João Palazzo, diretor do Grupo Escolar.

BLINDADO — Maquinista condutor — máquina nº 534 — Antonio Ricardi; foguista Antonio Costa; graxeiros — Antonio Augusto da Silva e João Rodrigues da Fonseca (João Grilo). Comando: a princípio, tenente Mena Barreto e, finalmente, Tito Pacheco, Paulo Duarte, major Oswaldo Mena Barreto. Referiu-nos o maquinista que Tito Pacheco, por vezes viajava, além Queluz, na cupola do blindado, demonstrando grande coragem.

DOAÇÕES — D. Nazareth Pompeu Pacheco e Silva, esposa do Dr. Domicio Pacheco e Silva, em companhia da senhorita Iracema Gomes, visita a Santa Casa e seus enfermos instalados num pobre e velho casarão, na Margem Esquerda. Por intermédio dessa distinta senhora fizeram doações — as irmãs do Dr. Júlio de Mesquita, D. Olivia Guedes Penteador, Drs. Antonio Carlos Pacheco e Silva e João Gonçalves Foz.

— Cada organização dispunha de auxiliares competentes.

As atividades se fragmentavam e se estendiam pelo setor.

Auxiliares com automóveis próprios: Carlos Araújo, Marcelo Mendonça, Paulo Ruiz, Tomaz da Cunha Bueno, Luiz da Cunha Bueno, Noé S. dos Santos, Rocha Azevedo Filho, Jorge Pacheco e Silva, Celso Ferreira Bueno, Alberto de Almeida, Carlos J. do Amaral, Joaquim da Cunha Bueno Neto, Carlos B. Montenegro, Nelson A. Coutinho, Fernando Espindola, Ataliba P. do Amaral, Ademar de Souza Queiroz, Paulo Quartim Barbosa.

Entre outros, além dos nomes já citados, prestaram seu decidido concurso às organizações de guerra, sediadas em

Cachoeira, com projeção no vasto setor, os srs. e sras.:

AO SERVIÇO DE ENGENHARIA — Gastão Mesquita, Otavio Ferraz Sampaio, Alvaro de Souza Lima, Ernani Nogueira, Cincinato Cajado Braga, Fernando Almeida Prado, Arnaldo Camargo, Nelson Godoi, Antonio Bresser Monteiro, Adhemar de Souza Queiroz, Agenor de Camargo Filho, Nestor Dale Caiubi, Artur de Souza Lima, Oswaldo Ferraz Sampaio, Fausto Seabra, Clovis Joly de Lima, José Malheiros.

AO COMANDO DA PRAÇA — Henrique Vilaboim, Walter Cardo, Alvaro Mendes.

AO S.T.C. — Alfredo Figliolini, Daniel Paulo Ferreira, Almiro Caldas Costa, Antonio de Paula Morse, Ralf Pompeu de Camargo, Corálio Ribeiro.

AO Q.C.M. — Afonso Rodrigues Negrão, Eurico Toledo Carvalho, Edgard Guedes.

AO D.A.P.C. — D.D. Carolina de Souza Queiroz, Clorinda Ferreira Bastos, Nanete Ferreira Bastos, Lili de Souza Queiroz, José de Freitas Ramos, José Porto Lopes.

A CRUZ VERMELHA — Drs. Ary de Siqueira e Gomes de Matos. Acadêmicos: Alvaro dos Anjos, Evaldo Foz, Silvio Travaglia, Marcus Alves de Lima. Enfermeiras: D.D. Clarisse Paes de Barros, Margarida Vardier, Oscar Barreira de Alencar, Henrique Lopes, João Laudisio.

AO CORREIO MILITAR M.M.D.C. — João Modesto Barcelos, Ricardo Otajano, Otavio Dayuto, Luiz Prado.

AO SERVIÇO DE SAÚDE — Drs. Artur Costa — Edgard dos Santos Neves, Cristiano de Souza, João R. Barbosa, Caiado Meireles, Mário Nheco, Oswaldo Cerqueira, Fernandes Costa, Edgard, Oto Marcondes, Teodoro.

A 1ª CASA DO SOLDADO — D.D. Marieta Romeiro, Carolina de Souza Queiroz, Lidia Romeiro da Cruz, Sebastiana Adich, Julieta Adich, Antonieta Camargo Penteado, Otilia Camargo Penteado, Glória Magalhães Bastos, Ana Magalhães Bastos, Odila Dihil, Nene Lopes de Almeida e suas filhas Paulina e Lourdes.

A 2ª CASA DO SOLDADO — D.D. Lourdes Pompeu de Camargo, Lucila Pompeu de Camargo, Nazareth Pompeu Pacheco e Silva, Elisa de Quadros, Magda Paim, Hilda Kiel, Eutália Kiel, Adeline Mota S. Lima, Mariinha Teixeira Mendes.

A E.F. PAULISTA — Engenheiros: Pelagio Rodrigues dos Santos, Henrique Florence, Hernani Rodrigues de Andrade, Francisco Oliveira, Pedro de Andrade Carvalho, José Romualdo de Oliveira, João Batista Garcez, Antonio F. Cavalcanti. Médicos: Drs. Henrique Sampaio Correia, Mucio Murgel, Benedito Ferraz, Rubens Cordeiro Leite. Pessoal-subalterno, 170.

AO SERVIÇO DE SOCORRO A VEÍCULOS — Renato Martins, Paco Soares Martins.

A DELEGACIA TÉCNICA — Engenheiros: Martins da Silveira, Francisco Longo, Alvaro Vidigal. Auxiliares: João de Paula Souza, Felinto da Silva, Nabor de Araújo Monteiro, Oswaldo Carvalho.

AO SERVIÇO DE SALVO-CONDUTO — Benjamim Fontes, José Porto Gomes, Homero Porto Gomes, Waldemar Magalhães.

A RESIDENCIA DO D.E.R. — Américo de Carvalho Ramos, Vitor Ressi de Gouveia, Raul Simões, Dario Bueno, Valdo Silveira, Alberto Veiga Filho, José Frederico Martins, Barros Amaral, Bruno Olivati, Antonio Pompeu de Camargo, Alberto Maricato. Auxiliar — Inocêncio Candelaria.

Agosto, 11 — Chega João Neves da Fontoura. Da janela do Q.G. entre o coronel Euclides e Julio Mesquita, o famoso tribuno fala à multidão de paisanos, soldados e oficiais. Grande loquacidade é certo, mas, em vez de um discurso labareda, vulcânico, uma nênia de vencido. Nem o nome de Cachoeira, homônima de sua terra natal, nem os ecos do canhoneio no Túnel, naquela hora, acenderam os archotes de suas palavras.

Agosto, 13 — Chegam a Cachoeira e se dirigem ao front, Altino Arantes, Waldemar Ferreira, acompanhados do coronel Herculano Carvalho.

— À noite, passa pelos ares cachoeirenses, uma esquadrilha de aviões paulistas, sob o comando do capitão Lisias Rodrigues, que muito inquietou Rezende.

Agosto, 17 — Inicia-se, em Cachoeira, com ótimos resultados, a Campanha do ouro para a vitória. Primeira dádiva — Dr. Antonio Fontes Resende, juiz da comarca — seu anel de grau.

Agosto, 18 — Chega ao Q.G. do coronel Euclides, o capitão Otelio Franco, do Estado Maior do General Goes Monteiro.

Agosto, 21 — Falece em combate o tenente Silvio Fleming.

Agosto, 24 — Circulam o «Jornal das Trincheiras» e um boletim firmado por Borges Medeiros, Raul Pila, Lindolfo Color e Batista Luzardo.

Agosto, 30 — Tomba mortalmente ferido em combate, na região de Queluz, o general Goes diz... «sangue do meu sangue, misturando-se com o dos bravos...»

Agosto, 31 — 20 horas. Chove torrencialmente. Chegam a casa do Prefeito: Joaquim de Abreu Sampaio Vidal, Diretor do Departamento das Municipalidades, Alexandre de Albuquerque, Júlio de Mesquita Filho, Alvaro de Souza Lima, Francisco Longo, Alvaro Vidigal, Alberto Prado Guimarães. O Prefeito pede desculpas pelo modesto jantar: frango, lombo, empada, arroz, tutú; sobre-mesa — doce de côco. O que salvou uma situação precária foram as doses de «maceira», pois todos estavam molhados e friorentos, precisando de «estímulo».

Setembro, 13 — Impressionante, o êxodo. Estação repleta. Vasta composição acolhe a multidão de retirantes. Para onde? — A bordo, um óbito, uma delivrance. Murmúrios, preces, choro, falta de leite para crianças, locomoção de pobres, de enfermos, desespero, todos querem fugir e parte o comboio e os aviões roncam nas alturas.

14 horas — Na companhia de dois camaradas, sepultamos dois cadáveres, abandonados no cemitério. Sepultura rasa.

15 horas — Última bomba, visando a Estação. Caiu perto, sobre a casa do Porfírio, ferreiro.

20 horas — Última reunião no Q.G. Leandro Dupré, Domício Pacheco, A. R. Prefeito, oficiais. Euclides ainda confia no destemor dos capitães Aquiles, para os lados de Silveiras, Saldanha, em Cachoeira, Azeredo e Boaventura para os lados do Embaú.

— «Coronel Euclides», diz o Prefeito — muito grato pelo prestígio que me assegurou no transcurso da jornada. Dou por terminada minha missão de Prefeito de Cachoeira. Aguardo ordens».

Abraços, emoção e, ainda, algumas providências.

14 de setembro — 2 horas da madrugada: três estampidos e a ponte sobre o rio Paraíba arriou. Dizem que tal feito foi praticado por Otavio Ferraz Sampaio, capitão Saldanha e Nelson Godoy.

Como resistir?

Sobre Cachoeira investiam pelo centro-eixo da E.F.C.B. as forças comandadas pelo coronel Dalro Filho e major Zenóbio Costa, pontas de lança do general Goes Monteiro; lado esquerdo bandas de Silveiras — as volumosas forças do coronel João Guedes da Fontoura e lado direito, bandas do Embaú, o potencial do coronel Colatino Marques.

E, nessa madrugada de 14 de setembro, a cidade deserta. Alguns aguardam o dealbar do dia... é mais uma esperança que se desfaz em mortas pérolas de espumas.

O epílogo.

1º de outubro — ...lutadores heróicos de pelejas sangrentas, eu vos concito a serdes, também, heróis na desventura e a terdes em mente que a tranqüilidade da família paulista depende, agora, do estoicismo com que souberdes curtir os vossos sofrimentos. A semente do ideal lançada no solo pátrio não precisa de mais sangue para germinar, frutificar e vencer. Coronel Brasílio Tavorda».

* * *

PREFEITOS MUNICIPAIS

Bananal — Luiz Augusto de Almeida. São José do Barreiro — Antonio Santa Marinha.

Areias — Boanerges de Oliveira. Silveiras — José Nobrega. Queluz — Francisco Sene. Pinheiros — Floresval de Castro. Cruzeiro — Tancredo Magalhães. Jataí — Alcides Ferreira. Lorena — Antonio Rosa Júnior. Guaratinguetá — Gastão Meireles França. Cachoeira — Agostinho Ramos.

DELEGADOS TÉCNICOS

Bananal — Ricardo Capote Valente. (não assumiu). São José do Barreiro — José de Campos Amaral. Areias — Mário Leite. Silveiras — Alberto Prado Guimarães. Queluz — Prudente Meireles de Moraes. Cruzeiro — Luiz de Melo Matos. Cachoeira — Leandro Dupré. Lorena — João Gonçalves Foz. Guaratinguetá — Antonio Prudente de Moraes.

DESTACAMENTOS

Sede do Quartel General. Cachoeira — Comandante: Coronel Euclides de Figueiredo — 2º D.I.O.

1º Destacamento — Coronel Sampaio — Sede — Cruzeiro — Túnel.

2º Destacamento — Coronéis Agnelo — Teófilo Ramos — Sede — Queluz, Pinheiros.

3º Destacamento — Coronel Andrade — Sede, Silveiras-Areias.

4º Destacamento — Coronel Abreu — Sede, Guaratinguetá — Cunha.

5º Destacamento — Coronel Abílio Rezende — Sede — Lorena-Piquete.

FORÇAS

DO EXÉRCITO — 4º R.I.; 5º R.I.; 4º B.C.; 2º G.A.P.; 2º G.A.D.; 4º R.A.M.; 2º R.C.D.; 5º R.C.D.; 1º B.C.R.; 5º B.C.R.; 7º B.C.R.; 8º B.C.R. e 11º B.C.R.

DA POLÍCIA — 1º B.C.P.; 2º B.C.P.; 5º B.C.P.M.; 8º B.C. P.

BATALHÕES PATRIÓTICOS: Amador Bueno, Piratininga, Bahia, Jaques Feliz, General Osório, 1º de Justiça, Santos Dumont, Batista da Luz, Saldanha da Gama, Arquidiocesano, 7 de Setembro, Piracicabano, Ferroviário, Henrique Dias, Campos Sales, Funcionários Públicos, Forças da Liga de Defesa Paulista, Coluna Boaventura, Legião Negra, Tiro Naval de Santos, Brigada Minas Gerais, Trem Blindado.

INVASÃO DAS FORÇAS DITATORIAIS

É um capítulo que, em pormenores, fica para outra oportunidade.

Setembro, 14 — Os primeiros oficiais que chegam: Majores Zenobio da Costa e Nilton Cavalcanti. O primeiro, com suas forças avançam sobre Canas (Lorena) o segundo comanda a cavalaria e toma a direção de Campos Novos de Cunha.

Setembro, 14 — A ocupação de Cachoeira. «URGENTE — Dr. Getúlio Vargas — Chefe do Governo Provisório — Resende 14/1/45. Tenho a satisfação de comunicar a V. Excia. que o 9º Regimento de Infantaria e o 23º Batalhão de Caçadores ocuparam Cachoeira. Saudações. General Goes Monteiro».

Setembro, 19 — Getúlio Vargas chega a Cachoeira.

O fim:

«São Paulo 29, Outubro — Dr. Getúlio Vargas — Rio. Com o fito de não causar à nação mais sacrifícios de vida, nem danos materiais, o comando das forças constitucionistas propõe imediata suspensão das hostilidades, em todas as frentes, a fim de serem assentadas as medidas para cessação da luta armada. General Bertholdo Klinger».

Outubro, 1º — Realiza-se em Cruzeiro uma reunião dos emissários do general Góes Monteiro e Bartholdo Klinger. Recusam os emissários de Góes Monteiro as propostas dos emissários de Klinger, no sentido de que, para o restabelecimento da paz, prevalecesse o critério de potência a potência.

Outubro, 2 — «Comunicado das 22 horas e meia: tendo o coronel Herculano de Carvalho, comandante da Força Pública de São Paulo, cientificado ao governo Revolucionário daquele Estado que a referida Força não mais entreteria hostilidades, porque estava empenhada em «salvar o patrimônio paulista e manter a ordem», o governo provisório por intermédio do general Góes Monteiro, Comandante do Exército de leste e da Região Militar, ordenou ao referido coronel que assumisse o governo da Capital, depondo o Interventor e fazendo os Diretores de Secretarias responderem pelo expediente das mesmas. As instruções do general Góes Monteiro foram cumpridas à risca pelo coronel Herculano de Carvalho, o qual se acha investido dos poderes das funções para que foi indicado temporariamente».

Outubro, 2 — Um telegrama — «Pode São Paulo estar certo de que o go-

verno não o tratará em desigualdade e inferioridade em relação aos outros Estados — General Góes Monteiro».

Forças do Exército que combateram no Vale do Paraíba — Leste de São Paulo.

Exército de Leste — 1º D.I.O. — Comandante — General Góes Monteiro.

Destacamentos:

Coronel Daltro Filho — Eixo da E.F.C.B.

Coronel Cristovam Ferreira — Flanco Esquerdo.

Coronel Guedes da Fontoura — Eixo da Rodagem Rio-São Paulo.

Coronel Colatino Marques — Flanco Direito.

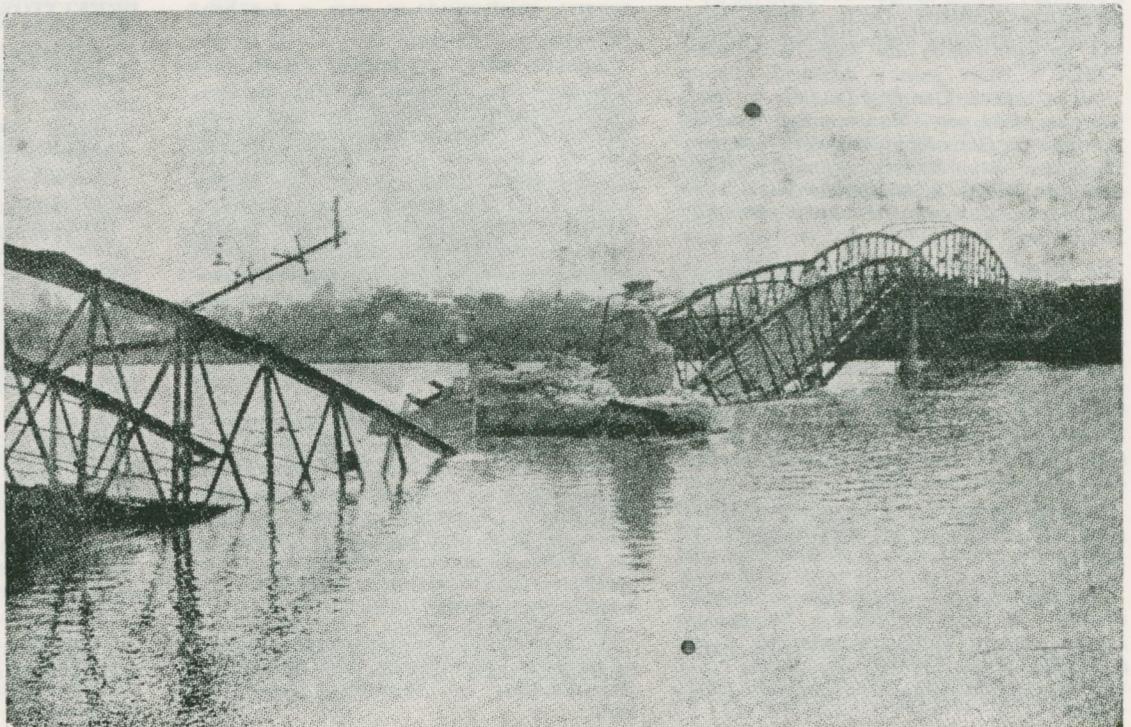
Exército: 1º R.I.; 2º R.I.; 3º R.I.; 9º R.I.; 10º R.I.; 12º R.I.; 1º B.C.; 3º B.C.; 20º B.C.; 22º B.C.; 29º B.C.; 1º R.A.M.; 1º R.C.D.; 4º R.C.P.; Brigada Gaúcha.

Há a acrescentar: várias baterias de G.A.P. companhias de carros de assalto, tanques, contingentes de artilharia naval, batalhões de polícia e de voluntários de outros Estados, cavalaria, infantaria da marinha e as forças do general Jorge Pinheiro e Cristovam Barcellos, no Túnel.

Os dados referentes ao setor federal foram colhidos na coleção do «Boletim de Informações», órgão oficial do Governo provisório, sob a direção de Sales Filho e capitão Afonso Carvalho, que, também dirigia o jornal «O Radical». Quando as forças federais deixaram Cachoeira, a coleção do citado «Boletim» foi encontrada e entregue ao autor desta narrativa.

Nota: No transcurso da jornada pereceram três comandantes: coronel Fulgêncio — mineiro, proximidades do Túnel; coronel Aparício Borges, gaúcho — no Sul e em Santo Amaro — São Paulo — Coronel Júlio Marcondes Salgado, paulista.

E, assim, começou, transcorreu e terminou a Revolução de «32», em Cachoeira Paulista.



A ponte do Parahyba destruída a 14-9-32



ATALIBA LEONEL

MENOTTI DEL PICCHIA

(da Academia Brasileira de Letras)

A revolução de 1930 encerrou o ciclo do domínio do P.R.P., sigla do histórico Partido Republicano o qual, só por São Paulo, dela à República quatro dos seus maiores presidentes: Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves e Washington Luís. Na realidade não era apenas uma agremiação política e sim a refração sócio-econômica da monocultura do café, até há pouco o maior produtor da riqueza nacional.

Sua estrutura paternalista assentava suas bases nos «coronéis» civis, arquipotentes chefes políticos que substituíam os barões da democrática monarquia do culto imperador D. Pedro II.

Ataliba Leonel, advogado formado pela nossa famosa Faculdade de Direito, exercendo, com brilho, advocacia em Piraju, logo, mercê da sua atividade política, tornou-se um poderoso «coronel» perrepesta ao lado das venerandas figuras de Lacerda Franco, Fernando Prestes, Padua Salles, Olavo Egídio e outros «gros-bonets» da onipotente Comissão Diretora do P.R.P. Esta fazia sol e chuva não apenas na política bandeirante, como tinha decisivo prestígio na política nacional. Deputado ao Congresso Estadual, (então órgão bi-cameral), por duas legislaturas até sua extinção com a revolução de 30 e sendo por esse tempo redator político do «Correio Paulistano», tão integrado estava no P.R.P. que minha comunicação com seus supremos líderes quer política quer funcional, levou-me a estabelecer com alguns deles profundos laços de amizade. Ataliba Leonel, ao lado de Flaminio Ferreira Pinheiro Machado, foi dos que se tornaram meus mais íntimos.

Fisicamente era bem um padrão da raça bandeirante. Simples, leal, enérgico, o advogado fora nele absorvido pelo político. Seu prestígio cresceu a ponto de chefiar larga zona do Estado na qual não reinava pela força senão por uma arguta astúcia política servida por uma compreensiva bondade. Transformara cada eleitor num amigo, ao qual dava assistência da sua experiência e do seu prestígio. O coronel Ataliba Leonel poderia ser apontado como um símbolo do P.R.P.

A noite, reunia-se na direção do «Correio Paulistano», com o presidente Washington Luis, com Carlos de Campos, Fernando Costa, Flaminio Ferreira e outros políticos. Eu, como deputado e, por função jornalística, participava dessas tertúlias na redação do venerando matutino, não raro incumbido de dar no jornal uma resenha das decisões ali tomadas.

O «coronel» político transfundiu-se num militar verdadeiro, tornando-se, mercê da sua colaboração guerreira em prol da legalidade nas revoluções de 24 e, depois, nas de 30 e 32, quer pela bravura quer pela decisão no comando, num verdadeiro chefe militar, honrando os supremos galões que lhe outorgara o Presidente Arthur Bernardes, ao conferir-lhe a dignidade de General Honorário do Exército Brasileiro.

Na segunda etapa da minha «A Longa Viagem», resumo a histórica e movimentada evolução do P.R.P. até sua exaustão como comando político nacional. O trabalhismo de Getúlio minara suas bases ajudado pelo liberalismo utópico dos «Democratas» que, afinal, mal disfarçavam magnatas burgueses, que disputavam sua volta à boa vida do comando político do Estado.

Para lembrar minha íntima ligação com Ataliba Leonel vou extrair da «A Longa Viagem», a narração de um episódio que nos uniu durante a sangrenta revolução de Isidoro Dias Lopes logo após sermos expulsos dos Campos Elíseos onde, ao lado do Presidente Carlos de Campos, por quatro dias e três noites resistimos ao cerco com que nos acuciavam as tropas revoltosas de Estilac Leal e do Tenente Cabanas.

Ao sair do Palácio com os últimos companheiros civis que ali haviam oferecido resistência — e me lembro de Flaminio Ferreira, diretor do «Correio Paulistano», do grande advogado Antonio Covello e do meu falecido cunhado o delegado dr. João Nunes de Assumpção Filho — passei a noite em minha casa no Pacaembu.

«Na manhã seguinte as ruas da Capital deliravam com o júbilo dos que ontem, ardentemente governamentais,

já de lenço vermelho no pescoço, espumavam num imprevisito fervor revolucionário. Os obscuros recalques das massas explodem nesses inconscientes impetos de rebelião. Contra o quê? Elas mesmas não definem seu informe anseio. O humor espanhol definiu bem com a famosa anedota: «Hay gobierno? Soy contra...».

Já os mais exaltados reclamavam a cabeça dos perrepeistas. O General Isidoro, o vencedor, aliás homem de boa índole e prudente, continha a sanha dos adenistas. Mandara um emissário falar com Flaminio Ferreira, diretor administrativo do «Correio Paulistano» e comigo, seu redator-político, solicitando-nos, polidamente, que retornássemos ao jornal assegurando-nos a liberdade de ação e todas as garantias.

É claro que não caímos na gentil esparrela. Não duvidávamos porém que nossa recusa importaria na nossa prisão. Resolvemos comunicar ao portador do recado (que no fundo não passava de uma ordem) que nossa decisão lhe seria dada no dia seguinte. E tratamos de fugir.

Sabíamos que Carlos de Campos chegara são e salvo em Quintaúna onde o General Sócrates, enviado pelo Presidente Bernardes, comandava as forças legais ali acantonadas para iniciar a ofensiva. Sabíamos, também que Ataliba Leonel, em Sorocaba reunira às pressas elementos da Força Pública e algumas centenas de voluntários, caboclos xucros e mal armados, para correr em socorro de Carlos de Campos. Movimentara o grupo dos seus fiéis para defender S. Paulo.

Sáimos à tardinha, disfarçados, pois começávamos a ser procurados pelos esbirros de Isidoro num automóvel guiado por um filho de Ataliba Leonel levando conosco a esposa daquele saudoso chefe. As vanguardas rebeldes que nos paravam no caminho choramingávamos que éramos uma família de fazendeiros de Tatuí que, colhida pela revolução na Capital, regressava apavorada com os sangrentos acontecimentos.

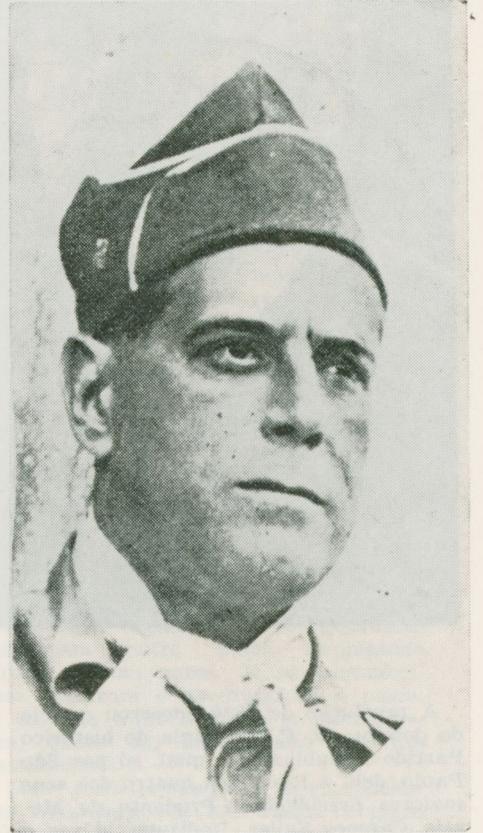
Surpreendemos, alta noite, Ataliba Leonel aquartelado no Grupo Escolar

UM POUCO DO PASSADO

Um dia um grupo de amigos relembra episódios vividos em 32 e alguns nomes foram sendo recordados, entre eles, o General Euclides de Figueiredo, o Coronel Palimercio de Rezende, o Coronel Taborda, o Coronel Sampaio Ismael Guilherme, de repente lembramos-nos de que esses nomes e de milhares de outros que deram com dignidade o melhor de sua bravura pela luta em torno da redemocratização do país iam sendo esquecidos. Coisas do tempo, mas uma verdade que nunca poderá ser esquecida: Deus deu ao homem o poder do pensamento para que ele pudesse lembrar e esquecer... Foi então que escrevi uma crônica na «A Gazeta» e nela disse do que essa gente fez por nossa terra, por nossa pátria e que não compreendia fosse esquecida ao mesmo tempo que apareciam como heróis de 32 figuras

praticamente desconhecidas na jornada memorável claro que devemos reconhecer que o tempo tudo apaga menos o sentido da gratidão que essa é inarrredável da saudade que eles deixaram pelos seus atos e pela sua bravura. O meu comentário foi ter às mãos de Euclides Figueiredo e ele, sempre generoso mas sempre justo enviou-me a carta que abaixo transcrevo e que se mostra rigorosamente atual. O tempo pode correr mas os gestos como de Euclides e do Palimercio e alguns mais, esses ficaram inscritos nas páginas de São Paulo, para serem recordados pelas gerações que vierem depois como exemplo de lealdade, de confiança nos destinos liberais da Pátria.

É a seguinte a carta do bravo, grande militar:



Gal. Euclides de Figueiredo

Rio, 14 de Julho de 1956.

Prezado amigo Fleury.

Saudações cordiais.

Li, com muito agrado, em recorte da **Gazeta**, que me enviou daí o nosso amigo comum Salles Pacheco, o reparo que o apreciado jornalista fez a propósito das passadas comemorações do 9 de Julho, em S. Paulo, referindo principalmente o olvido em que ficamos, o nosso querido Palimercio Rezende e eu. Não me admira que assim tenha sido, de vez que, já de tempos, percebi que as solenidades que se vêm repetindo anualmente, naquela data, na Capital Paulista, ao contrário de relembrar os fatos culminantes da grande Epopéia de 32, vão, cada vez mais descambando para homenagens pessoais — não somente aos mortos, em suas memórias, em que deviam ser justamente concentradas, mas a vivos, figuras apagadas, não aparecidas na grande campanha, respingando até imerecidas deferências a pessoas, que naqueles dias memoráveis se constituíram adversários, inimigos, de São Paulo, a cujo esmagamento emprestaram concurso pessoal.

Esquecem, ou fazem esquecer, os feitos de realce, mas lembram-se de dar posições destacadas, nas solenidades a autoridades, só porque são atualmente autoridades.

O monumento ao **Soldado Constitucionalista**, que se ergue, magestoso, no Parque Ibirapuera, parece espelhar essa premeditada intenção — há medalhões com bustos de heróis, mas lá não se vê, em bronze, as passagens marcantes da grande Revolução. — E não resta esperança de que o tempo, passando por sobre os ódios e os despeitos, faça emergir estas, que serão de fato, que hão de compor a verdadeira História.

Vê o amigo, não traduzo com isso máguas íntimas, que essas, se houvesse, seriam apagadas só com o seu generoso reparo. Mais que eu, deve ser sempre lembrado Palimercio Rezende, valoroso soldado Constitucionalista e devotado amigo, que foi, do povo bandeirante. E melhor, mais justamente que todos, os verdadeiros feitos do Movimento Constitucionalista.

Já assim eu sentia em 1934, e de modo idêntico então me expressei em carta ao saudoso Casper Líbero, declinando do amável convite com que fui por ele distinguido para assistir, como convidado de honra, da **Gazeta** aos festejos que aí se realizaram naquele ano.

Grato, muito grato, por me saber citado em artigo do brilhante jornalista, estampado no mesmo fulgurante vespertino de fundação daquele inesquecível amigo.

Disponha sempre

do admirador

Euclides Figueiredo



Cel. Palimercio de Rezende

com sua pitoresca tropa já deitada entre os bancos. Um pelotão rebelde, como havíamos deparado com um em Pantojo, aparelhado com metralhadoras e um pequeno canhão que ali surgisse, aprisionaria toda aquela confusa malta de reúnos a quem nem uma sentinela vigiava o desarmado sono.

Ataliba, realista, inteligente, bravo mas não roncador de bravatas, ouviu nossa exposição sobre a triste derrota do Governo. Conveio, a nosso conselho, em reunir seu estado-maior. Resolveu recolher imediatamente as suas forças para Itapetininga, onde o coronel Fernando Prestes, Vice-Presidente do Estado e grande político, assumiria automaticamente o Governo caso os insurretos de Isidoro aprisionassem ou assassinassem Carlos de Campos, sobre o que aliás já corria um boato quando estávamos em São Paulo.

O Diretor da Sorocabana, engenheiro Arlindo Luz, que se encontrava naquele reduto legalista, ordenou o recolhimento de todo o material ferroviário para Itapetininga, isolando a região ao acesso dos revoltosos e assegurando o nosso contacto com o Paraná, onde a revolução não obtivera aderentes.

Foi em Itapetininga que se nucleou a força que, junto com as que cercavam a Capital pelo setor que Quitauína, fechada, num anel de ferro, o bando revolucionário. O comando dessa praça, até a chegada do General Artur Costa, o qual encabeçou a Coluna do Sul, estava a cargo de Ataliba Leonel, tendo como ajudantes Júlio Prestes, Flaminio Ferreira e eu. Dias depois juntava-se a nós Washington Luís.

Agora um episódio épico. Eu testemunhara a bravura de Carlos de Campos no cerco do Palácio dos Campos Eliseos quando, opondo-se à decisão do Conselho dos Generais, recusava-se por todas as formas, abandonar aquele reduto. Agora era a vez de outro Presidente, isto é, o Vice-Presidente Fernando Prestes que me tornava historiador e, no caso, companheiro, de um episódio revelando a heróica fibra de um verdadeiro chefe paulista.

Ataliba Leonel deixara em Pantojo um posto avançado como vanguarda do exército que estávamos organizando em Itapetininga. Era um pequeno grupo de soldados da Força Pública bem municiado e sob bom comando.

A brusca notícia de que esse grupo estava conspirando e que se propunha aderir a Isidoro e a marchar contra Itapetininga levou Fernandes Prestes a nos convocar urgentemente para um conselho. A situação era grave. Um ataque surpresa desorganizaria todo o trabalho da formação da força destinada a fechar o cerco dos rebeldes pela ala sul.

— Partirei já para Pantojo — declarou nosso comandante Ataliba Leonel — e tentarei sufocar a conspiração. Farei isso nem que me venha custar a vida. Preparem um trem especial mas não façam ninguém saber desta resolução para evitar alarma.

Ataliba Leonel e seu atendente Nenê Sobrinho partiram sozinhos. Nós, o velho

Fernando, Júlio Prestes, Flaminio Ferreira e eu, ficamos alertas em angustiosa expectativa.

A noitinha, de Tatuí chegou-nos pelo telefone, esta estarrecedora noticia: o Dr. Frank Bernardes, Promotor Público e genro de Fernando Prestes, vira passar pela Estação o trem de Ataliba Leonel regressando de Itapetininga com a tropa amotinada a dar berros pelas janelas. Pareceu-lhe ver, num banco do vagão, estendido o corpo de Ataliba, talvez morto.

Fernando Prestes convocou-nos alarmado. Um golpe de surpresa por essa tropa amotinada sobre a cidade onde ainda, desorganizados, paisanos e soldados treinavam para formar um corpo militar capaz de marchar contra a Capital, seria nossa ruína. Sugeriu, então, que nós quatro, ele, Júlio Prestes, Flaminio e eu, fôssemos esperar, fortemente armados, essa tropa numa curva do caminho. Seríamos quatro contra cinqüenta. Uma Termopila cabocla. . .

— Pelo menos — comentou o Vice-Presidente Fernando Prestes — daremos a esses rebeldes uma prova de que os paulistas estão prontos a morrer pela legalidade.

Eu me lembro que, sob o luar claro que espiritualizava essas frígidas noites de junho, seu corpo erecto no alto do barranco em que nos pastáramos para dominar a estrada projetava nela sua sombra. Fumava, como era seu hábito, um cigarro de palha. De repente, a uns trezentos metros, rompeu no alto da estrada o primeiro caminhão repleto de soldados. Outro caminhão o seguia.

Havíamos deixado de atalaia, a uns passos do local em que nos tínhamos entrincheirado, um mulato pertencente à pequena guarda que ali havia sido postada para policiar a estrada. Incumbimo-lo de identificar a tropa que se aproximasse.

— São eles! — exclamou o velho Prestes. Jogando fora o cigarro e deitando-se de bruços, apontando a carabina na direção dos caminhões que em velocidade desciam a rampa da estrada.

— Queira Deus, Presidente — disse-lhe eu num último resto de esperança — que ainda um dia fumemos o nosso cigarro no meu gabinete do «Correio Paulistano».

Nessa hora, o mulato que se postara no meio da estrada gritou para os soldados apinhados no primeiro caminhão:

— Quem vem lá?

— Soldados de Ataliba Leonel! — replicou um miliciano.

Voltei-me aturdido para o velho Prestes:

— E esta, Olhe. . . É o Ataliba que está saltando do caminhão.

De fato. Ataliba Leonel e Nenê Sobrinho já corriam ao nosso encontro espantados e confusos.

Descemos do barranco. O imprevisto do acontecimento somado à alegria de vermos o Ataliba vivo nos levou entre abraços, a deixar a explicação do estranho episódio para quando regressássemos ao Palácio. Aos soldados que se mostravam atônitos diante de tudo

quanto de estranho acontecia, explicamos:

— Viemos aqui, camaradas, fazer uma inspeção na vossa guarda. Está tudo em ordem. Agradecemos a presteza com que nos vieram dar apoio. Podem recolher-se. Boa noite.

No Palácio, sentados em torno de uma mesa, o que lá naquela noite restava de bebida — uma garrafa de pinga — ia enchendo os cálices dos seis protagonistas daquela aventura: o Vice-Presidente Fernando Prestes, Ataliba Leonel, Júlio Prestes, Flaminio Ferreira, Nenê Sobrinho e eu. Fumando seu cigarro de palha, com sua palavra calma, Ataliba foi desvendando o mistério daquele drama. Chegara no trem especial com Nenê Sobrinho a Pantojo, de surpresa. Notara que, de fato, alguma coisa estavam tramando um tenente e alguns soldados. Informado por um guarda amigo ali escalado foi discretamente procurando um a um os suspeitos a começar pelo tenente, assegurando-lhes que o Governo já ganhara a parada, bebendo com cada um deles pela próxima vitória e declarando que já achava desnecessária a permanência de toda aquela tropa naquela guarnição. Convidou-os, pois, a regressarem para Itapetininga para um justo descanso.

A proposta foi aceita com júbilo. Como o trem em que viera estava de fogos acesos, resolveu precipitar a volta. Vinham todos meio bêbados e radiantes e ao passar o trem por Tatuí, debruçaram-se nas janelas dando vivas à vitória. Ele, Ataliba, exausto, deitou-se num banco e dormiu. Foi esse espetáculo que assustou Frank Bernardes e o fez expedir o telefonema alarmante.

Chegando a Itapetininga soube Ataliba por um irmão de Júlio Prestes que este, mais Fernando Prestes, Flaminio Ferreira e eu, tínhamos partido, armados, rumo de Lambari. Foi então que, imaginando algo de muito grave, reuniu a tropa que comboiava, embarcou-a em caminhões e correu ao nosso socorro.

Muito pela emoção, um pouco pela bebida e o mais pela alegria do feliz desfecho de uma tragédia que não aconteceu, nessa noite caímos na cama e dormimos profundamente na paz do Senhor».

Não faltará quem fará minudente biografia de Ataliba Leonel. Encontrará nessa vida honrada e útil muitos instantes em que revelou, ao lado do seu amor por S. Paulo, seu espírito de decisão e de serena coragem. Pertencendo àquela austera geração de políticos para os quais a honradez era um imperativo da função que exerciam — bons tempos os de Altino Arantes, Washington Luís, Carlos de Campos e Júlio Prestes, dos quais Ataliba Leonel foi fiel amigo e colaborador sempre presente e eficiente — sua vida escorreu limpa daqueles pecados que o poder e as oportunidades oferecem aos menos fortes, pois relativamente pobre entrou para a contínua ascensão de sua brilhante carreira dela saindo menos rico, enriquecido apenas pela admiração e carinho de todos os que o conheceram.

BENDITA ARRUAÇA...

SEVERINO DOS SANTOS



MEDALHA DE 1932

Nóbrega
de
Siqueira

*Jamais eu tive fazendas,
embora em velhas fazendas
tenham nascido meus pais.
Que faria com fazendas,
se hoje dão tão poucas rendas
os frutos dos cafezais?*

*Nunca recebi comendas,
embora muitas comendas
tivessem meus ancestrais.
Que faria com comendas,
se apenas trazem prebendas
e compromissos sociais?*

*Não usei punhos de rendas.
Minhas reduzidas Rendas
sempre foram salariais.
Que emprego daria às Rendas?
Vivo no mundo das lendas,
escrevendo madrigais...*

*Porém, me orgulha a medalha,
fundida ao troar da metralha,
durante luas e sóis...
Medalha de Combatente,
do mais modesto Tenente
Paulista de Trinta e Dois!*

(Niterói, 9 de julho de 1972)

Após aquele inesperado e decepcionante armistício de 28 de setembro de 1932, São Paulo continuou sendo tratado como terra conquistada pelos vencedores da revolução de outubro de 1930. Os getulistas procuravam mil e uma maneiras de humilhar, de espeznhar São Paulo e os paulistas. Não bastava o tratamento que nos davam de presa de guerra. Era preciso ferir e ferir mais e mais o nosso brio, destruindo e conspurcando nossas mais caras tradições históricas. E sempre davam um jeito. E o nosso Largo do Palácio (hoje Pátio do Colégio) não escapou à afronta e à provocação.

E que fizeram os getulistas? Tiraram a placa «Largo do Palácio» e substituíram-na por outra com o nome de «João Pessoa». E quem era, afinal, João Pessoa? Um político paraibano, assassinado na Paraíba, amigo e correligionário do ditador gaúcho Getúlio Vargas.

Já era demais. A placa contraditória não podia ficar naquela praça de tão cara tradição para nós paulistas, que lembra onde uma palhoça levantada por Anchieta foi igreja, escola e local da fundação da cidade de São Paulo. E foi ali mesmo, no Inhapuambucú («morro que se vê de longe») que uma paliçada levantada pelo cacique Tibiriçá passou para a História como a primeira fortificação nos campos de Piratininga!

Aquela placa com o nome completamente estranho era uma provocação que merecia uma resposta, uma reação.

Uma tarde surgiu entre os populares mais exaltados, no Largo de São

Francisco, na Praça do Patriarca e imediações, um movimento, a princípio em surdina, em forma de cochicho... Era a reação que se esperava e que não podia tardar. O movimento logo tomou corpo e ânimo, e então todos já gritavam: «Todos ao Largo do Palácio... Vamos arrancar a placa!»

Era o grito de guerra, e a resposta era uma só: «Vamos!» E eu não vacilei, também disse «Vamos».

... E fomos. A confusão foi grande no Largo do Palácio. Houve correrias. Houve tiros para o ar, pois a polícia teve que intervir. Mas a placa foi arrancada e levada em triunfo como troféu de guerra. (*)

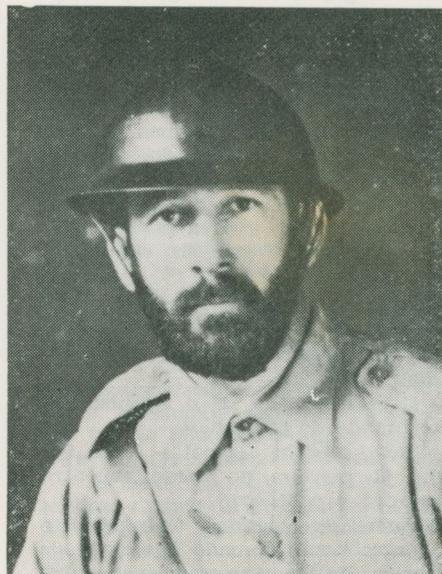
Passados alguns dias os getulistas colocaram outra placa impingindo aquele mesmo nome. E os «arruaceiros» voltaram e apedrejaram a placa. E eu, que também atirei a minha pedra, quase fui espalderado por um cavalarião!

Mais tarde, quando já havia paulistas no governo de São Paulo, a placa incômoda foi retirada e substituída pela que lá está e que ficará para sempre «PATIO DO COLÉGIO».

Fomos chamados de arruaceiros. Bendita arruaça aquela!

(*) Este fato foi lembrado pelo padre Hélio Abranches Viotti, S. J. em seu «Memorial Sobre o Pátio do Colégio», nestes termos: «Exatamente após a epopéia de 32 e a propósito das venerandas tradições do Pátio do Colégio, é que se ergueram as primeiras vozes de defesa em favor da manutenção das tradições paulistas, quando um grupo de patriotas arrancou as placas, que lhe desfiguravam completamente o significado histórico».

PIRATININGANOS NO FRONT...



AUGUSTO P. SALGADO — Sua atuação no Setor Norte foi brilhante merecendo citação especial nos boletins de campanha.



DOMINGOS ANTONIO CORREA — Nosso sócio-fundador. Lutou bravamente nas trincheiras do Setor Sul.

NOVE DE JULHO DE 1932

Quarenta e três anos são decorridos desde o dia glorioso em que os paulistas, vilipendiados e oprimidos, cansados de suportar uma ditadura nefanda, que os oprimia e humilhava, num assomo de coragem e civismo, unidos por um mesmo e nobre ideal, ergueram-se para exigir a constitucionalização do País.

O tempo, na sua marcha implacável, privou-nos da campanha de muitos dos nossos companheiros daqueles dias memoráveis. Mas os que sobreviveram têm ainda bem presentes aqueles momentos épicos de uma grandeza sem par. Cabe-lhes, assim, o dever de transmitir às novas gerações a lembrança daquele momento cívico de singular significação.

A memória humana, sob a ação de um mordente emocional, aguça, fixa e conserva de forma nítida e indelevel os episódios nela registrados. Assim, a Revolução de 1932 acode hoje à nossa imaginação revestida de tal forma de expressão, que nos parece tenha sido ontem, não obstante tantos anos passados.

As impressões que dela ficaram desfilam no nosso pensamento de forma nítida e colorida, com extraordinária clareza e relevo, surgindo à tona da consciência sem o menor esforço, impregnadas pelo mesmo sentimento que dominava a todos os paulistas.

Povo e Governo, irmanados pela mesma causa, sem medir sacrifícios, realizaram um supremo esforço, com a mesma fé nos nossos destinos.

O espetáculo que se nos deparava naquele momento, único da nossa história, era empolgante e sem precedentes. A mocidade, tomada de indescritível entusiasmo, acudia aos quartéis, disputando os postos mais arriscados na frente da batalha, pronta a enfrentar galhardamente as forças daqueles que, traindo as promessas formais da Aliança Liberal, uma vez instalados no poder, recusavam-se a restabelecer o regime democrático.

Dias antes da deflagração do movimento, tombaram bravamente nas ruas de São Paulo, quatro heróis, cujas iniciais deram origem à sigla M.M.D.C., poderosa organização civil formada, como por encanto, com incrível rapidez, para auxiliar os que partiam para a frente: Aliciava voluntários, formava batalhões, cuidava dos serviços de logística, atendia a população civil, enfim cuidava de tudo quanto fosse indispensável para que nada viesse a faltar aos combatentes.

O sangue generoso dos primeiros sacrificados na defesa de tão nobre causa

não correu em vão. Logo se transformou em chama ardente que incendiou todos os espíritos e galvanizou todas as forças vivas de São Paulo. Nenhum impedimento seria capaz de conter o cataclismo que desabara sobre a Ditadura. Discretas tentativas feitas para um acordo político fracassaram, já que os homens colocados no Poder haviam perdido o crédito de confiança neles depositado, tantas vezes traída a palavra empenhada. Ninguém transige, ninguém cede a exigência da Constitucionalização do País, que é imposta como condição primeira, essencial e imediata para qualquer entendimento. Não é aceita. Dominados por um idealismo a toda prova, impulsionados por uma idéia-força de gigantescas proporções, os paulistas ergueram-se e marcharam com a firme disposição de enfrentar o inimigo, sem vacilações e sem temores, malgrado a desproporção de forças e recursos.

Operou-se então um verdadeiro milagre: cessaram todas as divergências político-partidárias, desapareceram as barreiras que separavam as classes sociais, sem discriminações de qualquer natureza. Todo e qualquer ressentimento porventura existente deixou de existir, suplantados foram todos os desentendimentos e preocupações, para dar lugar a um só e mesmo pensamento: lutar por São Paulo e pelo Brasil.

Não houve quem não participasse da luta e a ela não emprestasse colaboração.

A mocidade ardente e impetuosa acode ao chamamento dos chefes revolucionários; os que não tinham preparação militar em pouco tempo se adestraram no manejo das armas. Os mais velhos, incapazes para o serviço militar, ocupam-se em operações de retaguarda, nos quais prestam inestimáveis serviços. Mães corajosas aceitam, resignadas e orgulhosas, a dolorosa notícia de haver tombado um filho no campo da honra. Há pais que, como o Marquês de Marialva, empunham a arma do filho mortalmente ferido na luta, para substituí-lo e vingá-lo.

Menores imberbes não se conformam em permanecer longe das frentes de batalha e fogem de casa para alistar-se, alguns adulterando a idade para serem aceitos. Encontrados pelas famílias recusam-se a abandonar seus postos.

Diga-o este bilhete de um menino de 15 anos — Dilermando Dias dos Santos, que lutou bravamente até cair ferido.

«Não Mamãe. Se a senhora veio da fazenda para me buscar, é tempo perdido. Não vou. E depois pode pergun-

(Conferência proferida pelo PROF. A. C. PACHECO E SILVA, no Clube Piratininga, a 9 de Julho de 1975)

tar aos meus amigos, eu já sei lutar e nada sofro nas trincheiras. Até pelo contrário. Mamãezinha.»

Senhoras da sociedade, afeitas ao conforto e ao bem estar, sujeitam-se a trabalhos penosos. Passam noites em vigília à cabeceira dos feridos; costumam até altas horas da noite, confeccionando fardamentos para os soldados ou cozinham ao relento, na retaguarda das tropas, para que não venham a faltar alimentos para os soldados.

Homens em idade provecta — professores, magistrados, industriais, profissionais liberais, comerciantes — políam a cidade, em substituição às praças que haviam partido para a frente.

Escoteiros levam mensagens e chegam a desmaiar, vencidos pelo cansaço, mas nem assim abandonam seus postos, numa bela demonstração de espírito cumprimento do dever.

Exemplos de heroísmo não faltam. Fernão Sales, um dos articuladores do movimento, é dos primeiros a cair fulminado pelas balas inimigas. Longe de se intibiar com as perdas sofridas, isso exalta o valor combativo e a ânsia de vencer dos voluntários.

Jamais se viu tamanho despreendimento, tamanha bravura, e tamanho espírito de sacrifício. Nem tanto e tão acendrado patriotismo, tanta energia inquebrantável e disposição tão arraigada para lutar e vencer.

Gente culta e abastada se confundia com os humildes e os iletrados, imbuídos todos pela mesma fé ardente, unidos por idênticos ideais de recuperar as liberdades perdidas e de restituir ao Brasil e a São Paulo o regime constitucional.

O paulista sentiu renascer-lhe a fibra atávica do bandeirante audaz que nele palpita latente, pronta a ressurgir-se despertada por sentimentos nobres.

Enganaram-se redondamente aqueles que acreditavam limitar-se a operosidade da nossa brava gente à conquista de bens materiais. Julgavam que o conforto e a fartura que desfrutavam e a pecunia acumulada houvessem arrefecido o sentimento cívico e patriótico capaz de levá-los a uma reação e a grandes sacrifícios na luta pela liberdade.

O que se deu foi um desmentido formal e cabal aos que assim pensavam. Provaram os fatos que, tanto na paz, que tanto almejam, quanto na guerra que abominam, quando forçados a nela empenhar-se, são os paulistas de hoje lutadores indômitos, como o foram seus ancestrais.

Ilustres figuras surgiram conclamando os paulistas a reagir contra os

que lhe rendeu o tributo da sua admiração e a homenagem do seu valor pela inspiração recebida e cumprida em notas musicais para recordar o passado de ontem que ainda vive presente na beleza daqueles versos. Era evidente que o Clube Piratininga lhes ofertasse a esposa do Poeta e ao Maestro, duas estatuetas, símbolo de nossa gratidão, que foram acompanhadas à Senhora Guilherme de Almeida, uma flor humana de flores nativas. Assim em versos vibrantes, em música própria lembramos a maravilha epopéica da «Canção do Expedicionário». Antes o Hino Maravilhoso da «Canção do Soldado» que recordava ao mundo que eramos da Pátria a Guarda Fieis Soldados e a segunda a evocação do passado quase presente para mostrar ao mundo que íamos a terras exógenas levar o nosso suor e o nosso sangue, pela defesa da Liberdade, ameaçada pelos nazi-fascistas que queriam impor uma nova ordem ao seu feito e ao seu talento.

O Acadêmico e Poeta Paulo Bomfim, em versos inspirados lembrou a glória de Buri e de Monte Cassino. Disse-o da seguinte forma:

Nesta noite que é tão nossa,
No Clube Piratininga,
Neste Julho tão São Paulo,
Tão feito de evocações,
Fundimos numa só glória,
Buri e Monte Cassino,
Os heróis de 32
E a bravura dos pracinhas;
O mesmo sangue vertido
No túnel ou sobre a neve;
O mesmo ideal conduzindo
Nossas bandeiras de sonho!
Nesta noite que é tão nossa,
O Clube Piratininga,
— Pela terra e pelo povo —
Lembra Guilherme de Almeida
Poeta da grande Causa,
Senhor do verso e da guerra,
Da paz, do amor, da saudade;
Saúda Spartaco Rossi
Iluminado Maestro
E parceiro de Guilherme
No hino de amor que se chama
Canção do Expedicionário!
Nesta Noite que é tão nossa
— Baby Musa de São Paulo,
— Maestro Spartaco Rossi,
Guardai em vossa lembrança
A gratidão dos paulistas
E a ternura brasileira
Do Clube Piratininga!

PAULO BOMFIM

Ao encerrar fez a entrega dos trofeus e das flores a Spartaco Rossi e a Dona Baby de Almeida.

* * *

Como sempre tempos o dever de lembrar a participação gloriosa da Polícia Militar do Estado com o seu coral e sua Banda Musical, presentes na hora evocativa que nos irmanou na luta pelo bem da Pátria. Lembramos que organização dos nossos festejos em todos os seus detalhes foi promovida como sempre pelo nosso companheiro Cons^o Benedito Campos Carvalho, o eterno paulista-naturalizado que Minas Gerais nos deu para alegria nossa e para orgulho do seu chão.



9 de Julho no Ibirapuera

Na memória do tempo, 9 de Julho será a eternidade. Recordo o gesto de Spartacus da gente paulista. Estávamos cansados da escravidão romana imposta pela Ditadura brasileira. E fomos para a revolta, levados pelo impulso da dignidade. A manhã amanhecera festiva naquele dia de 32 e os reverberos do sol incendiaram os corações e todo o povo com uma só flama e uma só alma saiu a rua procurou armas e se foi para as trincheiras gritando a necessidade da continência continuar a serviço do império da Lei. Foram três meses de sortidas de avanços e de recuos. Cessado o movimento ficou de pé na plenitude da sua força a chama do ideal que vingou definitivamente em 1945. Então serenos os espíritos esquecemos o passado sempre presente na nossa memória porque assistimos o retorno da Lei pela Liberdade. O Clube Piratininga fundado com esse ideal continuou como a perseverar em manter essas tradições de nossa terra que lembravam e lembram os quatro e meio séculos da descoberta do Brasil e da sua irreversível vocação de ser livre.

Iniciando as solenidades do 9 de Julho acompanhamos juntos os festejos iniciais promovidos pela nossa co-irmã Sociedade Veteranos de 43 — MMDC que constaram do seguinte:

Programa das solenidades comemorativas do 43º aniversário do Movimento Constitucionalista de 1932.

Dia 9-7-1975

Local: Monumento Mausoléu do Soldado Constitucionalista de 32 - Ibirapuera

Hora: 9 horas - Hasteamento do Pavilhão Nacional e das Bandeiras Paulista e do Movimento.

A seguir:

— Deposição de coroas de flores, pelos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Prefeito Municipal, junto à Estátua do Herói Jacente.

— Missa campal.

Despile: Grupamento Civil:

— Veteranos de 32, F.E.B. e Ex-Combatentes Aliados.

Grupamento Militar:

— VI Distrito Naval

— II Exército

— IV Comando Aéreo Regional

— Polícia Militar.



opressores. Ibraim Nobre, o grande e inolvidável tribuno, que se immortalizou pela sua atitude corajosa e desassombrada, a todos empolgava com sua palavra mágica e arrebatada, conclamando-os a participar da luta sagrada. Ao receber o General Klinger, escolhido para comandar o exército revolucionário, traduziu em palavras ardentes o sentir dos paulistas:

«A minha voz é a voz das pedras, da poeira das estradas, das luzes que se acendem no escuro, dos murmúrios que se escutam dentro das casas, uma voz saída da alma paulista, General.

«Nós estamos aqui, todos de pé, e em armas. Chamaram-nos de separatistas, porque procuramos não só libertar São Paulo, como todo o Brasil desse estelionato civil que queria fazer de nós, escravos. Não somos separatistas. É mentira. Nós deixamos nossas casas, numa comunhão de ricos e pobres, de operários e patrões, para nos defendermos. Nossas mãos calejadas pelo trabalho pegaram em armas, para que sobre a sepultura da nossa dignidade não colocassem um epitáfio de lama.

«Mas, uma grande consolação nos resta: o Exército de Caxias, de Osório, esse Exército glorioso que tanto honra a nossa Pátria, está ao nosso lado, personificado na pessoa ilustre de vós, General Berholdo Klinger.

Estamos dispostos a derramar o nosso sangue em defesa de São Paulo e do Brasil, dispostos a morrer para que possamos chegar ao Rio e sanear o Catete.

«Repare, V. Excia nas nossas frentes, onde existem ainda os sinais da coroa de espinhos, no nosso flanco lanceado, na nossa túnica rasgada, no nosso corpo flagelado por tantos sofrimentos. Mas, o sofrimento é tanto mais nobre quanto mais rude o calvário. O nosso movimento é do Brasil católico, disciplinado e forte, contra a anarquia em que queriam que vivessemos. Uma luta de Jesus contra Lenine.

«Nós queremos que seja respeitada essa Constituição que a Ditadura rasgou, queremos que em todo o Brasil todos possam viver como cidadãos e não como bajuladores.

«Conduza-nos, General, leve-nos à vitória para que o Brasil possa viver livre e voltar ao trabalho. Permita-me, General, que lhe transmita a solidariedade e confiança de todos os paulistas no abraço que lhe quero dar.»

Registram-se então gestos de renúncia e de grandeza d'alma comparáveis aos dos antigos romanos nos dias de glória. Um homem da estatura intelectual e moral de um Ernesto Leme, que prestava serviços no policiamento de São Paulo, não se conforma com permanecer na retaguarda, parte para as trincheiras com o batalhão em que se alistava, deixando ao seu superior um bilhete, que é um modelo de virtudes cívicas, de patriotismo e espírito de sacrifício. Ei-lo:

«É mais de meia noite. E eu lhe escrevo para fazer as minhas despedidas. Depois das dez horas, quando saía do meu posto no serviço de policiamento,

para fazer uma inspeção geral na turma que pela primeira vez prestava os seus serviços, recebi um telefonema do Batalhão Piratininga em que estou alistado, que devemos partir para Quitaúna ... rumo ao desconhecido. Os meus bravos camaradas cumpriram a sua promessa. Eu lhes pedira que não partissem sem me avisar, porque eu não poderia ceder a ninguém, a preço algum, o meu lugar nas fileiras. E é por isso que não lhe vou dar pessoalmente o meu abraço e pedir-lhe que me dê substituto, na chefia da 1ª Divisão de Policiamento.

«Talvez isso se assemelhe a uma deserção. No policiamento há muita gente que me renderá, com vantagem. No Batalhão, porém, ninguém existe que

possa marchar com mais consciência da sua responsabilidade e mais devotamento a São Paulo do que eu. Quem vai, como eu vou, sem saber para onde, não sabe quando há de voltar, nem, também, se voltará. Se não nos virmos mais, porém, creia que parti abençoando a sua obra pelo bem da nossa causa.

«Havemos de vencer, meu amigo. Deus está conosco!»

Em semelhante atmosfera, dominada por intensa vibração emocional, em que cada qual procurava dar o máximo de si em prol da nobre causa, os poetas, que tão bem encarnam a alma de um povo para traduzi-la em poemas admiráveis, sentem-se inspirados e compõem versos de incomparável beleza, como estes de Martins Fontes:

POLA GREY

Nunca jamais se viu, através das idades,
Nas fulvas convulsões das suas tempestades,
Um povo de repente em radiosa invectiva,
Conseguir realizar, de forma imperativa,
Abrasado de amor, de piedade e de orgulho,
O que São Paulo fez, na arrancada de Julho!
Foi épico e sem par! Nada, nada, revela
O ardor desta explosão estranhadamente bela!
Jamais há de existir quem creia sem ter visto
O que foi esse assombro, esse espanto imprevisto!
A Galia heróica, a França, alma da Marselhesa,
Que é a própria liberdade encarnando a Beleza,
É um país secular, uma antiga fornalha,
Cujo espírito ferve em perpétua batalha!
Mas São Paulo foi sempre uma pátria serena,
Que praticando a paz, a violência condena,
Berço da promessa, generoso agasalho
De doçura perene em contínuo trabalho!
E esse povo feliz, e essa gente bondosa,
Alheia a todo o mal, desarmada, operosa,
Num surto sem igual, súbito se levanta,
E empunhando o fuzil, prega uma guerra santa!
Isento de ambições, funde todas as classes,
Num só corpo, e de pé, em porfias tenazes,
E sem mais repousar, sem cessar, em tumulto,
Castiga a usurpação, e repelindo o insulto,
Consegue, ao transfundir de um sangue ardente e novo,
Demonstrar quanto é grande a Justiça de um povo!
E essa luta vivaz, integral, fulminosa,
Nos estos da paixão, tornou-se religiosa!
Reflete a nossa fé, condensando na ardência
A luz da redenção, a ânsia da independência!
É o nosso brio em fúria, a dignidade em guerra
Contra a opressão voraz, em defesa da Terra!
Nada queremos nós, nesta ovante cruzada,
Senão destruir de vez a exploração da espada,
Do jugo militar, da parva tirania,
Do assalto vilanaz que nos lesa e injuria!
São Paulo concedeu aos seus filhos a glória
De salvar o Brasil da mais nefanda escória.
Urge que alguém exalce a Bandeira Paulista.
Há de, entre nós, surgir um esplêndido artista,
Um vate condoreiro, um titanescos atleta,
Que, sendo o Herói, também seja em verdade o Poeta!
Fruto do nosso tempo e do nosso regaço,
Espelho incandescente em projeções no espaço!
Cósmica vibração, eco da Humanidade,
Que proclame, a rugir, que — a honra não tem cidade!
A essa voz popular de aedo socialista,
Que amanhã, vai cantar a epopéia paulista
Grandilouvo, abençoo, apaixonadamente!
E como quem votasse uma rosa candente,
Com o fervor fraternal com que agora o festejo,
Oferto o coração, desfolhado num beijo!

Quero render também a minha homenagem ao meu querido e saudoso amigo Guilherme de Almeida o insuperável poeta autor de *Bandeira de Treze Listas*.

Vencidos pelas armas, cairam os paulistas de pé, sem se deixar abater pela adversidade.

Os chefes revolucionários assumiram integral responsabilidade pelo desencadear da insurreição. Chamados a prestar contas dos seus atos, atenderam prontamente à convocação para que se apresentassem, o que fizeram sem pestanejar. Presos e exilados, aceitaram com altivez as penalidades que lhes foram impostas pelos detentores do poder, sem revelar o menor arrependimento pela atitude assumida, tranquilos e sobranceiros, conscientes de terem cumprido um dever indeclinável para com São Paulo e o Brasil.

A Revolução Constitucionalista abalou fundamentalmente os alicerces da Ditadura. Os que se haviam instalado no poder e nele se mantinham por um ato de força e prepotência, não tardaram a se capacitar dos riscos a que se expunham no caso de perseverarem no propósito de impedir a redemocratização do País, exigida pela maioria dos brasileiros, cansados do regime de opressão e despotismo que lhes fora imposto contra a sua vontade. Logo foi convocada a Assembléia Nacional Constituinte, encarregada de redigir e promulgar a nova Magna Carta, que restituía ao povo as liberdades perdidas.

O grande e nobre ideal que levava os paulistas a recorrer as armas havia sido alcançado.

Não foram, pois, inúteis os sacrifícios exigidos, o sangue derramado e as vidas perdidas dos que tombaram heroicamente na defesa da causa sagrada em que se empenharam.

A vitória moral suplantara a derrota material.

Mais uma vez o direito e a razão triunfaram sobre a opressão e o despotismo.

Quase meio século transcorreu desde a data histórica que hoje comemoramos. O Brasil atravessou, nesse lapso de tempo, períodos incertos e difíceis. Não poucas vezes estiveram as liberdades ameaçadas e feridas. O mundo passou e ainda passa por uma fase das mais difíceis de sua história, constantemente ameaçado por regimes totalitários da direita e, sobretudo, da esquerda.

Contudo, o nosso País tem sabido resistir corajosamente a todas as investidas contra ele lançadas e superou sucessivas crises externas e internas. Venceu galhardamente os que tentaram aqui implantar a subversão para alcançar o poder. Conquistou, em relativamente curto espaço de tempo, invejável posição e grande prestígio no concerto das maiores nações do mundo. Os exemplos de civismo e patriotismo dos paulistas e a experiência da Revolução de 1932, muito concorreram para a vitória das forças democráticas seriamente ameaçadas. Do movimento de 1964 participaram muitos veteranos

da epopéia paulista, os quais formaram na resistência erguida para conter e esmagar os que tentavam implantar o comunismo em território pátrio. Curiosa correlação aritmética $1932 \times 2 = 1964$.

Que esse espírito liberal, que essa mesma fé ardente nos nossos destinos continue imarcescível a iluminar as novas gerações. Que a chama sagrada que nos foi legada pelos nossos avoengos jamais se apague, para que seja preservada a soberania do nosso País e a integridade do nosso território.

Aqueles que teimam em conquistar e dominar o mundo, para nele implantar a sua malfadada ideologia, não desistiram dos seus propósitos de arriar o auri-verde pendão, que não é mais da esperança, mas de esplêndida realidade, para em seu lugar hastear um farrapo vermelho, tinto pelo sangue que derramaram, onde figura a foice assassina e o martelo demolidor.

Não há um mês, estava eu na Itália, percorrendo aquela bela região da Toscana, precisamente na altura onde lutaram bravamente os nossos pracinhas incorporados às forças expedicionárias brasileiras, muitos dos quais jamais reveriam a Pátria querida, de onde haviam partido cheios de fé, entusiasmo e esperança na vitória das forças aliadas. Os seus corpos já não mais jazem no cemitério junto a Pistóia, onde foram sepultados. Repousam hoje os seus restos mortais na terra generosa e bendita onde nasceram, em cujo holocausto deram suas vidas preciosas. Mas ali se encontra um belo monumento, erguido para comemorar os feitos daqueles que tombaram heroicamente na defesa da Pátria estremecida, nos campos da Itália.

A paisagem que se me deparava, em plena primavera, era de uma beleza incomparável. As campinas verdejantes, semeadas de flores silvestres, emolduradas ao longe por majestosas montanhas, recortando um céu azul de anil, que lembra o nosso constituía um espetáculo verdadeiramente deslumbrante. O ar era puríssimo, diafano e perfumado, soprava uma leve brisa que fazia drapejar a nossa bandeira erguida no topo do monumento histórico.

O ambiente convidava o espírito a divagar e a meditar sobre o passado, o presente e o futuro da humanidade, tão confuso e tão cheio de apreensões nos dias que correm.

Havia eu pressentido nos países que percorrera, um clima de inquietação e de apreensão, quanto ao porvir da nossa civilização.

Nunca senti, então, tamanha felicidade pela ventura de ter nascido na Terra de Santa Cruz, que é hoje um verdadeiro oásis, a atrair gente de todos os quadrantes da terra em busca de um recanto onde viver em paz.

Raças e povos que lá fora se digladiam em constantes conflitos, aqui vivem na melhor convivência e na mais perfeita harmonia, em contínua miscigenação, sem ódios, discriminações ou preconceitos de qualquer espécie.

Uma nova e pujante Nação surge no nosso Continente, bafejada por um pro-

gresso e desenvolvimento assombrosos, servindo de modelo a muitos outros povos que ainda não lograram alcançar perfeita concordia entre si. Qual o mistério a explicar semelhante fenômeno? Só poderá ser a indole de nossa gente, a compreensão humana e a generosidade dos brasileiros.

Ao falar dos antecedentes e da glória da Revolução Constitucionalista, há nomes que não podem ser olvidados, entre os muitos que a ela deram tudo, para vê-la vitoriosa: Pedro de Toledo, o nosso grande Governador, que se comportou com a maior dignidade e altivez em todos os momentos da epopéia paulista. Como deixar de ressaltar a pessoa de Júlio de Mesquita Filho, imperterido defensor da Democracia, sempre na estacada, de viseira erguida, nas pugnas de que participou. Que dizer de um Waldemar Ferreira, jurista emérito, autêntico varão de Plutarco, exemplo vivo de civismo, que não se cansava de proclamar que «acima das paixões e interesses individuais ou de fações, devem pairar sobranceiros os da Pátria Brasileira».

Euclides de Figueiredo, o general destemido, comandante do setor norte da Revolução, onde bateu-se com bravura e heroísmo, terá o seu nome para sempre recordado por todos os paulistas. Inconformado com o regime de opressão que voltou a vigorar com a instituição do Estado Novo, prosseguiu na luta com a mesma têmpera de aço, padecendo com resignação e estoicismo, sofrimentos físicos e morais, sem jamais curvar-se perante os homens da Ditadura.

Minhas Senhoras e meus Senhores, a Revolução de 1932 contou com dois notáveis historiadores que dela participaram ativamente. O saudoso Paulo Nogueira Filho e Aureliano Leite, que ainda hoje, a despeito dos longos anos vividos, constitui um exemplo de trabalho, pertinácia e civismo para aqueles que, quando muito ainda poderiam dar em favor da comunidade, ensarilham comodamente as armas.

O Clube Piratininga, Entidade Cívica e Cultural de grande projeção em nosso meio, tem sabido preservar, entreter e enaltecer as nossas mais lídimas tradições. Tudo isso concorre para que a Revolução Constitucionalista de 32 continue a ser cultuada com amor e reconhecimento pelas sucessivas gerações.

Que belo espetáculo assistimos ainda esta manhã, em frente ao Mausoleu erguido em memória aos que tombaram na defesa das nossas mais caras instituições. Presentes o ilustre Governador do Estado, as mais altas autoridades militares, civis e religiosas assistimos a um desfile dos antigos voluntários da M.M.D.C. da Força Pública e de batalhões das Forças Armadas. Foi uma cerimônia tocante, de civismo e de fé na grandeza dos nossos destinos, firmada nas virtudes de uma raça que, tanto na paz, como na guerra, externa ou interna, sabe defender a nossa Pátria contra os seus inimigos.

Ave! 9 de Julho de 1932.

O PÁTIO DO COLÉGIO

MÁRIO SAVELLI

(Do Inst. Hist. e Geogr. de S. Paulo)

Em atenção à honrosa incumbência que nos foi conferida pelos nobres Pares do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, vimos apresentar memorial sobre assunto que, no momento, sensibiliza a opinião pública: a sustação das obras de reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio — elemento principal da urbanização dessa área de impar expressão na História de nossa cidade, que, para um destino magnificante, ali nasceu, sob o signo da Cruz. Reafirme-se, desde logo, esta circunstância feliz: S. Paulo é uma das poucas grandes cidades do mundo que pode com exatidão apontar o local sagrado de nascimento.

O célere evoluir de nossa Metrópole, que se transmudou, num milagre de trabalho e tenacidade, na maior concentração humana e no maior complexo industrial do Hemisfério Sul, compele-nos a agir com presteza, se quisermos — dignificando-a — salvar-lhe inavaliáveis riquezas espirituais com a preservação dos marcos relevantes de nossa civilização, e entre estes avulta o Pátio do Colégio — verdadeira acrópole cívico-sentimental da urbe estuante.

Essa preservação sensibilizará tanto mais as novas gerações quanto mais se avizinhar dos aspectos pretéritos relembrados de instantes estóicos e heróicos na trajetória da Pátria. E é esse o propósito que, há decênios, congrega as entidades culturais de maior prestígio de S. Paulo na defesa do Pátio do Colégio, peça preciosa de nosso desfalcado patrimônio histórico.

Retornaremos ao exame desse persistente e proficiente trabalho de defesa das tradições representado pela reconstrução arquitetônica de aspecto oitocentista do araxá que constituiu cenário do momento inaugural de S. Paulo de Piratininga, e que, numa imutável predestinação de presença às manifestações essenciais da vida social paulistana foi sítio da primeira casa de orações, da primeira escola, do primeiro lar, da primeira oficina, do primeiro campo-santo, do primeiro centro administrativo, do primeiro hospital e do primeiro teatro.

Apresentamos uma sinopse dos principais eventos ocorridos nesse epicentro do grande destino paulista.

Ali, no cimo da escarpada colina do Inhampubuçu — esplêndida posição estratégica, garantidora da sobrevivência do burgo nascente, ameaçado pela investida tupi —, a 25 de janeiro de 1554, dia da Conversão de S. Paulo, com a celebração da Santa Missa, fundaram-se o Colégio e a Aldeia de Piratininga.

Terminada a festa inaugural, iniciou-se a fãina que não mais terminaria, de construção, catequese e ensino. Nos primeiros meses, excluídos os religiosos, nem um só branco havia em Piratininga. Em setembro, o Padre Afonso Bras — o grande mestre de obras da leva inacina — começou a traçar a planta da Casa-Colégio, juntar material e instruir os companheiros artesãos — carpinteiros, pedreiros e ferreiros jesuítas — para a construção que se tornaria, por dois séculos, o maior conjunto arquitetônico do Planalto, abrigando a escola alfabetizadora de curumins e formadora de sacerdotes, mestres e missionários.

A Casa-Colégio tornar-se-ia o fulcro do desenvolvimento social, espiritual, cultural e econômico da área planaltina em processo civilizador.

Enternece mencionar, por exemplo, a «Botica do Colégio», instalada logo nos primeiros anos, para, em 1700 tornar-se não apenas depósito, mas produtora de remédios, vendidos aos ricos e doados aos pobres.

Mas, o Colégio devia ser complementado por um templo, e o Padre Afonso Bras, hábil e infatigável, começou a construção que exigiu quase um triênio de trabalhos. Inaugurada a 1.º de novembro de 1556 a Igreja abrigaria os ofícios religiosos por 111 anos. Em 1591 era recebido o primeiro pároco de Piratininga: Lourenço Dias Machado. A pequena Igreja jesuítica permaneceu matriz de S. Paulo até 1612, quando, inaugurado o novo templo, transferiu-lhe, até mesmo, o nome (S. Paulo), passando a denominar-se de «Santo Inácio», por alguns chamada «Igreja do Senhor Bom Jesus». O tempo, porém, realizou sua obra arruinadora e uma nova Igreja de Santo Inácio — ao que refere o Padre Serafim Leite — foi construída e inaugurada por volta de 1670, no reitorado do Padre Lourenço Cardoso, brasileiro. E este o templo que — desabado em 1896 — estava, até 10 do corrente, sendo reconstruído. De 1843 a 1850, durante os reparos da Catedral, foi Sé provisória.

Em S. Paulo, por ordem do Marquês de Pombal, os Jesuítas — 14 sacerdotes, 1 estudante e 7 irmãos construtores, — 9 brasileiros (sendo 3 paulistas) — foram presos a 3 de novembro de 1759 e desterrados a 21 de janeiro de 1760, sendo-lhes confiscados os bens.

O colégio de 1760 a 1764 passou a ser residência episcopal de Dom Frei Antônio da Madre de Deus Galvão.

Em 1765 foi transformado em Palácio dos capitães generais governadores de

S. Paulo, sendo primeiro ocupante D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, que, na Igreja, da qual mandou «fazer quase de novo a torre», constituída em Capela do Palácio, presidiu, a 25 de agosto de 1770, a única sessão da Academia dos Felizes.

Nele instalou-se, em 1821, o Governo Provisório de S. Paulo, suscitado por José Bonifácio — passo inicial para a Independência.

Em 1822, D. Pedro I, após o gesto do Ipiranga, ali se hospedou e recebeu as aclamações populares.

Em 1838, no segundo piso, instalou-se a Assembléia Provincial.

No edifício continuaram a alojar-se repartições: Secretarias de Estado, Correio Geral e, até mesmo, uma primeira tentativa de Museu.

Ao assumir a presidência da Província, em 1881, o Dr. Florêncio de Abreu, decidiu reformar o palácio em sete meses. Fez derrubar a grande ala perpendicular ao plano da fachada da igreja e, sob protestos da imprensa e de cidadãos cultos, construir para a parte remanescente do edifício uma frente inteiramente em desacordo com a do velho templo. Em 1885 o Largo do Palácio foi transformado em jardim gradeado, com estreito portão de acesso.

Em 1889, no Palácio, o Brigadeiro José Vieira Couto de Magalhães, último presidente da Província, fez, com exemplar dignidade, a entrega do poder à Junta Republicana.

Na República (com marcante influência positivista, nos primeiros tempos), tentou-se, em 1891, fazer do templo sede da Assembléia Constituinte do Estado. O bispo Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, compareceu a Palácio e protestou ante o Governador Jorge Tibiriçá pelo desrespeito ao poder eclesiástico e, não sendo atendido, embargou judicialmente as obras de adaptação.

Em 1932, no glorioso Movimento Constitucionalista, Pedro de Toledo foi, no Pátio do Colégio, aclamado Governador de todos os paulistas.

Durante a noite de 13 para 14 de março de 1896 desabou o telhado do templo, e, em consequência, efetuou-se a demolição total da estrutura, excluídas as fundações. Afirma Serafim Leite que «Não foram alheias à derrubada da igreja tristes paixões humanas». O governo pagou ao bispado 350 contos pelo terreno e as ruínas do edifício, para a construção de outra igreja. Esta é a do Coração de Maria, em Higienópolis.

MOVIMENTO PRÓ-RECONSTRUÇÃO

O templo destruído, como decorrência de incúria e, talvez, má fé, não era apenas a casa de prece de sucessivas gerações de paulistas. Era, também, uma nobre reminiscência da fundação de S. Paulo. E a consciência cívica de nossa gente nunca se conformou com a derrubada da relíquia histórica.

Já em 1938 teve início, com a participação de figuras exponenciais de nossa sociedade, lideradas pelo Padre Cursino de Moura, campanha sistemática para que o local se destinasse à evocação das origens da cidade. O movimento culminou com a entrega ao Governador Fernando Costa de um álbum com 4.000 assinaturas em que se solicitava deferimento ao anseio coletivo.

E, no momento de vibração patriótica do IV Centenário da Cidade, os que aspiravam a restauração não só da Igreja, mas, também, do antigo Colégio, promoveram intensa campanha em favor do alto objetivo.

Houve por bem a Assembléia Legislativa do Estado, com assentimento do ilustre Governador Lucas Nogueira Garcez, atender o apelo em favor da reconstrução dos edifícios históricos do Pátio do Colégio, e o fez pela Lei nº 2.658, de 21 de janeiro de 1954. Por esse instrumento a Fazenda do Estado foi autorizada a transferir à Sociedade Brasileira de Educação, entidade jurídica e mantenedora das «Obras Sociais, Catequéticas e Educacionais da Companhia de Jesus», o domínio pleno de área de 2.805 m² situada no Pátio do Colégio. A doação do terreno foi feita acompanhada das relíquias nele existentes, obrigando-se, porém, a donatária a «construir um novo Colégio S. Paulo e Igreja anexa tanto quanto possível nos limites das fundações iniciais e reproduzir em um perfeito remanescimento o ato inicial da fundação da cidade de São Paulo». **Há, pois, uma obrigação legal de reconstrução do Colégio e da Igreja.**

Desde logo trataram os jesuítas de cumprir o compromisso decorrente da honrosíssima doação. A 25 de janeiro de 1954, foi, numa revivência do instante inaugural de S. Paulo de Piratininga, com a presença do Marechal Rondon, cercado por um grupo de índios, e com a bênção do Cardeal D. Jaime de Barros Câmara, lançada a pedra fundamental do colégio — recriado exatamente sobre os antigos alicerces e com as características e detalhes arquitetônicos obtidos através de rigoroso exame da ampla documentação e iconografia restantes. Responsável pelo projeto reconstitutivo e pela obra é o eminente arquiteto Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, primeiro regente da Cátedra de Arquitetura do Brasil na USP. Em 1956 a Prefeitura expediu Alvará de Construção — nº 257874, de 8-XI. A preocupação de respeito ao passado do Prof. Gomes Cardim é meridianamente evidenciada pelo cuidado em conservar a mais antiga parede de S. Paulo — a de taipa, encontrada na demolição do antigo Palácio do Governo, e protegida num galpão envidraçado.

No prédio do Colégio reconstruído com recursos da «Campanha de grati-

ção aos Fundadores», há vários anos, funcionam, em período noturno, classes de alfabetização para jovens e adultos, freqüentados por cerca de 150 alunos. É um retorno ao quadro primitivo de Anchieta a instruir as primeiras gerações paulistas. Ali cultuam-se as nossas tradições no Curso anual da História de S. Paulo, promovido pelo Ateneu Paulista de História. Criou-se a «Comissão Cívica do Monumento Histórico da Fundação de S. Paulo» que, entre as muitas manifestações cívicas, há anos, vem se desincumbindo das comemorações da «Semana Paulista de Anchieta». As visitas à Casa de Anchieta e, sobretudo, ao Museu nela instalado, são numerosas e em crescendo, prevalecendo a presença de estudantes. Na pequena capela provisória, no torreão da igreja, está exposta, desde 1966, relíquia de um dos fundadores da cidade: o venerável Anchieta.

Para a reedificação da Igreja, a «Comissão do Monumento Histórico de Fundação de S. Paulo» pleiteou durante 15 anos a cessão do terreno ao lado do torreão, e após percalços numerosos, a Câmara Municipal, pela Lei 7.356, de 19 de janeiro de 1969, promulgada pelo eng. Paulo Salim Maluf, Prefeito Municipal, restituiu os 691 m² de solo outrora ocupado pelo templo à Sociedade Brasileira de Educação «para fins de reconstrução da igreja histórica do Pátio do Colégio». Fixa-se, assim, **mais um compromisso legal, e este específico, de reconstrução do templo.**

Em cerimônia celebrada a 9 de junho de 1970, com a presença do Prefeito Paulo Maluf e dos Eminentíssimos Cardeais Dom Agnelo Rossi e Dom Jaime de Barros Câmara e numerosas autoridades civis e militares, foi solenemente lançada a primeira pedra da obra.

A 21 de outubro do mesmo ano foi inaugurada a remodelação da praça, com novo ajardinamento, pavimento de lajotas e moderno sistema de iluminação elétrica.

Três leis Municipais, sancionadas pelo Prefeito Paulo Salim Maluf, completaram as medidas preliminares e desapropriatórias para a reurbanização do Pátio do Colégio.

Na administração Figueiredo Ferraz foi, por determinação do ilustre Prefeito, erguido o tapume em torno da área da igreja a ser reconstruída, e, nesse local, o douto arqueólogo Dr. José Anthero Pereira Júnior, Membro Titular desta casa, há pouco falecido, realizou, de acordo com a melhor técnica, pesquisas de coleta dos restos mortais dos cidadãos do velho S. Paulo sepultado no templo, com a abertura de cinco valas no trato correspondente à nave central.

Os poucos despojos coletados foram colocados em pequenas urnas e ofertados a cidades interioranas, fazendo-se das partículas do solo sagrado do local de início da civilização do Planalto o símbolo da união dos paulistas.

O resultado dessa pesquisa, que se traduziu, na verdade, em pequena coleta, está minuciosamente registrado no magistral relatório apresentado pelo Prof. José Anthero Pereira Jr., no qual o ilustre cientista informa que «o assentamento de canos de água e esgoto, processado sem nenhuma cautela, revolveu os despojos existentes no local, fracionando-os e tornando-os irreconhecíveis».

Essa assertiva leva a crer que inexpressivos resultados poderão advir de qualquer nova pesquisa. Convém lembrar que em relatório referente a uma primeira exumação, apresentado ao Presidente do Estado, em 1897, o Prof. Antônio Dino da Costa Bueno, Secretário do Interior, noticiava que os ossos retirados das sepulturas e dos ossários se encontravam «a exceção dos do Padre Guilherme Pompeu, bastante estragados e poidos». Continua o culto relator informando «Foram todos esses restos veneráveis separadamente envolvidos em urnas de madeira e transferidos com as respectivas lápides para a Igreja de S. Pedro». Em 1901, esses despojos, entre os quais os de Tibiriçá, foram transladados para a Igreja do Coração de Maria.

Vê-se, portanto, que, se por pesquisas arqueológicas (no caso, termo um tanto pretencioso) considerarmos a exumação de despojos, essa está feita. Se julgarmos os remanescentes das fundações do velho templo elementos de valor arqueológico, está, com as escavações já efetuadas, concluída a pesquisa; pois, foi inteiramente descoberto o embasamento, que só poderá ser prejudicada se permanecer por longo tempo exposto às intempéries.

O Prefeito Miguel Colassuonno deu apoio integral às obras de reconstrução da Igreja, concedendo o auxílio de Cr\$ 1.000.000,00 para as mesmas. Na posse dessa importância, a Comissão deu início às obras, confiadas à renomada firma Adolfo Lindenberg, que, em gesto generoso e de alto sentido cívico, renunciou a qualquer remuneração pelos seus trabalhos profissionais. E com a reconstrução em pleno andamento e, até mesmo, com elementos estruturais de concreto em execução, a 9 de junho (Dia nacional de Anchieta) do corrente ano, recebeu a Sociedade Brasileira de Educação do CONDEPHAAT — Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Turístico do Estado — intimação para sustar os trabalhos «no sítio arqueológico constituído pelos restos da antiga Igreja do Pátio do Colégio».

Nas considerações de ordem polêmica subsequentes à medida, citaram-se normas internacionais sugeridas no atinente à restauração de monumentos, entre elas a Carta de Veneza, que tem, sem dúvida, razões de aplicação em países possuidores de opulento patrimônio histórico e artístico, o que não é, infelizmente, o nosso caso. Ante a nossa pobreza nesse terreno, proque não optarmos por um exemplo americano: o de Williamsburg? Esta, capital colonial da Virgínia, com recursos doados por John D. Rockefeller Jr., após acurado levantamento informador de sua fisionomia urbana quando era, no fim do século XVIII, o centro político, social e educacional da Virgínia, foi transformada num museu vivo do período colonial, com cerca de 500 prédios reconstruídos ou restaurados — entre os quais citariamos: o Capitólio (1705); a Taverna de Walther Raleigh (1742); o Tribunal (1770); a Igreja Paroquial de Bruton (1717), o mais antigo templo Episcopal em uso ininterrupto na América e a Whyte House (1755), quartel-general de Washington antes do cerco de Yorktown.

A ICONOGRAFIA EM CAMPINAS

LYCURGO DE CASTRO SANTOS
(Academia Campinense de Letras)

Viscondessa de Campinas
(1797-1879) Retrato a óleo
por Fernando Piereck. Coleção Celso Maria de Melo Pupo.



Há mais ou menos quinze anos, em artigo publicado na imprensa campineira lamentei a ausência de iconografia sobre o fundador de Campinas, Francisco Barreto Leme. Dele não se conservou a imagem em qualquer desenho, pintura ou escultura. E hoje em dia o que dele existe — um medalhão de bronze na Igreja do Carmo, em cujo chão foi enterrado em 1782 — é apenas supositício. Atribui, então, o fato à precária situação sócio-econômica que não permitiu a existência de pintores ou desenhistas na povoação incipiente. Sabe-se, aliás, que em São Paulo, de Fernando Dias Pais também não se conservou a figura. Para a representação de sua esfígie, tanto na estátua de mármore que Afonso d'Escragnolle Taunay colocou no peristilo do Museu Paulista, como no medalhão de bronze existente na parede abacial de São Bento, os artistas reproduziram o rosto de um descendente direto do bandeirante, o seu quinto neto, dr. Pedro Dias Gordilho Pais Leme.

Não somente de Barreto Leme, mas também de outros primeiros e principais povoadores de Campinas, de fins do século XVIII, inexistiu representação pictórica. Assim, em Campinas datam apenas do século XIX os primeiros documentos iconográficos. É bem certo que os naturalistas e os viajantes que percorreram o País e por Campinas transitaram, como Auguste de Saint-Hilaire, Luís d'Alincourt e outros, não deixaram e nem fizeram qualquer desenho de edifício, logradouro, ou de algum morador da então vila de São Carlos. Assim, tirante um ou outro, a maior parte dos documentos iconográficos provém da segunda metade do século passado, quando a cidade havia crescido e passara a desfrutar de invejável situação sócio-econômica.

Celso Maria de Melo Pupo, no livro de sua autoria, «Campinas, seu berço e juventude», 1969 (páginas 203 a 205), relacionou os pintores que residiram na cidade, como o francês Claude Joseph Barandier (cerca de 1865), que pintou para a Catedral (então Igreja Matriz Nova) cinco quadros dos Passos da Paixão de Jesus Cristo. Tanto Barandier como Fragoso (a partir de 1870),

como o alemão Fernando Piereck (1878-1880), Escolá (1878), Júlio Ohmstron (1887) e Eugênio Papf, deixaram todas boas telas com as imagens de homens e senhoras da sociedade. E pintor retratista campineiro dessa época foi Antônio Carlos de Sampaio Peixoto, o Sampaio.

O salão nobre da Irmandade de Misericórdia de Campinas ostenta em suas paredes a melhor galeria da cidade com os quadros de sacerdotes, freiras, provedores, benfeitores e beneméritos da Irmandade, de ambos os sexos, quadros de autoria dos artistas acima relacionados e de outros modernos, como Aldo Cardarelli. Essa galeria merece ser visitada e apreciada, estando catalogada e muito bem conservada e apresentada.

Um guache possivelmente de autoria de Hércules Florence com a imagem de Miguel Ribeiro de Camargo — que foi vereador em Campinas em 1808 — seria talvez a mais antiga tela de Campinas. Encontra-se no Museu Arquidiocesano de Campinas, do qual é diretor o historiador Celso de Melo Pupo. Aliás, desenhos de Hércules Florence sobre diversos temas, conservam-se ainda inéditos em mãos de seus descendentes, como aquele muito sugestivo feito em 1830, e que mostra o socamento, por escravos, das taipas da Matriz Nova, desenho esse reproduzido por José de Castro Mendes em «Retratos da Velha Campinas».

José de Castro Mendes foi um artista de valor que muito se interessou pela preservação do passado e da tradição de sua cidade. Na «Revista do Arquivo Municipal», de São Paulo, CXXXIX: 117-284, abril-maio de 1951, publicou os «Retratos da Velha Campinas», com separata. Além de desenhos que são ou seus, originais, ou reproduções, cópias de outros artistas, Castro Mendes estampou uma série de ótimas fotografias antigas, que mostram logradouros, jardins públicos, coretos, chafarizes, lâmpões de iluminação pública e particular, monumentos, igrejas, casas da cidade, sedes de fazendas do município, tipos humanos, corridas de cavalos, festas carnavalescas, meios de transporte, etc. Muitas dessas fotos foram feitas

em 1870-80. Alguns dos desenhos reproduzidos por José de Castro Mendes são da autoria de Henry Lewis, pseudônimo usado pelo médico norte-americano J. C. Reinhardt. Mostram aspectos de Campinas em meados do século XIX. Os originais desses desenhos já reproduzidos, como numerosos outros, ainda inéditos, pertencem a uma senhora, bisneta do dr. José Cooper Reinhardt.

José de Castro Mendes pintou ainda sedes de fazendas campineiras em aquarelas que foram reproduzidas e publicadas pelo Instituto Agrônomo de Campinas em «Velhas Fazendas do Município de Campinas», São Paulo, 1947, texto de José Estevam Teixeira Mendes. No Museu Arquidiocesano de Campinas encontram-se cerca de 80 aquarelas de Castro Mendes, todas sobre as fazendas campineiras.

Hércules Florence, que morreu em Campinas em 1879, passa por haver realizado a invenção da fotografia alguns anos antes de Louis Deguerre anunciar a sua descoberta em França, em 1839. Mas não são conhecidas fotos de sua autoria, que seriam no gênero hoje chamado daguerreotipo. Nas últimas décadas do século XIX vários artistas da fotografia estabeleceram-se em Campinas e o acervo documental que deixaram é grande. Há em poder de descendentes desses profissionais e ainda inéditas, fotografias de acentuado interesse histórico. Geraldo Sesso Júnior estampou há poucos anos, em «Retalhos da Velha Campinas», Campinas, 1970, uma grande quantidade de fotos que retratam a cidade e seus habitantes através dos anos. Outra série de igual interesse possui Geraldo Sesso Júnior, pronta para publicação. Nos «Retratos da Velha Campinas», o primeiro documento apresentado reproduz o quadro do pintor Salvador Caruso sobre a primeira missa rezada em Campinas em 14 de julho de 1774. Essa tela e ainda outras cinco ou seis, também de Caruso, e que retratam homens de prol pertencem ao acervo do Centro de Ciências, Letras e Arte de Campinas. Segundo Celso de Melo Pupo, Salvador Caruso não foi bem assessorado e a sua tela sobre a primeira missa em Campi-

nas não refletiria a verdade histórica. No Centro de Ciências conserva-se ainda o retrato a óleo de Campõs Sales por Fernando Piereck.

Em data recente, a Prefeitura Municipal adquiriu de um fotógrafo profissional estabelecido na cidade, nada menos que 244 grandes fotografias, tipo «poster», que se acham expostas nos saguões da Biblioteca Municipal. Datam muitas do século passado, sendo as demais das primeiras décadas deste século. Constituem documentação iconográfica de real valia. São as vistas da cidade em diversas épocas, o Mercado das Hortaliças em 1900 (atual Largo das Andorinhas), os bondes puxados a burros, os tilburis, a rua Regente Feijó em 1900 com lampiões de gás fixos nas paredes das casas, o lançamento, em 1903, da pedra fundamental do monumento a Carlos Gomes quando orava Alberto Santos Dumont, o Jardim Carlos Gomes em 1898 com as palmeiras imperiais ainda de pequeno porte e roupa branca que as lavadeiras puseram a quarar sobre o capim, o Largo do Rosário com as árvores no chão, mandadas derrubar que foram pelo prefeito Cerqueira Lima, em 1932, diversos edifícios históricos, etc.

Quanto à Biblioteca Municipal de Campinas, sabe-se que sua fundação data de 1946. Pois desde 1948 vem ali se ajuntando um documentário geral sobre Campinas, seus homens ilustres e beneméritos, imprensa, hospitais, colégios, obras públicas, política municipal, publicações, principais sucessos e efemérides. São recortes de artigos e notícias, geralmente ilustrados, de jornais e revistas, catalogados por Carmen De Angelis Nicoletti, Maria Regina Tullio Fernandes e Palmyra L. Azevedo, que é a incumbida da colagem dos recortes.

Na «Monografia Histórica do Município de Campinas» editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1952, no capítulo dedicado aos titulares do Império nascidos em Campinas ou à cidade vinculados, Theodoro de Souza Campos Júnior estampou telas e fotografias dos nobres hoje muito propriamente denominados «barões do café», proprietários que foram de fazendas na região de Campinas.

Recentemente a Prefeitura Municipal — e nunca será demais enaltecer a ação do prefeito Lauro Péricles Gonçalves em favor da cultura e da tradição da cidade — editou «Campinas em Pedra e Bronze», 1974, um completo guia dos monumentos e placas comemorativos com a foto, a localização e uma pequena notícia.

Finalizando, seja lembrado que em várias instituições culturais, de assistência e recreativas, e ainda em residências de descendentes de famílias tradicionais, conservam-se ainda algumas poucas valiosas telas dos pintores atrás enumerados, e velhas fotografias que retratam vultos de prestígio na cidade, da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX. O destino dessas fotos e desses quadros, grandes demais e por isso deslocados ou impróprios para os modernos ambientes familiares, será naturalmente o de terminarem figurando nos museus da cidade.

O ANO INTERNACIONAL DA MULHER...

ARMANDO PISÁPIO

Quando o Presidente Woodrow Wilson, em 1907, oficializou o Dia das Mães, inspirando-se na americana Anna Jarvis, Professora de Webster, Virgínia, que transferiu para todas as mães do mundo a homenagem que seus amigos prestaram à memória de sua mãe, Anna Reeves Jarvis, no que foi imitado por todos os povos, inclusive pela nossa Santa Igreja Católica, que o marcou no seu calendário oficial, intencionalmente, deu-se o Dia da Mulher, porque, na sua generalidade, como disse Dom Ramón Angel Jara, Bispo de La Serena, Chile, ela tem um pouco de Deus e muito de anjo.

Mas, resguardando essa felicidade, que cultuamos sempre, também o Ano Internacional da Mulher, que ora se instala, merece o respeito de todos, se é que, para nós, ele vem de longe, de quando o homem, franqueando a sua condição de mando, perdeu aquele absoluto predomínio que o impunha sobre todos os seres organizados.

Depois, quando a vida mudou e as cidades cresceram, com suas escolas e universidades, já emancipada, remida do poder alheio, salva, livre, daquelas normas e tabus da idade da pedra, controle emocional e inteligência, tratavam-na à moda das cavernas, cheia de intrepidez de ousadia e desembaraço, até à Júlio Verne, numa cosmonave (*), explorando as alturas, ela ascendeu para o progresso, como uma autêntica atuante às difíceis soluções humanas, ombro a ombro com o homem, para provar que a sua personalidade não apresentava aquela enganosa diferença.

— o —

Bem, esse prólogo, para projetar a mulher, tem a confirmar que, na verdade, o nosso mundo masculino ressentia-se dessa triste realidade, que se agrava, também numericamente, pelas úlceras e cardiopatias que nos tocam, já que, como na vida pública, nas ciências e nas artes, nas letras e até na política, contra aqueles que não acreditavam no seu brilhantismo, também entre nós, na nossa vida associativa, onde os valores se acumulam, ela se destaca, revelando-se para os mais árduos encargos,

* Valentina Tereshkova — cosmonauta russa — 1962.

além de estremecer-se de ternura, ou alterar-se com a bravura dos leões, na defesa da família, como, antes, por êncômios cantavam-na os poetas.

A confirmar, na decorrência daquela que, no passado, com seu brilhantismo, no trabalho e na luta, na retaguarda e na linha de frente, nas oficinas, nos escritórios, nos quartéis e em toda parte, engrandeceu a nossa história, culminando no nosso maior episódio, — a Revolução Constitucionalista de 1932 —, que o nosso brio, a nossa tradição de gente livre, a nossa gana de brasilidade, tão bem concretizou no Clube Piratininga, aí então, como um pouco do quanto de bom há entre nós, as companheiras Maria de Lourdes Marcondes Machado, Norma Calabrese e Maria Alice Vieira Campos, diretoras e conselheira, com reconhecidos méritos, entre outras, que, por uma impiedosa amnésia, deixamos de registrar.

Por isso, dispondo-nos a aceitar essa transformação, esse estado de iguais direitos e obrigações, vamos conceder um crédito de confiança à mulher, principalmente à nossa, por seus elevados propósitos, com a honra de termos contribuído para essa admirável conquista, até que esse «monstro», o nosso querido Clube Piratininga, chegasse a tanto.

— o —

Mas, com a mesma consciência dessa mocidade promissora, com ânsia de participação, principalmente aqui, neste ufano Brasil de vinte e cinco milhões de estudantes, ensaiando uma personalidade nova, — quem sabe? —, para livrar-nos das nossas enfermidades e defeitos, vamos reconhecer imparcialmente o direito de cada qual, sem logro, discriminação, preconceito, e, o que mais se impõe, sem pretensa subordinação.

Porém, sem risos e zombarias, depois, quando, fora da solução procurada, as painéis e as fraldas acumularem-se à nossa espera, para não pagarmos em lágrimas o nosso orgulho ferido, não por essas coisas sem beleza, já que nem tudo tem que ser só de beleza, mas para não pagarmos os nossos erros nos extremos das nossas vaidades e ambições.

VIVA O ANO INTERNACIONAL DA MULHER!...

A GENTE E A CIDADE DE SÃO PAULO NAS VÉSPERAS DA INDEPENDÊNCIA

NILVA R. MELLO

(Do Inst. Hist. e Geogr. de São Paulo)

SAINT HILAIRE, naturalista francês que visitou São Paulo em 1819, gostou da cidade. Entrou, disse ele, no dia 20 de outubro, por uma rua larga, passou por um lindo chafariz, cruzou por uma ponte de pedra, a do Lorena, sobre o ribeirão «Hynhangabahú», e... aí terminou o encanto alvoroçado da chegada. O sábio francês acabava de entrar na hospedaria do Bexiga, pouso precário para homens e animais. Seu susto passou à História, ao se defrontar com a sujeira e desconforto do quarto onde ia dormir, «... sem forro, sem janela...»

Aí passou duas noites, e continuou viagem. Ao sair da hospedaria do Bexiga voltou o bom humor ao viajante, que se confessou enamorado da terra: «Atravessei a cidade de São Paulo, incontestavelmente a mais bela de todas por mim visitadas desde que estava no Brasil». (1)

Encontrou o ar puro na cidade bela-mente situada. Descreveu as ruas como sendo largas, bastante retas e, na grande maioria planas.

Entretanto, o calçamento era precário e primitivo. Nuto Sant'Ana (2) informa que as ruas eram calçadas com pedras brutas jogadas e esparramadas a esmo.

Vieira Bueno, (3) o cronista da cidade antiga, diz que o andar gracioso das paulistanas nasceu principalmente da precaução não só necessária como obrigatória com que as senhoras percorriam essas ruas tão agressivamente calçadas.

As praças eram, segundo Saint Hilaire, a do Palácio, que era a do Colégio, a da Catedral ou Sé, a da Casa da Câmara, a dos Curros.

Havia três pontes principais na cidade: duas atravessavam o Anhangabaú, e a terceira o Tamanduateí. Saint Hilaire encantou-se principalmente com aquela que unia o centro ao bairro de Santa Efigênia: era a ponte do Marechal.

* * *

As casas eram como nos primeiros tempos coloniais, feitas de taipa, pintadas de branco com tabatinga, e o telhado coberto de telhas, as telhas paulistas, de beiral com suficiente amplitude para permitir a proteção das paredes contra as chuvas sempre abundantes. Calhas não havia.

De modo geral, as casas eram desgracia- das, de aspecto pesado. Silva Bruno (4) falando a respeito dos sobrados de dois andares, comuns no centro da cidade, fato esse observado por Von Martius em 1818, diz que alguns desses casarões escuros e tristes, enfeitados com sacadas gradeadas, segundo a lenda, eram a moradia de assombrações.

As casas de dois andares, em grande maioria, apresentavam janelas com vidraças. Havia também venezianas de madeira trançada. Saint Hilaire, que observou o fato acima, fala ainda em balcões e postigos pintados de verde.

Mas como seriam por dentro esses casarões desgraciosos? Kidder, (5) viajante que esteve entre nós de 1836 a 1837, descreveu com admirável minúcia o interior do lar dos paulistas:

«Varia muito a divisão das casas; quase todas, porém, são construídas de forma a deixar uma área interna que serve para arejar os dormitórios, sistema esse tanto mais indispensável quanto é hábito generalizado manterem fechadas, com pesadas folhas, as janelas que dão para a rua. Nas cidades, o andar inferior raramente é ocupado para moradia; serve às vezes para casas de comércio, outras vezes para cocheira ou estábulo. As dependências mais comuns, em cima, são: a sala de visitas e a de jantar, entre as quais existem, invariavelmente, alcovas que servem de dormitórios. A mobília da sala de visitas varia de conformidade com o maior ou menor luxo da casa, mas o que se encontra em todas elas é um sofá, com assento de palhinha, e três ou quatro cadeiras dispostas em alas rigorosamente paralelas que, partindo de cada extremidade da primeira peça, projetam-se em direção ao meio da sala».

Teodoro Sampaio (6) informa que o interior das casas era «amplo, pouco iluminado e de aspecto monacal».

Von Martius (7) observou que, como iluminação, usava-se no centro das mesas um lampião de latão a óleo de mamona: cômodo e feio.

* * *

Afonso de Freitas (8) informa que na época da Independência o perímetro urbano da cidade de São Paulo apresentava 38 ruas, 10 travessas, 7 pátios e 6 becos: esse perímetro urbano era compreendido no espaço formado pelo curso dos rios Anhangabaú e Tamanduateí.

O número de casas da cidade era, na primeira metade do século XIX, de aproximadamente 4.200 (Odilon Nogueira Matos). (9)

Como bem observa Silva Bruno, na verdade as grandes casas dos conventos é que faziam a cidade parecer maior e melhor do que realmente era. Entre elas sobressaía o convento dos jesuítas, cuja amplitude se percebe bem já em 1818, no desenho de Ender, considerado a mais antiga representação iconográfica do Colégio e da Igreja.

Como residência dos governadores desde 1765, com o Morgado de Mateus, o convento era chamado de Palácio.

Havia ainda os conventos do Carmo, São Bento, São Francisco e Luz. No de São Francisco, por ser muito grande, foi instalado o Curso Jurídico em 1827, que passou a funcionar em março de 1828.

* * *

Espiritualmente a cidade era bem amparada. Informa Saint Hilaire que, de 1818 a 1820, duas eram as paróquias a Sé que era a Catedral e Santa Efigênia. Além das igrejas dos conventos havia ainda as do Colégio, da Misericórdia, dos Renédios, do Rosário, de São Gonçalo. E mais, dois recolhimentos para mulheres.

Não esqueçamos ainda de igrejas menores, como a de São Miguel, feita em 1622, pelo padre João Alvares.

A Sé primitiva foi demolida e nova igreja no mesmo local, começou a ser construída em 1745, no Largo da Sé onde hoje está a Catedral.

Só em 1756 é que parece que a catedral nova estava terminada, mas só o prédio, sem capela-mor ou altares (Tunay). (10) Na Sé nova trabalhou o Tebas, um mulato notável, especialista na construção de torres de igreja e chafarizes. A torre da Sé valeu a seu construtor a alforria.

As mulheres, como se fazia desde a fundação da vila assistiam à missa sentadas no chão nu: não havia bancos. E o que contam Assis Vieira Bueno e Maria Pais de Barros, (11) sendo que Vieira Bueno, o notável cronista da cidade, refere esse fato por voltas de 1830.

O espírito religioso do povo na cidade de São Paulo era ainda satisfeito pelos oratórios públicos. Afonso de Freitas informa que em São Paulo, no ano da Independência, havia três desses oratórios: o de Santo Antonio, num dos Quatro Cantos, o de Nossa Senhora da Lapa, na Travessa do Grande Hotel, o do Bom Jesus «na esquina da Rua de S. Bento, com a passagem de ligação para o Beco do Inferno da Rua do Comércio».

Afonso de Freitas diz que apesar dessas rezas durarem aproximadamente três quartos de hora, ficando, as ruas vizinhas a esses oratórios, cheias de gente ajoelhada, não se ouviu nunca contar de casos de atropelamento. E que, explica o historiador, não havia na cidade de então com o que atropelar o pedestre. As ruas eram atravessadas pelos carros de boi vendendo lenha «às mocutas e às carradas», pelas cadeirinhas, pelos raros banguês utilizados só em viagens, pelos carros-pipa puxados a burro, vendendo água a domicílio, e pelo único coche existente na cidade em 1822, o do bispo D. Mateus.

Silva Bruno considera que havia pelo menos dois veículos dessa natureza em circulação pelas ruas da cidade, mesmo porque, Teodoro Sampaio informou que o governador era dono de uma carruagem, no começo do século dezenove.

A Casa da Câmara, que ficava no pátio de São Gonçalo, hoje Praça João Mendes, depois de passar por inúmeros transeles, foi a casa que serviu à cidade por mais de século e meio, desde 1787.

* * *

Byron Gaspar⁽¹²⁾ tem trabalho muito bem feito sobre as ruas da cidade em 1822, cada rua com seus diferentes nomes em épocas diversas, um pequeno histórico, o número de fogos, os comerciantes, seus moradores mais importantes.

A Rua 15 de Novembro foi antes a Rua do Rosário dos Homens Pretos, e depois da Imperatriz.

A Rua do Cotovelo era o nome da Rua da Quitanda. O nome curioso veio do formato da rua que faz um cotovelo ao ir para a Rua de São Bento. Como diz Byron Gaspar, o nome se foi mas o cotovelo ficou.

O trecho inicial da Rua da Quitanda era conhecido como Beco da Cachaça.

A Travessa do Comércio que tem esse nome desde 1865, era o Beco do Inferno, porque na ocasião, sem calçamento, sem luz, sujo, freqüentado pela ralé, era mesmo uma sucursal do Inferno onde mandava Belzebu.

A Rua Anchieta de hoje, pequeno trecho ligando a Rua 15 de Novembro ao Pátio do Colégio, era a Travessa do Colégio. Essa rua tem uma tradição romântica. Nela, na casa de número 11, moravam as meninas da Casa Verde, as irmãs do tenente general Arouche de Toledo Rondon, o dono da Chácara do Arouche. Em 1822 as meninas já eram velhas (Byron Gaspar).

Aureliano Leite, em seu cuidadoso e documentado estudo, «Pequena História da Casa Verde»,⁽¹³⁾ informa que no recenseamento de 1775, a mais moça das irmãs, Rudesinda, tinha 12 anos.

A Travessa do Jogo da Bola mudou de nome várias vezes: foi do Ferrador, em seguida do Jogo da Bola e depois, de novo, do Ferrador. Byron Gaspar diz que em 1767 quando seu nome era ainda do Ferrador, morava nessa rua Manuel Martins Duarte, «o barateiro do jogo da bola», e acha esse autor que talvez o negociante, que já sabia fazer «slogans», tenha sido a razão para que o nome da rua fosse do Jogo da Bola. Era esse seu nome em 1822. Posteriormente, tomou o nome de Rua da Princesa. Desde 1889, tem o mesmo nome de hoje: Benjamim Constant.

A Rua Tabatinguera é velha com esse nome. Era o local de onde se retirava um material, uma lama branca, das margens do Tamanduateí. Com essa lama branca, que se chamava tabatinga, eram pintadas as casas da cidade. Tabatinguera quer dizer, segundo Nuto Sant'Ana (citado por Gabriel Marques - 227), local de onde se retirava a tabatinga, a terra branca.

A Rua Tabatinguera esteve ameaçada de perder seu nome, lá pelo ano de 1807. É que nessa época, nessa rua, morava o Matemático, Francisco de Oliveira Barbosa, astrônomo da Rainha. Era também geógrafo. Um homem estranho, de costumes estranhos.

Gabriel Marques⁽¹⁴⁾ conta como era essa criatura: «Alto, murcho como um caniço, conservava uma barbicha em ponta, a lembrar Mefistófeles. Os bigodes tinham as extremidades espetadas para cima».

Esse mesmo autor cita o trabalho de Agenor Guerra Correia e o volume XXXI dos Documentos Interessantes, atestando a existência real do Matemático.

O povo impressionou-se com o homem a tal ponto que a Rua Tabatinguera, onde morava, passou a chamar-se Rua do Matemático.

A Rua Quintino Bocaiuva teve vários nomes: Rua do Cônego Tomé, mais tarde da Cruz Preta e Rua do Príncipe. Quando era da Cruz Preta, porque lá havia plantada uma grande cruz preta, foi alvo de uma brincadeira de mau gosto dos estudantes da Academia. Os rapazes roubaram a cruz preta da Rua da Cruz Preta, e jogaram-na no Rio Anhangabaú.

Parece que essa brincadeira foi uma espécie de vingança dos rapazes do Largo de São Francisco. A cruz preta ficava quase encostada a um sobrado, ultrapassando as sacadas da casa, e nessa casa morava graciosa morena que, segundo o Visconde de Araxá,⁽¹⁵⁾ tinha olhos trêfegos e maliciosos. O Visconde devia bem saber o que dizia porque confessou ter sido ele um dos estudantes que se desfizeram da cruz.

A garota recebia no silêncio das madrugadas um admirador que audaciosamente alcançava o paraíso subindo pelos braços da cruz preta.

Como os estudantes da Academia nunca se notabilizaram pelo seu espírito de religiosidade, pensa Gabriel Marques que o móvel da vingança não foi certamente o ultraje feito à cruz e sim provavelmente «os beijos dados a outro».

Em 1822, a Rua da Liberdade era a Rua da Pólvora porque lá havia a Casa da Pólvora no local hoje chamado de Largo da Pólvora.

O Largo da Liberdade era o Largo da Fôrça. Em São Paulo, 1821, instalou-se a forca para a execução de Francisco José das Chagas, o Chaginhas, e de Joaquim José Cotidiba.

O Largo 7 de Setembro era chamado de Largo do Pelourinho porque aí se castigavam os escravos.

Na Liberdade ficava o Cemitério dos Aflitos ou dos Enforcados, o primeiro cemitério público de São Paulo, onde se enterravam os indigentes e os suplicados. A capelinha do cemitério está de pé até hoje, no Beco dos Aflitos. Paulo Cursino de Moura⁽¹⁶⁾ diz: «A capela era no meio do cemitério, na mesma posição em que se encontra, e a rua, a mesma da necrópole antiga».

* * *

A cidade oferecia a seus habitantes um precário fornecimento de água, o que era feito através de chafarizes. Conta Nuto Sant'Ana⁽¹⁷⁾ que a inauguração desses chafarizes era comemorada com alegres festas populares. Um deles marcou época por ser central. Era o do Largo da Misericórdia, feito pelo mestiço Tebas. Nuto Sant'Ana⁽¹⁸⁾ conta que a água do chafariz da Misericórdia provinha do Córrego das Almas.

Havia também um chafariz junto ao convento dos Franciscanos. Esse, em particular, não era recomendável que

para lá fosse alguém ao cair da noite. Quando escurecia, um fantasma de mulher passeava por ali (Afonso Schmidt).⁽¹⁹⁾

E mais um, pequeno, próximo ao Largo do Acu, e o chafariz do Piques.

Na verdade, as águas em melhores condições eram, segundo Bento Sanchez d'Orta, as da bica de Miguel Carlos, no ponto em que se juntavam o Anhangabaú e o Tamanduateí, e das fontes de Santa Luzia e do Moringuinho, na Liberdade (Byron Gaspar).

De modo geral, eram mal conservadas essas bicas de água, o que aliás se entende porque a freqüência a esses lugares era da pior espécie: escravos carregando potes de barro, homens e mulheres de atitudes inconvenientes e linguagem desabusada, de que resultavam muitas vezes, quando a seca era muita e a água era pouca, conflitos violentos que alarmavam as autoridades e obrigavam as famílias das ruas vizinhas a se mudarem às carreiras.

Byron Gaspar informa que em 1822 só o chafariz da Misericórdia funcionava bem, e que o chafariz do Piques, no Largo da Memória, estava inçado de formigueiros.

A canalização da água tinha tido seu começo já com Bernardes de Lorena. Entretanto, informa Teodoro Sampaio: «esse serviço imperfeito e insuficiente carecia de ser auxiliado pelos aguadeiros, que vendiam água colhida nas numerosas e boas fontes da vizinhança». As tubulações eram de papelão betumado. Afonso de Freitas relata o achado de encanamento desse tipo feito por ele em escavações que se realizavam no Largo do Piques em 1919.

Parece que no início de 1800 já a cidade tinha sua caixa d'água (Silva Bruno).

As ruas da cidade planaltina eram escurecidas por escassos lampiões que utilizavam óleo de mamona e de baleia (Myriam Ellis).⁽²⁰⁾

Entretanto, essa iluminação primitiva, precária, só se iniciou em 1828, e os moradores das casas onde eram presos esses lampiões, obrigavam-se a limpá-los e mantê-los acesos (Nuto Sant'Ana).⁽²¹⁾ Aliás, a luz por eles fornecida era tão fraca que servia apenas aos seus donos.

Pois nas vésperas da Independência nem com essa iluminação contava o piratingano. Os poucos transeuntes que se aventuravam pelas ruas, à noite, carregavam lanternas.

* * *

A Travessa das Casinhas, hoje Rua do Tesouro, era o mercado da época. Essas casinhas eram sete, e pertenciam ao município (Byron Gaspar). Eram alugadas a quitadeiras e açougueiros.

Saint Hilaire descreveu com muita argúcia e espírito crítico o que eram a Rua das Casinhas e a Rua da Quitanda. Disse o viajante: «Em São Paulo não são encontrados negros a percorrer as ruas, como no Rio de Janeiro, transportando mercadorias sobre a cabeça. Os legumes e as mercadorias de consumo imediato são vendidos por negras, que se mantêm acoradas na rua, que, por motivo de tal comércio, tomou o nome de Rua da Quitanda. Quanto aos comestíveis indispensáveis, tais como farinha, toucinho, arroz, milho, carne seca, os mercadores, que os vendem, estão, em sua maior parte, estabeleci-

dos numa única rua denominada Rua das Casinhas, porque efetivamente, cada venda forma uma pequena casa isolada».

Mais tarde, em 1835, a Câmara Municipal pensou em providenciar novas casinhas «ao lado das descidas das pontes do Carmo e do Acu» (Silva Bruno).⁽²²⁾

O movimento era grande nas ruas das Casinhas, e a sujeira também: mercadorias pelo chão, muita mosca e mau cheiro.

Mas essas ruas tão prosaicas, à noite, «nas célebres ruas das «casinhas», os caipiras que por ali se encostavam por falta de pousada, davam expansão ao seu lirismo, e à sua falta de sono, cantando ao som de violas sob a luz doce das estrelas (Alexandre Mello).⁽²³⁾

* * *

O serviço de limpeza da cidade era precário. O lixo era jogado em buracos localizados nos arredores. No início de 1800, o lixo era depositado na zona do Carmo e nas terras que viriam a ser a Rua da Palha, a rua das repúblicas estudantis, hoje Sete de Abril.

Vieira Bueno fala de dois desses covões que recebiam não só o lixo caseiro, mas também os «tigres» da cadeia e dos quartéis.

A limpeza das ruas era feita por presos que trabalhavam acorrentados e vigiados por soldados, informa ainda o mesmo cronista.

Com todas essas precauções higiênicas, diziam os vereadores em sessão da Câmara, que não se podia impedir a «porquidade» das ruas.⁽²⁴⁾

Vieira Bueno informa que em 1822 ou pouco depois, como a cidade era rodeada por matagais abandonados, verdadeiros viveiros de bichos, cobras ocasionalmente entravam nas áreas habitadas. O mesmo cronista diz que as noites paulistanas eram ruidosamente enfeitadas pelo coaxar de sapos que pululavam nas lagoas e alagadiços, às margens do Anhangabaú e do Tamanduati.

É que noites frias eram essas. Um dos viajantes que para aqui vieram, Mawe⁽²⁵⁾ contou que precisou embrulhar-se em roupas mais quentes e acender um braseiro dentro de seu quarto para defender-se contra o enregelamento da noite.

* * *

Como era afinal o paulista que morava nesta cidade sonolenta e provinciana das vésperas da Independência? Façamos pequeno retrospecto.

Terminada a era heróica do bandeirismo de apresamento, surgia a corrida do ouro. Novamente o «País dos Paulistas» ficou vazio da sua gente válida, dos mais fortes, dos mais audaciosos, que partiam à procura de fortuna nas Gerais.

Como fator agravante da situação, o encarecimento de tudo provocado pela necessidade de gêneros na zona da mineração. Silva Bruno (4), citando Taunay, diz: «Por outro lado o seu comércio sofreu abalo violento com o desequilíbrio dos preços de gêneros causado pela mineração».

Em 1758 o Marquês de Pombal libertava os índios e com essa providência prejudicou mais a situação econômica dos paulistas.

Os moradores de São Paulo, cansados da longa luta, viviam numa pasmaceira que contrastava violentamente com seus antigos hábitos heróicos.

Era a conhecida «preguiça paulista», da época (Caio Jardim).⁽²⁶⁾

O guerreiro repousava enquanto sua cidade morria. Felizmente, a passagem da capital do Brasil para o Rio de Janeiro, e as exigências prementes dessa população e da gente acumulada nas Gerais, fez com que o paulista acordasse (Caio Prado Jr.).⁽²⁷⁾

Mais tarde, depois de 1870, viria a época do ouro novamente, mas do ouro verde, o café.

Esse estado de coisas na verdade se prolongou, embora minorado, até depois da Independência, o que se pôde notar quando da escolha do local para se sediar a Universidade. Na ocasião, em 1823, o deputado mineiro Bernardo de Vasconcelos observou em sessão da Assembléia Constituinte: «Sustenta-se que em São Paulo há tudo que é preciso: e o que me lembra logo é que não há ali uma Imprensa, não há livros à venda, salvo alguma Cartilha, algum Catecismo da Doutrina Cristã».⁽²⁸⁾

O povo de guerreiros e aventureiros ia se transformando devagar em povo de comerciantes, ávidos de ganho, característico esse que marcava o paulista, homem da luta ou do comércio, e que marca até hoje o paulista.

Afinal, quantos eram os planaltinos que viviam essa vida sossegada de cidade pequena?

O assunto é controvertido e as opiniões dos vários viajantes que nos visitaram nem sempre são coincidentes. Nogueira de Matos ao estudar em seu trabalho, a população e a expansão da cidade, até a meia altura do século dezoito, faz observação comparativa em números. Assim é que cita os registros de Mawe, na primeira década do século: entre 15 e 20.000 habitantes no município; de Aires do Casal: 23.760, «dos quais metade é gente branca»; de Spix e Martius: 30.000; de Saint Hilaire, em 1822: 25.682, para a cidade e seu distrito; do marechal Müller, em recenseamento feito em 1836, que revelou 21.933 habitantes.

Os piratinianos, como nos velhos tempos coloniais, continuavam a ser um povo de sangue mesclado, um povo de mamelucos. Arouche de Toledo Rendon em trabalho feito em 1792⁽²⁹⁾ conta que na Província de São Paulo havia muitos brancos, mas que esses brancos não eram na maior parte puros, e seu sangue se misturava com o do gentio da terra.

Von Eschwege,⁽³⁰⁾ Coronel dos Reais Engenheiros de Portugal e Intendente Geral das Minas, esteve no Brasil até 1821, e em seu «Pluto Brasiliensis» faz do paulista uma curiosa descrição psicossomática mostrando o sangue mameluco.

Em São Paulo, na cidade mesmo, ainda no início de 1800, falava-se mal o português, com vícios de pronúncia, hoje desaparecidos na Capital, mas ainda notados no Interior.

Os acadêmicos de São Francisco, os que vieram de fora, deixaram seus depoimentos sobre a cidade e sua gente. Alguns foram grosseiros e ingratos porque vindos de longe para aprender na Academia não perdiam ocasião para desmoralizar a terra que os hospedava.

Mas, a verdade incrível é que mesmo os filhos de São Paulo não escapavam a esse estranho vezo de falar o que não deviam. Desse pecado foi culpado Álvares de Azevedo. Disse o moço poeta que as paulistas nem falar sabiam, referindo-se a uma bela criatura que assim se expressava: «Nós não sabe dançar proquê...»⁽³¹⁾

Corria já o ano de 1861 quando Teodomiro Alves Pereira afirmava: «O povo paulista é monótono por excelência: chilenas, banguês, burros, padres, capas, mantilhas, lama, caipiras...»⁽³²⁾ E como seria então por voltas de 1822?

Esses depoimentos foram feitos de modo discreto em cartas a familiares ou então em livros publicados depois de terminado o curso jurídico, quando seus autores já estavam fora de São Paulo, caso contrário teriam certamente sido corridos daqui a pau.

Os estudantes da Academia, que já tinham experimentado as violentas arbitrariedades do padre Vicente Pires da Mota, juiz de paz, e também delegado, sabiam bem o que podiam esperar dos paulistas.

Entretanto, Castro Alves, acadêmico também, embora enregelado no frio planaltino não perdia o estro poético, e gentilmente fazia referência às moças da terra, como «as belas filhas do país do sul» (citado por Silva Bruno - 4).

A cidade de São Paulo no alvorecer da Independência e mesmo na segunda metade do século dezoito era realmente provinciana, sonolenta e aborrecida, especialmente para os que vinham da Corte, mas, por isso mesmo, era lugar bom para se estudar porque distrações não havia, e os acadêmicos de São Francisco vieram aqui para isso.

As mulheres do século passado não eram, é verdade, intelectuais, e sim donas de casa: faziam doces, costuravam, bordavam, governavam a casa e as escravas, a quem cabiam os serviços de maior peso. Era o regime de vida entre as mulheres das classes mais altas.

Havia naturalmente raras exceções, como a própria Imperatriz Dona Leopoldina, Dona Carlota, filha dos futuros viscondes de Cachoeira, várias primas e tias de Dona Carlota, e Dona Maria Clara, de identidade não muito definida. Sobre a Imperatriz é a História quem revela suas qualidades intelectuais. Quanto às outras, é Maria Graham⁽³³⁾ quem faz o relato miúdo de seus dotes de espírito. De Dona Maria Clara disse que era interessada em filosofia, política e botânica, que lia muito e desenhava.

As senhoras usavam para sair, para ir à Igreja, vestidos de seda ou casimira preta. Como complemento, véu de seda também preta, ou baeta ou casimira, ou então, a mantilha. No inverno, ao invés do véu, uma capa de lã. Nas viagens, levavam um chapéu redondo que exibiam com faceirice.

Teodoro Sampaio diz que as mulheres da cidade não mais usavam o xale que, entretanto, era exibido em cores alegres pelas caipiras nas festas.

Nas classes mais inferiores as mulheres envolviam-se num pano, uma espécie de manto de baeta preta cobrindo o corpo e a cabeça.

Os vestidos já se apresentavam com saias, que além de longas eram amplas,

fartas, «em prenúncios de se enfurem nos balões que deveriam permanecer em moda, de 1835 a 1870» (Afonso de Freitas).

À noite, nas festas, o negro severo era substituído pelo branco luxuoso. Teodoro Sampaio diz que as paulistas tinham preferência pela música e dança, ao invés dos prazeres da mesa. Vestiam-se nos dias de baile com elegantes vestidos brancos, enfeitavam-se com belas cadeias de ouro e apresentavam-se encantadoramente penteadas.

Em 1813 visitou São Paulo o sueco Gustavo Beyer.⁽³⁴⁾ Gostou de São Paulo, dos paulistas e principalmente das paulistas. Disse ele: «Jamais vira olhos mais expressivos, dentes mais bonitos, e pés mais mimosos. Simples no traje, distinguiam-se por um gosto excepcional, os longos e negros cabelos ornados com flores, do modo mais pitoresco e artístico. Canto e música eram talentos comuns que revelavam com a mesma graça e facilidade, mostrando-se desembaraçadas ao piano, na harpa e na guitarra».

As paulistas das vésperas da Independência eram bonitas, e o Brasil sabia disso, e os viajantes estrangeiros também sabiam disso. Naqueles tempos havia uma máxima popular muito lisonjeira para a mulher de Piratininga, e que chegou até nós através de Spix e Martius:⁽³⁵⁾ «da Bahia eles e não elas, de Pernambuco, elas e não elas, mas de São Paulo, elas e sempre elas». Pois não foi uma paulista, a bela Domitila de Castro que, em 1822, e por anos, aprisionou o coração irrequieto de D. Pedro I?

Afonso de Freitas referindo-se ao paulista, homem de posses, informa que em 1822 «usava calções de cor, casaca e chapéu alto, de Braga; espadim nos dias de grande gala e habitualmente cabeleira de rabicho, traje que evoluiu para o rubicão de 1830, em complemento das calças compridas, de presilhas ao côncavo das botinas».

Em conseqüência desses trajes, os rapazes tinham a aparência grave de homens maduros. Mesmo já nos tempos da Academia de São Francisco, em que as calças compridas lembravam as atuais e as cabeças não tinham mais as cabeleiras, usavam-se, todavia, o chapéu alto e casaca. E ficamos a imaginar as travessas estudantadas realizadas por criaturas metidas em tais roupas. Fotografias da época, feitas em frente ao convento dos franciscanos, atestam que era assim que eles se vestiam.

* * *

Ao toque de recolher do sino do Colégio, às 9 horas da noite e ocasionalmente às 10 (Nuto Sant'Ana - 17), a gente mais decente da terra ia para casa, enquanto a gente menos decente saía para as ruas.

É evidente que o resíduo social da comunidade sobrenadava à noite. Foi quando Saint Hilaire observou o comportamento das mariposas da noite comparando-as com as francesas, concluindo que conservavam singular dignidade.

J. F. de Almeida Prado⁽³⁶⁾ explica essa atitude pela influência dos jesuítas, prolongada, severa e salutar, «impondo compostura até nas mais baixas camadas». A verdade é que além do comportamento discreto, essas criaturas ainda se embrulhavam em grandes capotes ou mantos de baeta, completando o arranjo com um chapéu na parte posterior da cabeça. Com tanta roupa mal era visível o rosto dessas pobres coitadas.

* * *

O paulista, sempre de pouco falar, mostrando acentuada hipertesia em seus sentimentos de honra e liberdade, violento e vingativo por vezes, tinha «as qualidades e os defeitos do homem pobre e isolado» (Borba de Moraes - 1).

Apesar de ser homem quieto e discreto, influiu muito também no tempe-

ramento e modo de vida do paulista a porção de sangue espanhol que entrou a fazer parte de sua alma.

Aureliano Leite,⁽³⁷⁾ informa que desde 1580, principalmente, falava-se em São Paulo português mesclado com espanhol, e naturalmente a língua geral dos índios.

As reuniões em que se dansava, conversava e se fazia música, o uso das mantilhas, dos vestidos de sarja de Málaga, mostravam a influência espanhola no Planalto. Era o que pensavam Rugendas⁽³⁸⁾ e Vieira Bueno.

Zaluar,⁽³⁹⁾ quando aqui esteve em 1860-1861, encontrou ainda o paulista desconfiado e retraído, e a cidade conformada ao temperamento de sua gente.

Esse mesmo viajante também atribuiu aos jesuítas, a «esse cunho de misteriosa concentração» com que os incínicos impregnavam os ambientes em que viviam e os homens com quem conviviam, o modo de ser e de viver dos paulistas.

* * *

A verdade é que foi desta cidade taciturna e modorrenta, da provinciana São Paulo, que dormia ao toque de recolher do sino do Colégio, foi desta terra, do País dos Paulistas, que se originou a fórmula mais hábil, mais diplomática, para se conseguir a independência do Brasil.

Ouçamos de novo Teodoro Sampaio: «De São Paulo parte com efeito a idéia da independência sob a forma oportunamente hábil da separação política sem o sacrifício do interesse dinástico».

O povo de conquistadores e aventureiros transformara-se gradativamente, passando seu campo de liderança para a Indústria, o Comércio e a Ciência, as Artes.

Entretanto, a gente, é a mesma e nela o espírito guerreiro está apenas adormecido, e de leve, mesmo porque acorda sempre, e depressa, quando o Brasil precisa de São Paulo.

- 1) Saint Hilaire, Auguste — *Viagem à Província de São Paulo*, Trad. e Pref. de Rubens Borba de Moraes, 2ª ed., Liv. Martins Editora, S. Paulo, 1945.
- 2) Sant'Ana, Nuto — *Metrópole* (cit. em nº 4).
- 3) Vieira Bueno, Francisco de Assis — *A Cidade de São Paulo*, Rev. Centro de Ciências, Letras e Artes, Campinas, Ano II, nvs 1, 2 e 3 (cit. em nvs 4 e 22).
- 4) Silva Bruno, Ernani — *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, vol. I, Pref. de Gilberto Freyre, Liv. José Olympio Edt., 1953.
- 5) Kidder, Daniel P. — *Reminiscência de Viagens e Permanência no Brasil*, vol. I, Trad. de Moacir N. Vasconcelos, Liv. Martins, São Paulo, 1940 (cit. em nº 9).
- 6) Sampaio Toledo — *São Paulo no Século XIX*, Rev. Inst. Hist. e Geogr., S. Paulo, nº 6, 1900-1901.
- 7) Von Martius — *Viagem pelo Brasil*, vol. I (cit. em nº 217).
- 8) Freitas, Afonso A. — *Tradições e Reminiscências Paulistanas*, 2ª ed. rev. e aumentada por Afonso de Freitas Júnior, Liv. Martins Edit., S. Paulo, 1955.
- 9) Nogueira de Matos, Odilon — *A Cidade de São Paulo no Século XIX*, Rev. de História, vol. X, nvs 21-22, 1955, S. Paulo.
- 10) Taunay, Afonso de E. — *Velho São Paulo*, vol. I, Edições Melhoramentos.
- 11) Pais de Barros, Maria — *No Tempo de Dantas* (cit. em nº 22).
- 12) Gaspar, Byron — *Ruas Principais de São Paulo no Ano de 1822*, Rev. Arq. Municipal, vol. CLXXVI, Ano XXXIII, S. Paulo.
- 13) Leite, Aureliano — *Pequena História da Casa Verde*, 2ª ed., 1940, S. Paulo.
- 14) Marques, Gabriel — *Ruas e Tradições de São Paulo*, Conselho Estadual de Cultura, S. Paulo, 1966.
- 15) Araxá, Visconde de — *Reminiscências e Fantasias* (cit. em nº 14).
- 16) Moura, Paulo Cursino de — *São Paulo de Outrora*, 3ª ed., 1954, Livraria Martins Edit., S. Paulo.
- 17) Sant'Ana, Nuto — *São Paulo Histórico*, vol. IV, Departamento de Cultura de S. Paulo, 1944.
- 18) Sant'Ana, Nuto — *São Paulo Histórico*, vol. I (cit. em nº 4).
- 19) Schmidt, Afonso — *Fantasma*, Jornal de São Paulo (cit. em nº 4).
- 20) Ellis, Míriam — *A Baleia no Brasil Colonial*, Edit. Univ. S. Paulo, 1969.
- 21) Sant'Ana, Nuto — *São Paulo Histórico*, vol. III (cit. em nº 22).
- 22) Silva Bruno, Ernani — *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, vol. II, Liv. José Olympio Edt., 1953.
- 23) Mello, Alexandre — *O Problema Alimentar de São Paulo nos Tempos Coloniais*, Rev. Ateneu Paulista de História, Dez. 1965, nº 2.
- 24) *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, vol XXII.
- 25) Mawe, John-Travels (cit. em nº 1).
- 26) Jardim, Caio — *A Capitania de São Paulo* (cit. em nº 4).
- 27) Prado Júnior, Caio — *História Econômica do Brasil*, Edit. Brasiliense, São Paulo, 1959, 5ª ed.
- 28) Vasconcelos, Bernardo — Cit. por Leite de Barros — *A Cidade e o Planalto*, T. II, Liv. Martins, Edit. S. Paulo, 1967.
- 29) Rendon, José Arouche de Toledo — *Memória sobre as Aldeias de Índios da Província de São Paulo Segundo Observações Feitas no Ano de 1792*, Rev. Inst. Hist. Geogr. e Etnog. Brasileiro, vol. IV (cit. em nº 4).
- 30) Von Eschwege, W. L. — *Pluto Brasiliensis* Trad. Figueiredo Murta, vol. I, Comp. Edit. Nacional, S. Paulo, 1944.
- 31) Alvares de Azevedo, M. A. — *Obras Completas*, vol. II (cit. em nº 4).
- 32) Alves Pereira, Teodomiro — *Vida Acadêmica*, vol. II (cit. em nº 4).
- 33) Graham, Maria — *Diário de uma Viagem ao Brasil*, Comp. Edit. Nacional, Trad. A. J. Lacombe, S. Paulo, 1956.
- 34) Beyer, Gustavo — Cit. em Wanderley Pinho — *Salões e Damas do Segundo Reinado*, Liv. Martins Edit., 4ª ed., S. Paulo, 1970.
- 35) Spix e Martius (cit. em nº 6).
- 36) Almeida Prado, J. F. — *D. João VI e o Início da Classe Dirigente do Brasil 1815-1899*, Comp. Edit. Nacional, S. 1968.
- 37) Leite, Aureliano — *História da Civilização Paulista*, Liv. Martins Editora, S. Paulo.
- 38) Rugendas, J. M. — *Viagens Pitorescas Através do Brasil* (cit. em nº 4).
- 39) Zaluar, A. E. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*, Introdução de A. Taunay, Liv. Martins Edit., S. Paulo, 1953.

ACHEGAS SOBRE CERÂMICA DO SÉCULO XIX NO BRASIL - A LOUÇA MINEIRA

E. F. BRANCANTE

(Do Museu da Casa Brasileira)

No século XIX constata-se um esforço intenso de produção de cerâmica em todas as Províncias brasileiras para suprir demanda tanto de artigos de uso doméstico, ou seja da louça utilitária, como a de adorno e a de construção. Esse esforço se processa através da produção local de terracotas, ou seja de barro cozido sob suas diferentes formas, e no fabrico de louça vidrada e produtos de olaria. Esse século XIX em nosso território também se caracteriza pela pletora de artefatos cerâmicos importados, abrangendo todos os gêneros, o que será objeto de estudo à parte.

Os barristas bonequeiros, os artistas figureiros e as paneleiras nos trazem também a sua contribuição artesanal nos quatro cantos de nosso território, materializando nosso Folklores, sob a inspiração cabocla europeia, africana e indígena. Em São Paulo sobressaem os figureiros que além da montagem de presépios, apresentavam as imagens chamadas de «Paulistinhas» de pequeno porte e características próprias. Pedro de Oliveira Ribeiro Neto assinala que essas imagens retomavam tradição anterior, e sua produção no século XIX, segundo Eduardo Etzel animava, com perfis esguios, cromia viva e variadas invocações, os oratórios do Vale do Paraíba. No que concerne aos presépios, em São Gonçalo, perto de Cuiabá, até hoje são eles montados por artesãos que lá são chamadas de presepeiras. (Conferencia no Museu da Casa Brasileira em 20-6-1975 da Profª Julieta Andrade «Arte e Artesanato na Cuiabanía»).

De notar, com referência à imaginária que nesse século foram também importadas imagens pequenas, de médio e grande porte, de louça vidrada ou de porcelana, a maioria de Portugal, sendo as pequenas policromadas e as maiores esmaltadas de branco.

Na produção de feição industrial os oleiros, louceiros e ceramistas diversificam seus produtos.

Aparecemoringas, talhas e potes com desenhos variados e formatos diferentes, com nomes gravados ou superpostos, com brasões de armas do Império e da República, com a razão social do fabricante e, ainda, alguidares, boiões, galinhas ornamentais que servem de garrafa e de cobre (Apiahy), canecas, tinteiros, escarradeiras, urinois, parte em terracota em cor na-

tural ou pintada a frio, e parte vidrada. De notar que os ingleses, desde 1734, produziam galinhas de louça vidrada, inspirados na soberba fatura dos exemplares em porcelana providos da China.

O fato é que a produção local foi grande no Brasil, Saint Hilaire já havia assinalado a louça utilitária em São Paulo em 1808 e, em Minas em 1816; esse autor em 1822 assinala que em Santa Catarina e em Porto Alegre (nesta cidade refere-se a 3 olarias que fabricavam louça) «as louças eram bem feitas e na maioria coloridas de vermelho, porém mais grosseiras, já que eram feitas com argila negra que, após o cozimento, tornava-se amarela.

Os registros da Alfândega do Rio, no período de 12-12-1821 a 14-03-1823 (O Espelho — Imprensa Nacional) consignam a entrada de 242 talhas provenientes da Bahia, de São Sebastião 200 talhas, 244 panelas e potes, e de Santa Catarina 3.500oringas. Esses dados mostram que pouco antes e pouco depois de nossa Independência os principais fornecedores de louça utilitária para a Côte eram aqueles centros litoraneos. Causa-nos surpresa saber através daqueles apontamentos que a Capitania, depois Província de São Paulo alinhava-se entre os mais importantes centros exportadores, através da cidade de São Sebastião; aliás Azevedo Marques (Apontamentos Históricos) não deixa de assinalar na segunda metade do século a existência da produção da louça de barro em São Sebastião quando se refere ao artesanato das mulheres louceiras do Bairro de São Francisco. Ainda hoje existem reminiscências dessa tradição oleira local com a produção de panelas, potes e até cachimbos, embora ela se represente por pouquíssimas louceiras como Dona Silvana e Dona Amélia.

Relata-nos C. J. da Costa Pereira (A Cerâmica Popular da Bahia, Salvador 1957, pág. 28) que a Bahia «exportava» cerâmica para o Rio: «Tanto assim que em 1840 o «Jornal do Comércio» publicava um anúncio comunicando que chegara grande partida de louça da Bahia para uma das casas de comércio da Côte». Aliás o centro cerâmica de Maragogipinho era e continua sendo produtor de louça utilitária e de adorno, sobretudo de barro cozido com aplicações cromáticas a frio.

Há também referência no Paraná, em 1888, a uma fábrica de louça instalada em Colombo pelo italiano Francisco Busato e que em 1910 foi visitada pelo Presidente Afonso Pena, achando-se naquele ano fechada. Como exemplo dessa louça existe um medalhão datado, no Museu Paranaense. A série de Exposições realizadas na Côte, nos anos de 1861, de 1866, de 1873, de 1875 e 1888, com a representação de quase todas as Províncias do Império, falam bem alto do progresso da produção do barro cozido, dos produtos de olaria e da louça vidrada. Acreditamos, porém, que a Capitania, Província e depois Estado de Minas Gerais, representasse o maior número de produção, pelo menos na primeira metade do século, quando ainda não se haviam dissipado as fortunas providas das lavras e a esperança da descoberta de novos filões animava os garimpeiros, o comércio e os governantes. Temos a considerar que a leva de imigrantes de territórios e, sobretudo, a de portugueses em massa emigrados de Portugal, provocada pela corrida de ouro e dos diamantes, veio a contribuir poderosamente para o aumento demográfico e a intensificação do fabrico da louça local, o que aliás, se constata também pelas várias referências de viajantes estrangeiros.

Essa corrida de portugueses para as minas foi de tal ordem que, já em 1732, o Conselho Ultramarino representava ao Rei para opor-se àquela evasão de súditos metropolitanos. Portugal, com cerca de 2 milhões de habitantes, via transferir-se para o Brasil, em menos de cem anos, cerca de 800.000 pessoas (Augusto de Lima Junior — A Capitania de Minas Gerais, Rio 2ª ed. pág. 87). E o que representava Minas nesse confronto demográfico com o resto das outras unidades Capitanias ou Províncias — no fim do Século XVIII e começo do XIX? O Brasil nesse período contava com uma população de 2.850.000 habitantes, portanto, mais que Portugal, e Minas, representava a unidade brasileira mais populosa com 650.000 almas, a Bahia dispunha de 530.000, Pernambuco 480.000 e o Rio com 380.000, quase a metade da população de Minas. Nesse contexto a Capitania de São Paulo apresentava em 1808, um total de 200.000 habitantes incluído neste montante 35.000 referentes à Comarca

uritiba e 25.000 da cidade de São Paulo...

Há de se acrescentar que, parte ponderável daquela população era constituída de portugueses ou de descendentes seus; já em 1720, os brancos representavam, mais ou menos 37% dos habitantes da Capitania, e certamente boa parte deles tinha noções de cerâmica e a produziam. Diz-nos Augusto de Lima Junior (op. cit. pág. 299): «A indústria do oleiro, tão popular em Portugal desde séculos, adquiriu regular desenvolvimento entre os colonos e muitas fábricas de louça grosseira forneceram sua mercadoria ao consumo local».

Assim, não é de admirar que a produção local na qual os portugueses colaboravam fôsse grande. De outra maneira, junto com a importação, não seria dada vasão ao consumo cada vez maior da população composta de brasileiros, de europeus, de índios, de escravos africanos e de mestiços como mulatos, mamelucos e cafusos.

Ainda hoje são numerosos os remanescimentos daqueles produtos locais que numerosos colecionadores, em boa hora, procuram recolher antes que desapareçam por completo. Esses pesquisadores compuseram um mostruário variado e sui-generis, devolvendo a nossa visão, numa paciente exumação do passado, o ambiente das copas e cozinhas mineiras. Nele resulta uma gama, extensa de cores: o avermelhado, o pardo, o amarelo, o castanho, o melado, o branco, o azeitonado, o marrom, o verde e ainda tonalidades brandas lembrando matizes de aquarela.

E o interessante é constatar-se que esses tipos de louça são ainda encontrados nos quatro cantos do território mineiro, o que demonstra por um lado o quanto eram apreciados e por outro quanto intenso e difuso era aquele comércio.

São louças, muitas vezes, de elaborada fatura, pratos, sopeiras, bules, chicharas, meios boiões e canecas com tampa, tigelas, potes, cuscuseiros, cangirões (gênero Toby-jug) etc.

Quanto aos formatos variam bastante, havendo no entanto uma predominância de formas lembrando a seção média e inferior de um boião clássico bojudo, de tampa e péga, com variações de bojo e de boca, como há também peças mais raras de complicada fatura com recipientes de perfil circular com bicos, outras tripodes de composição globulada etc.

Quanto a decoração apresentam elas certas características. Com referência a cromia ha peças somente monocromas, outras de fundo monocromo sobre o qual são pintadas manchas de caráter abstrado ou então desenhos ou composições de inspiração floral. Há também peças de fundo policromado apresentando tonalidades desmaiadas, como outras apresentando o gênero colnhecido por esponjado e o marmorado.

Com relação à decoração incisa e a relevada há que assinalar a variedade de motivos, uns imitando cordâmes, outros apresentando série de besantes e caneluras, como há também as faixas impressas com diferentes desenhos inclusive alguns lembrando o «guilloché» à maneira da ourivesaria, como exis-

tem também peças com decoração pontilhada e penteada na técnica do esgrafitado, e outras, com flores, folhagens e ornamentos diversos justapostos.

Vejamos o que nos foi possível reunir deferências e documentos sobre elas e sua produção, e quem sabe, deslindar, por algumas características, a distinção ou diferenciação entre elas, o que vem acarretando um sério problema de identificação:

1777 - 1786 — Dr. José Bittencourt Accioly fez ensaios e experiências favoráveis com o barro de Caeté porém não há evidencia de que tenha dado início a uma produção regular de louça (J. P. Xavier da Veiga, Efemérides Mineiras Vol. II).

18... — O inglês John Morgan interessou-se em organizar uma sociedade para aproveitar o material de Caeté, porém caducou sua concessão sem que montasse fábrica (op. cit.).

1809 - 1812 — John Mawe assinala uma olaria que, empregando «barro em seu estado nativo» e «a roda», em Congonhas do Campo, fabricava «pratos, potes, jarras pesadas e maciças, mas pouco sólidas que se tornavam menos frágeis com o emprego de verniz espesso». Segundo ainda Mawe, era «uma terra para porcelana, superior àquela empregada em Sèvres. Província da colina de Santo Antonio, perto de Congonhas do Campo (citação de Manuel Bandeira).

1816 - 1822 — Saint Hilaire assinala uma fábrica de louça perto de Vila Rica (Ouro Preto) «que se estabeleceu há poucos anos»... Os vasos... apresentam em geral lindas formas mas são revestidos de uma camada muito espessa de verniz e quebram-se... com muita facilidade. É evidente, aliás, que se conseguirá evitar esses defeitos e a manufatura de Vila Rica fique rivalizando com as da Europa»... (op. cit.).

1855 — É analisado em Sèvres barro de São Caetano, a três léguas de Mariana, considerado como caulim e «a peça cozida deu boa louça» — analisado também no Rio pelo naturalista Frei Gustavo Serrão, sendo «muito favorável o exame».

Augusto de Lima Junior informa que havia «algumas fábricas de produção cerâmica na região de Mariana. São Caetano, por força de seu bom material, não pode deixar de estar incluída entre elas.

1858 — É aprovada pelo governo mineiro uma subvenção de cinco contos de réis para o melhoramento da «Fábrica de Caeté», o que nos leva a crer que esse centro fosse o que apresentasse melhores condições, entre todos os outros, para merecer aquele incentivo.

18... — Augusto de Lima Junior informa «A indústria do oleiro, tão popular em Portugal, adquiriu regular desenvolvimento entre os colonos e muitas fábricas de louça grosseira forneceram sua mercadoria ao consumo local. Temos conhecimento de algumas em Mariana (São Caetano, entre outras) em Pratos, em Congonhas do Campo e no arraial do Ouro Branco, afora uma próxima de Ouro Preto, que resistiu até o fim do século passado (Saramenha). Pratos, tijelas, potes de

água, maringues ou bilhas, alguidares etc., foram fabricados e tiveram procura. (op. cit. págs. 299-300). Manuel Bandeira (Guide d'Ouro Preto — Imprensa Nacional Rio 1948, pág. 35), também informa, embora não assinala a data, que a fábrica de Vila Rica desapareceu.

1868 — Louças vidradas fabricadas em Taquarassú (distrito de Caeté pelos sócios Felipe Nery Teixeira, sua filha Florinda de Jesus e Antonio Pereira de Araujo Tavares, e adotando a técnica da fábrica de Caeté: «feita a apuração do barro pelo tamis e amassado o barro a braço fazem a louça com uma roda tocada com o pé e queimada em forno ordinário vidrada em pedra moida ou com óxido de ferro e de cobre em partes iguais... e o barro empregado em Taquarassú é de diversas cores e existe em grande abundância nos arredores deste arraial, assim como pedras para todos os vidros... os fabricantes são pobres e carregados de filhos etc. (Arquivo Imperial, maço 142 n° 5988, citado por Marques dos Santos).

1883 — Na cidade de Passos há fábrica de louça com a informação de que «nesta paróquia ha excelente caulim».

1893 — Fundação oficial em Caeté, em 13 de julho da Cerâmica Nacional, pelo Dr. João Pinheiro da Silva (que foi presidente da Província em 1890) e pelo Dr. Carlos Thomaz de Magalhães, lente da Escola de Minas de Ouro Preto, com o propósito de fazer prosperar a cidade de Caeté e melhorar a qualidade, (havia até um maldoso dito popular referindo-se aos artefatos de Caeté) e produzir artigos finos visando a porcelana. A Ata diz, entre outras cousas: «Sendo dadas as condições físicas com que atualmente se fabrica uma espécie de louça bárbara nessa cidade de Caeté, conseguir melhorar... com uma intervenção química». (2 meses depois é relatado que conseguiram condições animadoras e com novas provas e descobertas deram o problema como resolvido). Diz a Ata ainda: viram por eles (estudos) como se pôde conseguir o esmalte branco na louça bárbara aqui fabricada nos fornos rudimentares de cupim».

1893 — É assinalada a presença em Mondeos, «a meia légua» de Caeté de um velho louceiro chamado Manuel Vicente que tinha também seu forno de cupim (Ata cit.).

1897 — Informa Xavier da Veiga que, até então, não havia produção em Minas, de porcelana.

1898 — Precioso Album de Fotografias da «Cerâmica Nacional» em que são exibidas as instalações da fábrica e seus depósitos, com os artigos produzidos.

1903 - 1921 — Fabrico de peças utilitárias em porcelana em Caeté, de forma industrial, (informações dos atuais dirigentes e do jornal, «o País», sob o título Kaulim, dia 7 e 8 de junho de 1926).

1921 — Transformação da antiga razão social para «Cerâmica João Pinheiro», que produz atualmente (1975) somente produtos refratários.

Dessa enumeração conclui-se, fora de dúvida, que os artigos produzidos em Minas deviam diferenciar-se bastante entre si, o que faz com que os remanescentes de louças encontrados

hoje sejam bastante diversificados, isso também por razões de diferença na técnica de origem adotada na produção, das argilas empregadas e seu tratamento, dos fornos, das formas, de vidrados e esmalte utilizados.

Assim, não estamos inclinados a admitir, salvo provas aceitáveis, ou documentos, inclusive fragmentos encontrados nos antigos locais, que a louça mineira vidrada, do século XIX restrinja-se apenas a 3 ou 4 categorias como Caeté, Saramenha Diamantina (Serro) e Barbacena quando os centros a produzi-las eram numerosos, em regiões esparsas, com técnica, materiais, artesões, modeladores, decoradores e aparelhamentos diferentes. Os centros referidos eram 10. (Sendo que um é produto já de conclusão dada a constatação de numerosas peças serem provenientes da mesma região, com formatos, desenhos e cores similares e se refere à região de Diamantina e Serro, e outro de Barbacena que marcava alguns de seus produtos, assim divididos:

olaria: 1 — Congonhas do Campo
fábricas: 7 — Vila Rica (Saramenha)
— Caeté
— Mariana (São Caetano)
— Prados
— Ouro Branco
— Taquarussú
louceiro: 1 — Mondéos
? — Diamantina (Serro)
? — Barbacena

Desse quadro verifica-se que a produção mineira apresentava 3 aspectos de ordem técnica: a industrial propriamente, a industrial — doméstica e a artesanal. Diz C. J. da Costa Pereira (A cerâmica popular da Bahia — 1957 pág. 13) «que a olaria no começo constituía uma importante dependência dos colégios, engenhos e fazendas jesuítas, nela se produzindo, além de tijolos e telhas, também a louça de barro para o consumo ordinário. Era, portanto, um estabelecimento artesanal bem característico pela feição indústria-doméstica. Admira-se que em Minas não se constate um número maior de olarias fabricando louça para o consumo diário, já que o fabrico dessa louça representava menor ônus com o aproveitamento dos fornos, da matéria prima e instalações já existentes.

Da leitura do quadro, depreende-se que quase a totalidade da produção mineira era industrializada (embora rudimentar) e, em consequência, os seus produtos eram padronizados, o que deverá facilitar o estudo da distinção entre os centros produtores. Ignoramos se as louças de Diamantina (Serro) eram de olaria ou de fábrica: o fato é que elas apresentam um «denominador comum» que as distingue das outras, assim como os artigos de Barbacena, com adornos florais em relevo que não são citados em documentos mas que portam marca. Mas, continuando ainda na tentativa da caracterização e diferenciação dos produtos mineiros, vejamos quais as informações que podemos ainda exaurir dos documentos citados, com referência às matérias primas empregadas — argila, esmalte, vidrado. 1º) **Caeté**. Essa fábrica, a nosso ver, passou por 4 períodos. Sua primeira fase perde-se no último quartel do Século XVIII e vai

até 1858, quando a Fábrica de Caeté recebe vultosa subvenção (cinco contos de réis) do Governo Provincial, e já deve então ter melhorado a qualidade da louça, que serviu até de dito mal-doso:

«Louça de Caeté
Justiça de Itambé
E o povo de São Mané
Livre-nos Deus, Domine!»

A segunda fase iria de 1858 a 1893, quando é constituída a firma Cerâmica Nacional, com notável aparelhamento, e a terceira de 1893 até 1921, quando passa a ser Cerâmica João Pinheiro, e a quarta de 1921 até hoje. Sabe-se que em 1868 empregava como vidrado pedra moída ou com óxido de ferro e de cobre em partes iguais; quanto à argila, segundo informações dos atuais dirigentes e amostras, era e é uma argila preta que, depois de cozida, torna-se branca. Na terceira fase de Caeté (de 1893 até 1921) continua sendo empregado o mesmo material para os artefatos cerâmicos, com outras misturas para o grés e o refratário, fóra o uso do caulim, que, de 1903 a 1921, serviu para a industrialização da porcelana. No ano de 1893 já tinha sido assinalada a descoberta, pelos técnicos, do esmalte branco para decoração das louças vidradas.

2º) **Taquarussú**. Em 1868 empregava barros de diferentes cores e vidrado de pedra moída e óxido de ferro em partes iguais.

3º) **Vila Rica** (Saramenha), de 1816 a 1822, usava um revestimento «de uma camada muito espessa de verniz».

4º) **Congonhas do Campo**: usava barro no seu estado nativo e coberto de «verniz espesso» — o barro era caulim.

5º) **Mariana** (São Caetano): empregava de caulim.

6º) **Mondéos**: usava ou caulim de Caeté ou o barro de diversas cores usado em Taquarussú, pois os três centros estão no mesmo distrito.

Por outro lado, sabemos que os óxidos se alteram conforme a ação do calor e que a louça ordinária é cozida a temperatura de ± 700 graus, enquanto a faiança sobe a 900 e os tijolos, ladrilhos e telhas a 1.000 graus.

Como os fornos em Minas, de maneira geral (salvo os de Caeté em seu penúltimo período do fim do século) eram rudimentares, existindo vários feitos com terra de cupim, é de se presumir que a temperatura deles sofresse variações sensíveis e, em consequência, a coloração dos óxidos deveria variar entre as fornadas, alterando ou dando cambiantes aos coloridos.

Por outro lado, sabe-se também que a argila, quando não é bem cozida, não apresenta uma cor uniforme, deixa em geral no centro uma faixa escura que foi mal queimada.

Ora, sabemos por exemplo que Caeté e Taquarussú empregavam óxidos de ferro e de cobre em partes iguais em 1868, o que não impediria, é claro, o uso separado de cada um deles, já que dispunham dos dois, antes e depois de 1868. Sabemos, também, que Caeté empregava o esmalte branco depois de 1893, como sabemos que daquela data

em diante dispunha de fornos e aparelhamentos de controle modernos, o que forçosamente conferia a sua pasta um caráter uniforme de louça bem queimada — no caso pasta branca.

Com esses elementos, embora escasos, já se pode, em parte, estabelecer alguns confrontos e diferenciações.

Assim, já sabemos que, durante determinado período, Caeté e Taquarussú apresentavam esmaltes idênticos porém, distinguíam-se entre si pela pasta, Caeté: barro esbranquiçado, Taquarussú: barro de diferentes cores; depois de 1893 Caeté usou o esmalte branco, e uma série grande de formatos novos e novas decorações com inspirações florais.

Sabemos, também, que Saramenha e Congonhas do Campo têm em comum «um verniz espesso» e que o barro da segunda era barro sem tratamento, porém bom para porcelana, «melhor que o de Sèvres». Um fato se evidencia desde logo: que as louças de Saramenha e de Congonhas do Campo não eram semelhantes às de Caeté e Taquarussú, já que aquelas têm a característica do «verniz espesso» que estas não apresentam.

Ainda outro fato a assinalar é que as peças de Caeté, em sua 3ª fase, distinguem-se das demais louçarias por sua qualidade superior até 1903, quando iniciam o fabrico da porcelana, pois a fábrica montada era a mais moderna de Minas, com equipamentos técnicos e assistência especializada; as louças dessa penúltima fase são mais fáceis de caracterizar, porquanto existem fotografias da época.

Quanto à Saramenha, sabe-se que se extinguiu no fim do século, conforme informação de Augusto Lima Jr., (op. cit.), corroborada por Manuel Bandeira (op. cit.) O erudito colecionador Paulo Vasconcelos exibiu-nos uma peça por ele atribuída à Saramenha que mostra no frete a inscrição «1922 Fevereiro», donde deduzimos que embora a fábrica haja sido extinta, artesãos seus e descendentes deles continuaram a produzir individualmente na mesma técnica e decoração.

Estamos ainda em estudos para procurar estabelecer com melhor precisão as composições das cores empregadas e a distinção das argilas, pelo menos em alguns desses centros, o que esperamos revelar em breve com colaboração oficial nas pesquisas de laboratório e outros subsídios.

Quanto aos formatos e tipos de louça de Caeté que constam do Album de 1898, pudemos distinguir na Foto 1, do interior do Depósito de Louças Artísticas, os seguintes modelos: 1 medalhão com o busto de Tiradentes, outro de Floriano Peixoto, uma série de ânforas de tipo clássico, potes superdecorados com folhas, flores, galhos em relevo (já estamos, nesta altura, no período do floreal do Art-Nouveau), bilhas, potes para flores de pendurar, garrafas, moringas com alça florais, peças (tipo floreiras) de boca larga, com as abas «ajourées» ou vasadas etc., etc. A fotografia n° 7 focaliza o interior do depósito de louça de serviço e nela se distinguem serviços de chá, cremeiras, como também largas bacias e jarros, escarradeiras e urinois.

Parjamos ainda, com referência a essas louças mineiras do Século XIX, esclarecer de maneira categórica que não se trata tecnicamente de porcelana nem de faiança nem pó de pedra e sim de louça vidrada (e às vezes simplesmente terracota pintada a frio). Há, apenas, exceção quanto ao fabrico de manilhas de grés produzidas no fim do século para a indústria, e as peças de serviço em porcelana do princípio do século (1903), ambos produtos de Caeté.

O próprio cronista J. P. Xavier da Veiga, quando aborda os ensaios e produção cerâmica em Minas, refere-se ao Dr. João Pinheiro da Silva (Caeté) e diz: «esperando-se que em breve obtenha verdadeira porcelana que entre nós não foi ainda preparada». Isso foi escrito em 1897 (pág. 339 vol. II de Efemérides Mineiras) e somente em 1903 aquele desideratum era atingido.

Quanto à suposição de que se tratasse de faiança, temos a informar que levamos um dos melhores exemplares dessa louça mineira (uma caneca de fundo amarelo com galhos, folhas e rosas em verde, em relêvo) e apresentámo-lo à Mademoiselle Antoinette Fay, conservadora do Museu Nacional de Cerâmica (Sèvres), que apreciou bastante a peça e de maneira positiva nos autorizou a afirmar que se tratava de um bom exemplar de louça vidrada (poterie vernissée) lembrando produtos antigos do mesmo gênero, da região francesa de Beauvais. Embora a cerâmica popular seja mais aberta a assimilações de diversas origens, não revela a louça mineira influência indígena nem africana, e nem mesmo a oriental ainda em voga na época, tanto nos formatos elaborados em torno como tampouco na decoração procedida por artistas vários.

Apesar de na França (Beauvais) e na Alemanha (Ansbach) terem sido produzidos artigos populares que apresentam alguma similaridade, como largas manchas coloridas sobre a superfície da peça na cerâmica bávara antiga e moderna, queremos crer que a influência exercida foi marcadamente ibérica. Devemos no entanto ressaltar que tanto nos formatos como na decoração incisiva e relevada ha uma meritória dose de criatividade e de estética locais que não passou despercebida a Saint Hilaire que disse: «Os vasos apresentam em geral lindas formas».

A inspiração para os desenhos pintados e certos formatos de complicada fatura, queremos crer que proveio sobretudo de Portugal através de Massarellos, Viana, Caldas da Rainha, Ferrença etc. assim como da Espanha pelos «alfareros» da Galícia, de Leão, da Andaluzia etc. Em Portugal costumam chamar de «Ratinho» a um tipo popular de louça vidrada muito decorativa que lembra as mineira, embora esse gênero nada tenha a ver com os produtos cerâmicos da fábrica da Duqueza de Palmela que teve pouca duração e chamava-se Ratinho.

Porem o que acabamos de dizer sobre influências assimiladas em Minas não provém elas apenas da cerâmica ibérica. Certos formatos são típicos dela como outros de procedência diversa, trazidos de fora através de Portugal, ou por outros países, já que a abertura dos portos em 1808 ensejou o comércio direto.

O pote, tipo cangirão (com representação antropomorfa) da coleção Paulo Vasconcelos pode ter sido copiado de espécimes da região do Porto onde foram fabricados em primeiro lugar em Portugal, de Lisboa (Fábrica do Ratinho) ou de Caldas da Rainha, de Devezas e da Fábrica do Choupelo, como também inspirados em exemplares ingleses de várias fábricas, pois foi na Inglaterra, em Staffordshire, que os cangirões (com figuras) tiveram origem, de lá passando para o resto da Europa onde a representação de personalidades e de tipos populares tornou-se moda na Cerâmica.

As pequenas floreiras atribuídas à zona de Diamantina-Serro, de boca grande e perfil de asas largas lembram espécimes maiores dos que costumavam ornar altares, entre as banquetas de prata, metal ou madeira; eram comuns esses ornamentos no Século XIX, fossem em porcelana «Vieux Paris» ou de fabrico de Jacob Petit. Quanto a outro tipo de floreiras, com múltiplos braços, tanto as de corpo bojudo (vide estampa) como as de formato espalhado, flabeliforme, são chamadas de «tulipeiras» e provinham de Delft onde foi iniciado o seu uso no século XVII; essas floreiras eram, eventualmente, também usadas como candelabros. Essas jarras já eram usadas em Portugal e fabricadas em Santo Antonio do Vale da Piedade desde o século XVIII (Luiz A. de Oliveira — Cerâmica Nacional — Porto 1920 estampo 51) e lá são chamadas de «Jarras de luva».

No que toca aos canudos — esses são de origem persa onde eram conhecidos por «el-barani» e lá já serviam como potes para guardar unguentos e produtos medicinais. Foram os árabes que os trouxeram do Oriente Médio e os ceramistas ibero-mourescos passaram a reproduzi-los para o mesmo fim como potes de farmácia. Eles têm como característica de origem o estrangulamento na seção media do tubo e passaram a serem conhecidos na terminologia cerâmica como «albarelos» pois a Itália que os recebeu de Májorca, difundiu o modelo para o resto da Europa através de sua vistosa faiança.

Os recipientes para conservar essências, drogas e medicamentos apresentam várias denominações e formatos.

Eles podem tanto ser potes, canudos, boiões tubulares, boiões bojudos como boiões cilíndricos — essas designações morfológicas englobam-se todas no termo genérico que especifica sua função, ou seja «potes de farmácia» ou «boiões de botica» (como são conhecidos em Portugal). Existem também garrafas para o mesmo uso. Todos estes recipientes estrangeiros portam indicação através de inscrições, brasões ou siglas. O boião, pote ou canudo, com estrangulamento na parte média, como dissemos, é conhecido por «albarelo»; o boião bojudo (que muitos só chamam de boião) tem como característica peculiar sua forma globulada ou piriforme e o boião cilíndrico é o canudo ou pote sem estrangulamento. Este último que vem acompanhado de tampa cônica só fez aparição nas prateleiras de nossos boticários em fins do século XVIII e no correr do século XIX, (Exposição de Faianças Portuguesas de Farmácia, Lisboa 1972).

As peças de complicada fatura tanto da coleção Paulo Vasconcelos como de Walter José da Silva revelam forte influência espanhola. São elas os tripodes globulados, os candelabros (ou floreiras) composto de um tubo em forma de círculo, com um ou vários bicos, e ainda, uma jarra formada de meandros tubulares e um bico na parte superior. Alguns desses modelos já eram fabricados em Manises desde o século XV onde eram conhecidos por «biberóns» e «jarras de trampa». Com referência aos recipientes com base tripode globulada estes já apareciam na China, na província de Shantung, em louça branca vidrada (alt. de 31 cms.) no terceiro ou princípios do segundo milênio A. C. de acordo com escavações procedidas em 1964 (The Genius of China — Cat. Exposição Chinesa — Royal Academy London 1973-74, est. 58) e no Mediterraneo 2.000 A.C., na ilha de Chipre, (R. J. Charleston World Ceramics — London 1957) e aquele formato, é de se presumir, que os árabes o tenham trazido para a Ibéria.

Esse formato de recipiente, que levou milênios para chegar do Oriente ao anti-plano mineiro parece que, além de agradar aos chineses, cipriotas, iberos e mineiros, agradou também aos bandeirantes porquanto ele se faz presente em Apiaí, onde louceiras do bairro de Serrinho ainda o fabricam, obedecendo tradição antiga, sendo lá denominados de «garrafas de três pernas» (Haydée Nascimento — A Cerâmica Folclórica de Apiahy — Conf. Museu da Casa Brasileira — 1974).

Em Portugal as «jarras de segredo», as bilhas bojudas ou piriformes com bico e boca laterais e alça na parte superior (col. Paulo Vasconcelos) assim como peças em forma de círculo, tubiformes, com vários galgados, eram fabricadas sobretudo em Extremos. (José Queiroz — Cerâmica Portuguesa — Lisboa, 1948 gr. 155 A.).

Tanto as «jarras de segredo» como as bilhas de alça superior, com variações de formato, eram e continuam sendo fabricadas na Bahia, sobretudo em Maragogipinho, sendo que aquelas também eram conhecidas por «púcaros de surpresa» e «púcaros de engano», todas decoradas a frio (A. C. da Costa Pereira, op. cit. pág. 57).

Quanto às garrafas em forma de galo ou de galinha, em terracota ou em louça vidrada, tanto na Andaluzia como na Extremadura Espanhola são elas até hoje reproduzidas.

Mas, passemos aos produtos da olaria de caráter industrial destinados à construção.

Debret nos esclarece que «No Rio de Janeiro sabe-se que desde o começo do século fundaram-se várias fábricas de tijolos, em consequência sobretudo da presença da Côte Portuguesa, passando a ter mercado garantido a produção dessas indústrias (J. B. Debret. — Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, I, pág. 257).

Maria Graham nos informa que em 1822, em São Gonçalo, Província do Rio de Janeiro havia olaria produzindo tijolos e potes (ob. cit. pág. 217). A Alfândega do Rio consigna também (período de 12-12-1821 a 14-03-1823) a importação de tijolos do estrangeiro, particularmente de Bordeaux, Genova e New Castle; nesse período, o único

fornecedor de tijolos da Côte (Salvo Parati com 200) é a cidade de São Sebastião, no litoral de São Paulo, que além de telhas e tijolos remete apreciável quantidade de «tijolos de ladrilho» sem contar a louça utilitária.

Em 1817, Maximiliano (Príncipe de Wied Neuwied, ob. cit. pág. 444) nos informa que na Bahia (além de outros centros de produção) havia olarias fabricando telhas às margens do Rio Jaguaribe.

Marques dos Santos (op. cit. pág. 291) informa que em Santa Catarina, na colônia de Dona Francisca (futura Joinville) havia uma «imensa olaria», o que pode-se mesmo depreender da bela litografia exibida de 1850. Informa, também, que em 1861 a firma Pedro Antonio Survillo e Cia. possuía importante fábrica, tendo ganho medalha de prata em Exposição na Côte. Em outra exposição, a segunda na Côte, apresentaram-se vários outros expositores com José Morais Gomes Pereira, com tubos e sifões esmaltados para os esgotos, de Pernambuco; Frederic Osternak, de Curitiba, expõe telhas chatas para competir com as curvas; em 1881 há outra exposição em que se apresentam a Fábrica de Produtos Cerâmicos Santa Cruz, de Oliveira Pinto & Cia., a Cerâmica de Porto da Rosa, de Corrêa Bandeira & Cia., de São Gonçalo, e a firma Viúva Guedes e Filhos, no Porto da Estrela, Joseph Hancox (tijolos, inclusive refratários), e Torres & Cia., com telhas de canal, ambos de São Gonçalo.

Quanto aos produtos de olaria em São Paulo, informa-nos Ernani da Silva Bruno (História e Tradições da Cidade de São Paulo pág. 437 - vol. III): «Em 1857 havia na cidade nove pequenas fábricas de telhas e de tijolos. Mas não se fazia uso de tijolos se não para ladrilhar e a primeira grande fábrica só se inaugurou, parece, no ano de 1859 no Bom Retiro». Informou-nos, também, Calos Lemos (Conferência «Arquitetura Residencial Brasileira», em 18 de fevereiro de 1974 no Museu da Casa Brasileira) que, antes de 1875 havia importante olaria em Campinas, de Antonio Carlos Sampaio Peixoto, genro do Barão de Indaiatuba, que fabricava tijolos e lajotas, acontecendo que a fábrica foi visitada por Dom Pedro II em 1875, o qual autorizou o uso nas peças do Brasão Imperial. Celso Maria de Mello Pupo («Campinas, seu berço e juventude», Campinas 1969) a respeito ainda diz: «tendo em sua chácara em Cambuí (Campinas) olaria (1868) moderna fazendo tijolos sólidos ou tubulares, ladrilhos impressados ou não, tubos para encanamentos e saneamento»...

Ainda sobre os produtos de olaria em São Paulo nos informa Pileggi que os Irmãos Sacoman, de origem francesa, fundam em 1895 a grande indústria da construção, a mais moderna e melhor equipada do Brasil. Fabricam eles tijolos prensados e furados, ladrilhos com argilas de todos os tipos, telhas, manilhas etc...

Entre outros méritos lançaram no mercado um novo tipo para substituir a telha clássica colonial, chamada de diferentes designações como: de capa e calha, de capa e bica, de meia cana, de canal, ou simplesmente curva e que em São Paulo, no século XX, conti-

nuou a ser imitada e produzida em tamanho menor, apelidada de «paulistinha». Em Portugal aquelas telhas são chamadas de romana ou de canudo (J. Vasconcelos — Indústria Cerâmica — 1907). Essa telha de canal por nós chamada de «colonial» foi buscar seu formato nos idos da ocupação romana na península Ibérica; e a decoração dessas mesmas telhas, em esmalte azul e branco, que orna a face inferior de parte dos beirais solarengos do século XIX foi inspirar-se em outra civilização. Na lendária China havia palácios, templos e pagodes que ostentavam telhas e remates de telhado esmaltados, monocromos ou policromados, e os lusitanos adotaram o processo em parte, não-lo transmitindo no século XIX através das fábricas de Devesas e de Santo Antonio.

Porém aos poucos no Brasil cobrem-se as casas com o novo e moderno tipo de telha que já vinha sendo importado mas que logo passa a ser fabricado aqui e conhecido por telha de Marselha ou Marselhesa. Esse tipo novo de cobertura resguardava melhor da chuva e do vento e até hoje continua a ser empregado e chamado no mercado de construção por telha francesa. Quanto à importação dessas telhas modernas provinham sobretudo da França. Conseguimos reparar ainda várias marcas e inscrições de algumas olarias importantes do estrangeiro e de São Paulo do fim do século XIX ou começo do XX. São elas:

«Armand Etienne & Cie Marseille
St. Henry Martin Frères»

«Saumati Frères
Marseille St. Henry»

«Antonio Proust Rodvalho
Cayeiras Província de São Paulo»

«Grand écaillé pour Toiture Breveté
S.G.D.G.
St. Henry Marseille Roux Frères»

«Pierre Sacoman
St. Henry Marseille»

«Tuileries de Marseille
Lopes & Sacoman
St. Paul»

Quanto a Sacoman e suas telhas, sabe-se que essa fábrica teve longa duração e abasteceu o interior de São Paulo. No ano de 1974 visitamos, no Município de Capivari, a sede da chamada Fazenda do Barão, construída em 1802, pertencente à família do Barão de Almeida Lima, cuja construção nos presta ensinamentos curiosos, pois a sua base é de pedra entaipada, os salões e dependências de taipa de pilão, a cozinha de pau a pique ou barrotes, e os adendos posteriores foram levantados com tijolos (marca P. J.) e a cobertura destas partes mais recentes era feita com telhas tipo francesas, com os seguintes dizeres: «Tuileries de Marseille Lopes & Sacoman — St. Paul».

Transcrição da ATA de 1893 da Cerâmica Nacional fundada em Caeté - Minas

Acta do início da Nova Indústria, que se vae introduzir na Cidade de Caeté, Estado de Minas Gerais, do fabrico de louças finas e porcelana.

Aos 13 dias do mez de Julho 1893, em casa de residência do Sr. Dr. João Pinheiro da Silva, deputado federal e ex-governador do Estado de Minas Gerais, estando presentes, alem desse Dr., mais os Srs. Dr. Carlos Thomaz de Magalhães Gomes, lente de Chimica e Physica Industriaes e de Docimasia da Escola de Minas de Ouro Preto e o Conservador da mesma Escola Saturnino de Oliveira, resolveram para memória do facto lavrar a presente acta, na qual conste o empreheandimento, os esforços feitos e a victoria obtida para a consecucção que os mesmos tem em vista.

Desejoso o Dr. João Pinheiro de melhorar a Cidade de Caeté, cujo estado de decadência na epocha actual quasi tem tocado ao extremo, de tal modo que os próprios filhos são obrigados a imigrar para outros pontos do Estado buscar meio de garantir a subsistência — procurou o seo particular amigo Dr. Carlos Thomaz, residente em Ouro Preto, propoz-lhe o seguinte problema:

Sendo dadas as mesmas condições physicas com que actualmente se fabrica uma espécie de louça barbara n'essa Cidade de Caeté conseguir melhora-la para o commercio apenas com uma intervenção chimica.

O Dr. Carlos Thomaz, efficazmente auxiliado pelo seu bom amigo e constante companheiro de laboratório Sr. Saturnino de Oliveira, depois de dous mezes de contínuas experiencias circunscriptas pela própria natureza da questão proposta, conseguiu resultados animadores a fim que se tenha em vista. E para verificação desses resultados conseguidos na Escola de Minas dirigiram-se as três pessoas já mencionadas a esta Cidade de Caeté, onde depois de novas e repetidas verificações, pela prova hoje obtida no forno (de cupim) do velho louceiro Manoel Vianna, residente nos Mundéos, a meia legua dessa Cidade, o qual se prestou de melhor bôa vontade a todas as miudadas exigências de observações e experiencias, — derão o problema como resolvido, sendo que o aperfeiçoamento da descoberta ficará dependendo apenas da função do tempo.

Ainda para mais esclarecimentos juntão-se a esta acta as provas que mostram a evolução dos estudos nos cacos, que com esta vão.

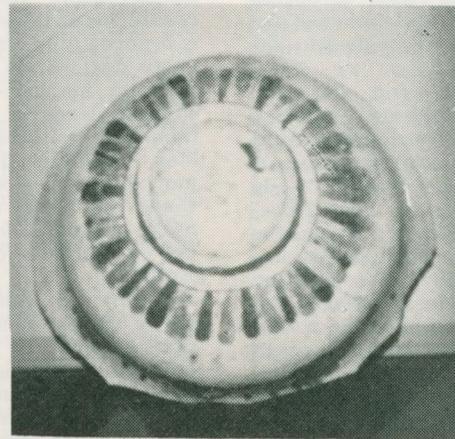
Virão por elles como se pode conseguir o esmalte branco na louça barbara aqui fabricada nos fornos rudimentares de cupim.

Cidade de Caeté, 13 de Julho de 1893, sendo Vice-Presidente da República o Snr. Marechal Floriano Peixoto, em exercicio de Presidente; Presidente do Estado de Minas Gerais o Snr. Dr. Affonso Moreira Penna; Presidente da Câmara Municipal desta Cidade o Snr. Capitão José Augusto de Moraes Godim.

Esta acta foi escripta na chácara «Tinóco», Cidade de Caeté, propriedade e residência do Snr. Dr. João Pinheiro da Silva e vae por nós assignada.

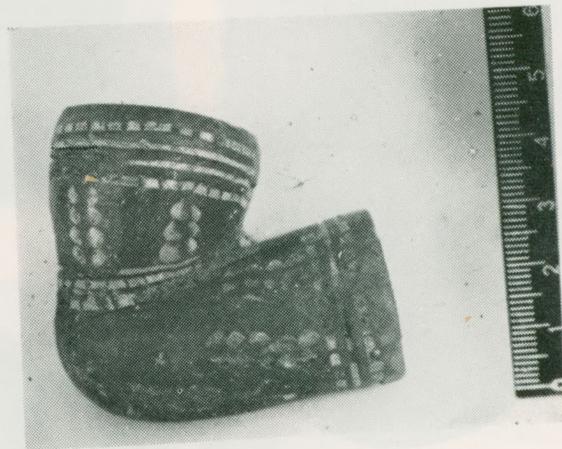
Eu Carlos Thomaz de M. Gomes a escrevi, dictada pelo Snr. Dr. João Pinheiro e está por todos 3 approvada.

- a) João Pinheiro da Silva.
- a) Saturnino de Oliveira.
- a) Carlos Thomaz de Magalhães Gomes.

**OBS.: —**

A bacia (anverso e verso) com o brasão imperial, policromada, é decorada a frio, procedente do Amazonas.

A garrafa em forma de galo e a candeia são originárias de Minas. A talha com brasão imperial relevado e o cuscuseiro são de São Paulo. Cols. Paulo Vasconcellos e E. F. Brancante.

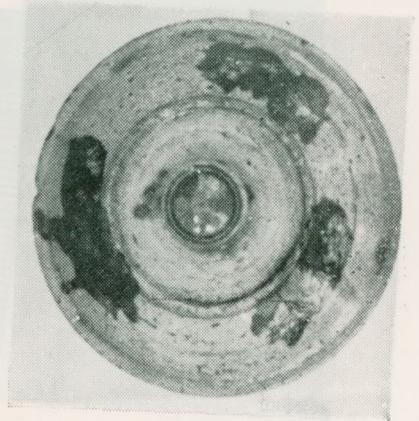
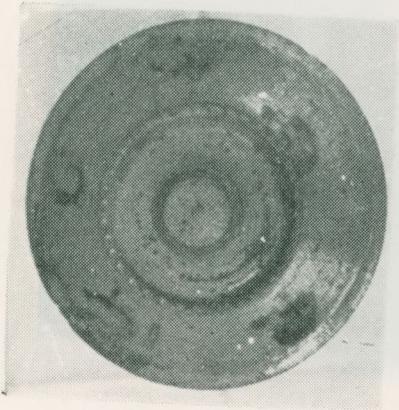


OBS.: —

A produção de cachimbos (pitos) no período colonial foi grande, como atestam relatos de viajantes e estampas da época, sendo seu uso muito difundido entre a população feminina. Constata-se em Minas, diversas técnicas de fatura como o moldado e o modelado, assim como o emprego de inciso e do relevado, a exemplo da louça mineira em geral. Quanto à composição variam elas do primitivo ao erudito. Este distingue-se pela ponteira (de proteção e apoio com furos, e sua decoração elaborada inspira-se, sobretudo, no barroco mineiro. Há exemplos com cabeças de anjo, máscaras, cornúpias, sanefas, perolados e ainda desenhos geométricos. São Paulo também produziu cachimbos, sendo que em São Sebastião no Bairro de São Francisco, ainda hoje são fabricados. Coleções Walter José da Silva e Paulo Vasconcelos.

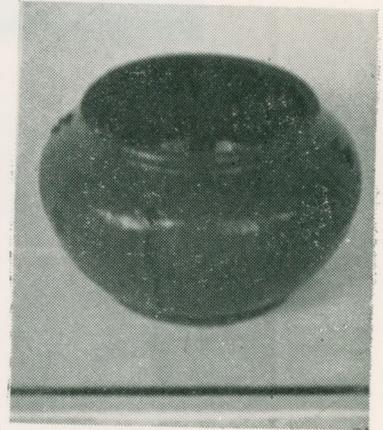
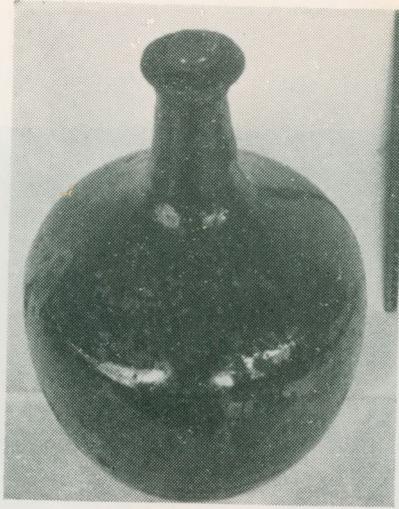
Louça vidrada
Desenhos abstratos

ESTAMPA C
SEC. XIX



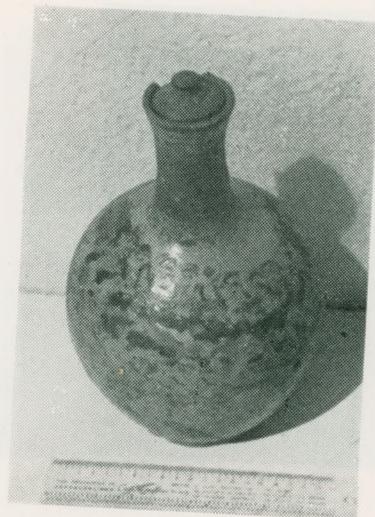
OBS.: — Peças da coleção Antenor Edmundo Horta.

Desenhos incisos e relevados



OBS.: —

Estas louças esmaltadas a verde e marron escuro estão sendo atribuídas a zona de Diamantina e Serro onde foram encontradas. Os desenhos relevados em forma de cinco rosetas agrupadas (e também corações) tanto da vasilha à direita como da pega do bule, em baixo, são idênticos e representam uma das características da zona. Cols. Walter José da Silva e Paulo Vasconcellos.

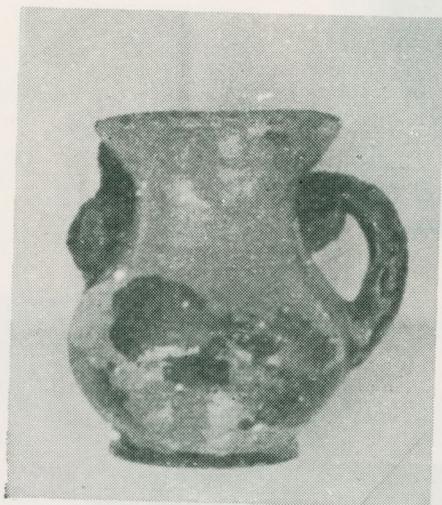
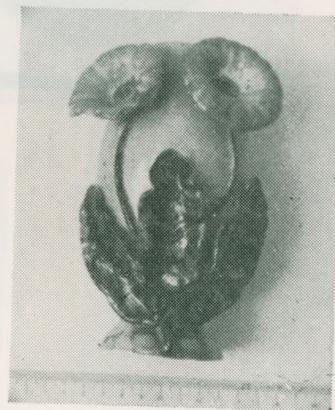


OBS.: — Farinheiras e moringa. Col. Paulo Vasconcellos.



OBS.: —

Potes e cumbucas, monocromos, com tampa, para guarda de banha. Cols. Walter José da Silva, E. F. Brancante (pote em baixo, à esquerda, com besantes na base e no terço superior).

**OBS.: —**

As duas fotografias da esquerda correspondem a mesma caneca, de fundo amarelo, folhagem verde e manchas marrons. O pote ou floreira da direita é de elaboração mais delicada e de cores mais uniformes (fundo amarelo e tem a marca «BARBACENA» na pasta; esta cidade é conhecida tradicionalmente como cultivadora de flores de que faz intenso comércio. A caneca é da col. Maurício Meirelles e o pote de Paulo Vasconcellos.



OBS.: —

Ao alto caneca com tampa, à esquerda, e à direita cumbuca com tampa. Ao centro sopeira que além do desenho pintado exibe o gravado na pasta. Em baixo, à esquerda, floreira de vários gargalos, e à direita, elegante vaso. Cols. Paulo Vasconcellos e Walter José da Silva.

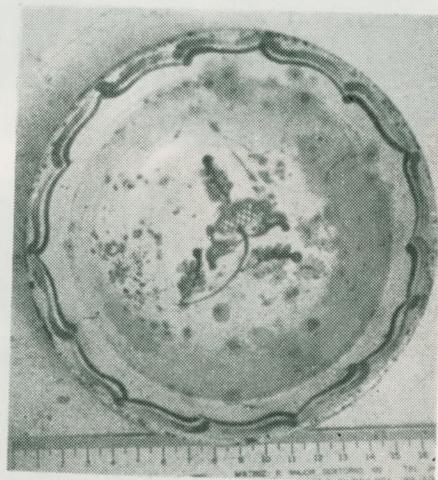
Louça vidrada
Desenhos fitoformes relevados

ESTAMPA I
SEC. XIX/XX



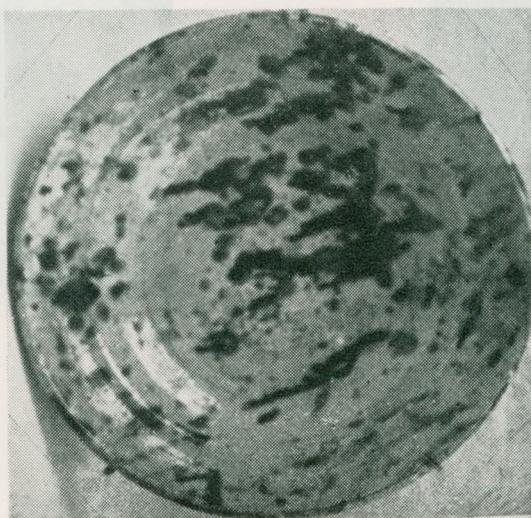
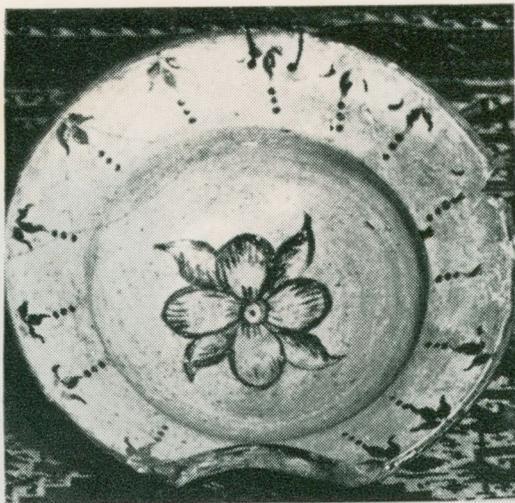
OBS.: —

A floreira de cima, policromada, apresenta um fundo amarelo e desenhos fitofórmes bem executados. Col. Paulo Vasconcelos. As de baixo são monocromas, azeitonadas, e vêm sendo atribuídas à zona de Diamantina e Serro. Col. E. F. Brancante.



OBS.: —

O prato fundo, policromado, ao alto à esquerda, é proveniente de Portugal onde esse gênero de louça vidrada popular é conhecido por «Ratinho», o prato grande à direita foi encontrado no litoral paulista e acreditamos tratar-se também de produto português dada certa analogia no traço dos ramos centrais e a tonalidade viva do verde da aba e o característico do esponjado. O prato policromado, na parte inferior à esquerda e o pires à direita são provenientes de Minas e apresentam desenhos muito bem executados, parecendo os dois, produtos do mesmo artesão. Cols. Walter José da Silva e Paulo Vasconcellos.

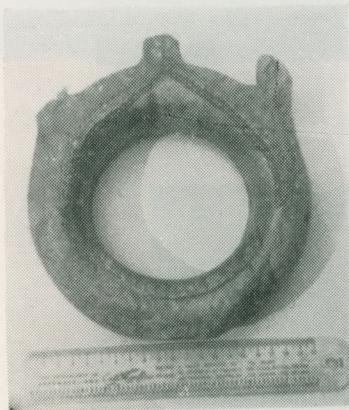
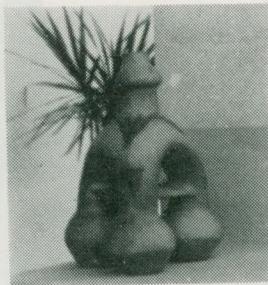
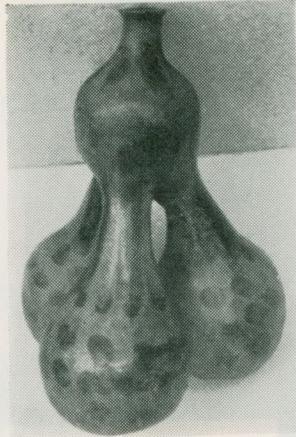


OBS.: —

O prato de cima é um prato de barbeiro e foi adquirido no leilão do espólio do grande colecionador Simoens da Silva (no verso existe anotação de que é de Saramenha) pelo Sr. João Moss que o vendeu ao Sr. Paulo Vasconcellos que o doou ao Museu da Inconfidência em Ouro Preto. O prato do centro, policromado, apresenta a inscrição: «Antoniquinho veio aqui no dia 8 de Março de 86». De notar no prato à direita a aba marmorizada e no prato de baixo a superfície esponjada. Os três do centro são da col. Paulo Vasconcellos e o de baixo de Walter José da Silva.

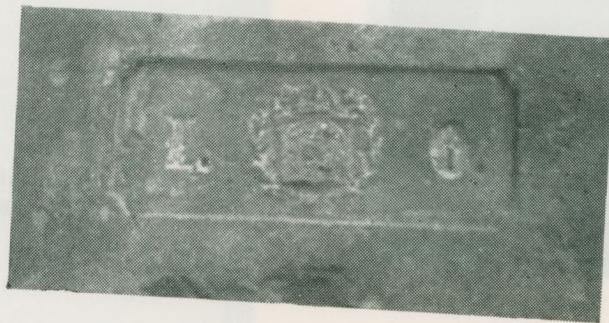
**OBS.: —**

O pote com figura é proveniente de Catas Altas (Minas) e a galinha à esquerda de Sorocaba (S. Paulo) está marcada, a tijela está marcada «Ferreira & Cia., Agua Branca, São Paulo», e o pichel na parte inferior é procedente de Goiás. Estas quatro peças são da coleção Paulo Vasconcellos. A garrafa em forma de galinha, à direita está marcada «Joaquim de Oliveir — Agua Branca — São Paulo». col. do autor.



OBS.: —

Em cima três exemplares típicos de trípodes globulados, sendo que o do meio apresenta mais um globo na parte superior — um deles, o da direita, tem estampilhadas na pasta as iniciais E.L.S. Em baixo, à esquerda e à direita, 2 tipos de peças tubiformes, em forma de círculo (floreiras ou candelabros) com vários bicos. Ao centro trípode rústico de Apiaí (S. Paulo). A peça de baixo é uma «jarra de segredo» com meandros tubulares. Cinco peças são da col. Paulo Vasconcellos, e à esquerda no alto da col. Walter José da Silva. A tradição mineira de fabrico de trípodes chegou até São Paulo em Apiaí onde no bairro de Serrinha ainda fabricam, em artesanato folclórico, peças rudimentares do gênero o que chamam de «garrafas de três pernas» (Haydée Nascimento, op. cit.).



OBS.: —

Na lajota lê-se «Sampaio Peixoto — Campinas» e no centro distingue-se o braço imperial entre as iniciais I e O. O tijolo ostenta o mesmo distintivo e iniciais, sendo que o I refere-se a Imperial e o O à Olaria. Ambas as peças foram fabricadas por volta de 1875. Gentileza de Luiz Barbosa de Oliveira.

SÃO PAULO

ESTAMPA O
SEC. XIX/XX



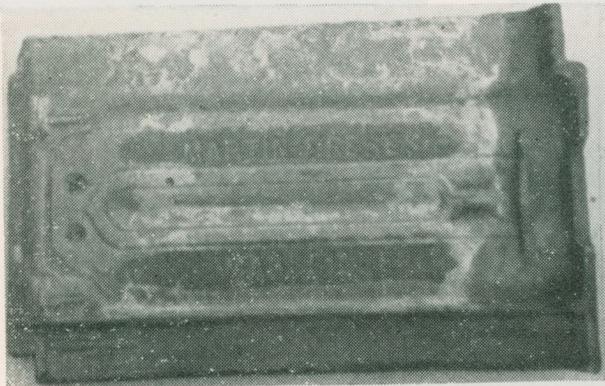
Marcas:
Grande Ecaille pour Taiture
Breveté S.G.D.C.
St. Henry Marseille
Roux Frères

(Centro de São Paulo
(gentileza de Nelson Guimarães)



Arnaud Etienne & Cie
Marseille St. Henry

Do Hospital do Isolamento 1880
(Atual Hospital Emílio Ribas)
(Gentileza de Carlos Bastos)



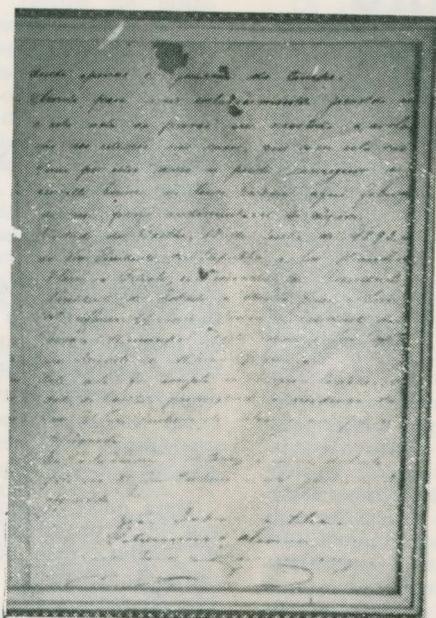
Martin Frères
Marseille

Do Hospital do Isolamento 1880
(Atual Hospital Emílio Ribas)
(Gentileza de Dr. Carlos Bastos).



Tuilerie de Marseille
Lopes & Sacoman

Da Fazenda do Barão de Capivari
(gentileza da família).



OBS.: —

Depois dos ensaios e fabrico da porcelana por João Manso Pereira (fim do século XVIII e começo do XIX) somente em 1903 é retomada a produção dela no Brasil, em Caeté, Minas. Em cima bule e chicara de café em porcelana, decorados a ouro, sem marca. Em baixo, final da ata de 1893, de interesse técnico e histórico, da Companhia Cerâmica Nacional de Caeté. Peças da coleção e do arquivo do Dr. Israel Pinheiro Filho.



Uma vista panorâmica da cidade de Cananéia ao amanhecer, lembrando a solidão.

CANANÉIA, CIDADE SENTIMENTAL OUTRORA, QUE HOJE JÁ NÃO AMEDRONTA OS SEUS HABITANTES

ANTONIO FERREIRA SANTIAGO FILHO

Antes desses pormenores, quero dizer: lá pelo século XVII, a cidade morta e quieta de Martim Affonso de Souza, apresentava suas ruas silenciosas principalmente durante a noite, quando após as 20 horas elas ficavam totalmente vazias sem que viva alma cruzasse o Largo da Matriz, ou suas velhas ruas; nem tempouco passava-se por perto do cemitério e isto até bem pouco tempo.

O sentimento de temor reinava em todo canto da cidadezinha e todos os seus primitivos habitantes descendentes da cidade e cercanias, principalmente com relação à procissão das almas na véspera de finados, à meia noite. Certa vez um senhor por esquecimento ficou até meia noite do dia 1º de novembro na casa do compadre e tão logo o relógio bateu as doze pancadas da hora mais temível, levantou-se da cadeira em que se achava sentado próximo a uma mesa conversando e saiu para fora de frente ao Cemitério. Havia se esquecido que era finados, mas lembrou-se ao ver aquelas luzes paralelas e distantes, da procissão dos mortos que vinha caminhando lentamente em direção à porta onde estava. Não teve outra alterna-

tiva se não recolher-se novamente, pernoitando na casa do seu compadre e só retornando a sua casa ao amanhecer do dia.

Outro caso que se contava era o de uma mulher da cidade que havia perdido um de seus filhos e chorava constantemente a dor de ter perdido aquele filho, e lá um dia ou melhor, uma noite de Finados, ela se pôs à janela de sua casa à meia noite a esperar pelo filho morto, chorando e clamando por ele há meses falecido; notou então que passava a sua frente a procissão das almas e o seu filho não aparecia e ela derramava lágrimas num choro interminável, eis que sai um dos últimos lá da procissão com a velinha apagada e chega-se a ela até a janela dizendo: «Minha Mãe, porque choras tanto por mim, minha alma não poderá salvar-se, o que peço não chore mais por mim, entregando a sua mãe uma vela e dizendo logo em seguida: guarde no seu baú».

Ao amanhecer do dia, ela foi ao baú e notou o esqueleto de seu filho e não a vela que ele havia dado a ela para guardar, temerosa pelo fato, não teve

outra alternativa se não comunicar a todos da família e inclusive ao padre, os quais aconselharam-na a não mais chorar, o que realmente foi feito e o esqueleto do filho, o padre recomendou-o e foi novamente para a sua cova no Cemitério. Nunca mais essa mulher chorou pelo filho morto.

Uma outra pessoa, um homem, tentou ver a procissão das almas na noite de Finados pelo buraco da fechadura da porta de saída de sua casa que dá para a rua do Fogo, mas a sua tentativa foi em vão, porque nada viu e chegando a desmaiar, ficando sem sentidos após bater-lhe uma tremedeira proveniente da teimosia de querer ver a procissão das almas que vinha vindo, e somente um ou dois dias depois é que voltou a si e pôde relatar o fato para os habitantes da Vila e nunca mais tentou repetir a façanha.

Um certo cidadão, meu descendente de 5ª geração, conhecido por «Dinamho», teve um caso quase idêntico ocorrido como o primeiro. Este também esqueceu da hora para ir embora para a sua casa na rua do Mar, pois, se encontrava em casa de seu amigo numa